

4

A rede de povoamento:
análise dos dados
recolhidos

4.1. Entre os rios Dão e Mondego

4.1.1. As sepulturas rupestres

4.1.1.1. Principais características: contexto, tipologia, orientação e localização

Na área prospectada entre os rios Dão e Mondego contabilizaram-se 105 sepulturas escavadas na rocha, as quais encontram-se distribuídas por um total de 46 estações arqueológicas.

No concelho de Nelas inventariaram-se 45 sepulturas rupestres em 20 sítios arqueológicos. Deve salientar-se que não foi possível efectuar a descrição e o levantamento gráfico de 9 sepulturas referenciadas bibliograficamente, pois as 5 sepulturas da Rua da Estrada (n.º 020) foram cobertas com o calçamento da estrada, as 2 sepulturas de Prazias (n.º 014) e as 2 de Moledo (n.º 021) foram destruídas. Destas estações, apenas sobre as duas últimas dispomos de informação relativamente à sua tipologia geral, segundo Santos Rocha seriam não antropomórficas (Rocha, 1897, p. 81-82). Também no sítio de Campas (n.º 015), onde inventariámos duas sepulturas rupestres, dispomos de informação bibliográfica e oral que terão existido outros túmulos, o próprio nome da rua que dá acesso ao terreno onde as mesmas se encontram, “Rua das Campas”, indicia que terão existido mais, no entanto, não temos conhecimento de quantas seriam e qual a sua tipologia.

No concelho de Carregal do Sal contabilizaram-se 33 sepulturas rupestres distribuídas por 15 estações arqueológicas. Com base na recolha de informação oral, ficámos a saber que nos sítios inventariados como Tapada (n.º 026) e Passal (n.º 027) existiram mais sepulturas, as quais, contudo, foram sendo destruídas ao longo dos anos por acção humana. Ainda neste concelho foi detectada na Campa da Moira (n.º 025) o que interpretámos como sendo uma sepultura-nicho. Trata-se de um nicho que, pela sua tipologia e orientação, parece ter tido como funcionalidade a inumação, solução já inventariada na província de Burgos, em Espanha (Padilla Lapuente, 2003, p. 44), e sobre o qual nos debruçaremos no final deste capítulo.

Na metade sul do concelho de Santa Comba Dão, ou seja, nas freguesias de S. João de Areias, Vimeiro, Óvoa e Pinheiro de Ázere, detectaram-se 27 sepulturas, sete das quais, segundo as informações bibliográficas e orais recolhidas, foram cobertas aquando do calçamento do adro da Igreja de S. João de Areias (n.º 050). No total contabilizaram-se 11 estações arqueológicas com sepulturas rupestres, sendo de salientar que numa destas, na Igreja Matriz do Vimieiro (n.º 049), dispomos apenas da referência bibliográfica de Pinho Leal quanto à sua existência (Leal, 1873-1890, p. 460), sem que seja referida qual a sua tipologia e o seu número. Perante o exposto, e salientando que, por exemplo, no caso da necrópole da Regueira (n.º 047) há indícios de ter existido mais sepulturas, estamos conscientes de que o seu número seria superior ao presentemente inventariado e aqui seguidamente analisado.

Das 46 estações arqueológicas inventariadas com sepulturas escavadas na rocha deve analisar-se a relação das mesmas por estação. Assim, e conforme se pode verificar no gráfico abaixo apresentado, o número de estações com uma, duas e três sepulturas é preponderante relativamente àquelas onde se contabilizaram quatro, cinco, seis e sete sepulcros.

Analisado o número de sepulturas por estação, refira-se a situação individual das 105 sepulturas: 34 reúnem-se em necrópoles; 30 em conjuntos de três; 24 em conjunto de duas; e 17 encontram-se isoladas. Saliente-se, contudo, que, apesar do elevado número de sepulturas reunidas em necrópole, 54 estão reunidas em conjuntos de duas e três, o que, aliás, parece indiciar um povoamento disperso, conforme o que também foi assinalado para a área de Viseu (Marques, 1995, p. 219).

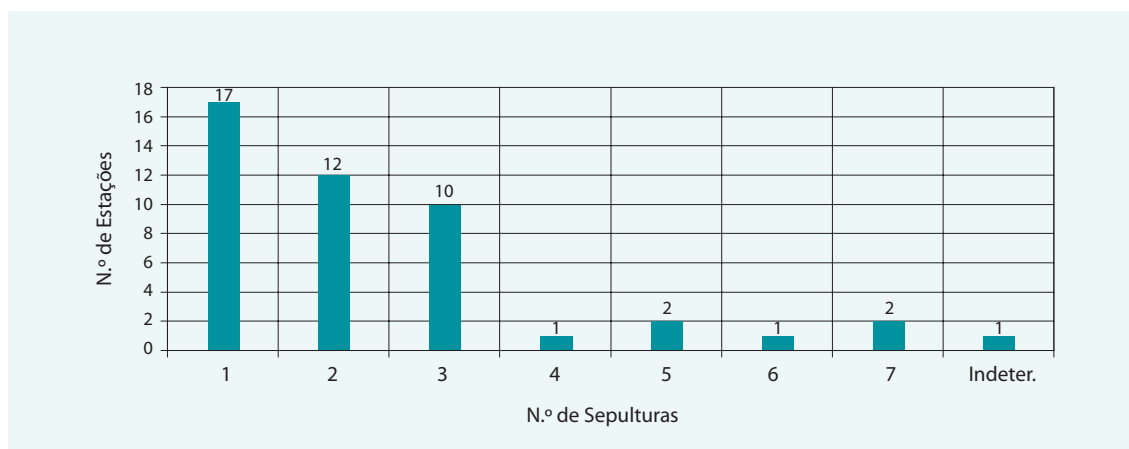


FIG. 1 - Relação do número de sepulturas por estação.

Mais uma vez, esta preponderância dos conjuntos de duas e três sepulturas, também verificada para o Alto Paiva (Vieira, 2004, p. 74) e o segundo maior grupo na região de Viseu (Marques, 1995, p. 191), nos remete para a hipótese de estarmos perante pequenos núcleos familiares que se faziam sepultar nas imediações do seu habitat, conforme analisaremos mais à frente. Os casos que para nós são mais representativos desta situação são as estações arqueológicas da Quinta do Serrado (n.º 003), Pedras da Forca 1 (n.º 016), Casal (n.º 019), Fontainhas (n.º 023), Quinta da Sernada (n.º 028), Quinta da Moura (n.º 040), S. Sebastião (n.º 044), Prado (n.º 002), Penedo da Moita (n.º 045) e Patarinho¹ (n.º 053). Nestes sítios as sepulturas foram abertas lado a lado no mesmo afloramento granítico, ainda que existisse espaço disponível para estarem afastadas, ou mesmo outros afloramentos onde também poderiam ter sido individualmente implantadas.

Igualmente, os casos que, para nós, ainda na actualidade, parecem evidenciar esta relação familiar são os conjuntos de túmulos da Várzea 1 (n.º 006), Pêro do Pato (n.º 013), Chãs (n.º 024), Malhõa (n.º 035) e Alqueives (n.º 051). Nestas, as sepulturas não estão abertas lado a lado como nos exemplos anteriores, encontrando-se escavadas em afloramentos próximos uns dos outros, ou prevalecendo algum espaço entre elas, como é o exemplo das três sepulturas de Alqueives, as quais aliás provavelmente devido ao pouco espaço disponível no afloramento apresentam orientações diferentes, no entanto, a relação familiar parece-nos ser mais uma vez evidente. Nos casos da Várzea 1, Pêro do Pato, temos associadas duas sepulturas de adulto e uma infantil, na Malhõa, uma de adulto e uma de criança, e nas Chãs as duas sepulturas de adulto encontram-se escavadas em dois pequenos afloramentos distando somente entre si cerca de 7 m. As três sepulturas que existiram nas Prazias (n.º 014) e no Moledo (n.º 021) poderão igualmente ter correspondido a uma pequeno núcleo familiar.

Já nas estações da Laje do Roxo (n.º 001), com três sepulturas, da Avelreira (n.º 030) e das Hortas (n.º 031), com duas sepulturas cada, poderemos colocar algumas questões relativamente à ligação familiar dos inumados, uma vez que as sepulturas se encontram distanciadas entre si algumas dezenas de metros, quando no terreno existem afloramentos com boas condições para serem implantadas mais próximas umas das outras. No entanto, não poderemos deixar de relacionar a sua própria localização com a vontade expressa de um familiar, ou, daquele que nela veio a ser inumado. Saliente-se ainda que na Laje do Roxo apesar de existir um afloramento granítico de consideráveis dimensões, este não permitiria um destaque como os dois penedos isolados e destacados do solo, onde foram escavadas as sepulturas 1 e 2, que no caso desta última implicou a presença de degraus que lhe facilitassem o acesso.

Das 17 sepulturas isoladas, um número reduzido quando comparado com os 53 túmulos apresentados para a região de Viseu (Marques, 1995, p. 190), apenas cinco não se localizam junto a caminhos, respectivamente o Cortinhal (n.º 029), a Quinta de Silvaes (n.º 046), a Quinta do Mascote (n.º 052), o Patarinho 2 (n.º 055) e a Lapa (n.º 057). Todas as outras estão aproximadamente a 10/18 m de caminhos de cronologia indeterminada, com excepção da Vinagreira (n.º 037), da Alagoas (n.º 032) e da Lapa 1 (n.º 058) que se encontram implantadas mesmo na berma do caminho, bem como de Vale de Covo 1 (n.º 011), a qual se localiza no meio de um acesso. Poderá este facto indiciar que estas sepulturas continuavam a seguir a tradição romana; no entanto, relacionando esta localização com a respectiva tipologia e tendo em conta que o não antropomorfismo poderá indiciar um momento mais recuado neste tipo de inumação, constatamos que daquelas que se localizam na berma ou nas imediações do caminho apenas uma, a Lapa 1, é não antropomórfica. O número de sepulturas isoladas é de facto reduzido quando comparado com o número total inventariado, podendo colocar-se a hipótese de algumas delas terem sido construídas por ermitas que nelas se faziam sepultar, como nos parecer ser o caso da sepultura isolada do Adoeiro (n.º 004), a qual está associada, conforme infra analisaremos, ao que parece ser um pequeno oratório.

Relativamente às estações com necrópoles, e ainda que no seu conjunto reúnam um razoável número de sepulturas, apenas se contabilizaram cinco, designadamente a Quinta do Cagunça (n.º 008) com cinco sepulturas, a Rua da Estrada (n.º 020) também com cinco, a Tapada (n.º 026) com sete, o Passal (n.º 027) com quatro,² a Regueira (n.º 047) com seis e a Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050) com sete sepulturas rupestres. Conforme se pode constatar o número de sepulturas é reduzido em cada uma destas estações, situação análoga à verificada na região de Viseu (Marques, 1995, p. 190), no Alto Paiva (Vieira, 2004, p. 74) e no Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987, p. 133).

No caso das necrópoles da Quinta do Cagunça e da Regueira, ambas com uma sepultura de criança e que não estão associadas a um edifício religioso, poderemos colocar a hipótese de estarmos perante uma necrópole familiar, a qual poderá corresponder apenas a um núcleo familiar alargado, ou a mais do que um núcleo com laços de parentesco entre si. Nestas necrópoles verificamos que a proximidade entre algumas sepulturas parece evidenciar a relação de marido/mulher e pai ou mãe/filho, como é o exemplo das sepulturas 3 e 4 da Quinta do Cagunça, bem como das sepulturas 1 e 2, 3 e 4 da Regueira, todas abertas lado a lado. Igualmente na necrópole composta pelas sepulturas da Tapada e do Passal, a qual, pelo número de túmulos que terá tido, certamente ultrapassaria o âmbito de cemitério familiar, verificamos na disposição de algumas sepulturas a existência de uma relação familiar, como é o caso dos conjuntos mais restritos formados pelas sepulturas 1, 2, 3 e 4, bem como pelos sepulcros 6 e 7 na Tapada e pelas sepulturas 3 e 4 no Passal.

Devemos ainda salientar que também nos casos das estações inventariadas como Patarinho (n.º 053), com três sepulturas, Patarinho 1³ (n.º 054) com três sepulturas e Patarinho 2 (n.º 055) com uma sepultura, colocamos a hipótese de apesar destes túmulos actualmente se encontrarem espacialmente afastadas, distando entre si cerca de 100 a 200 m, terem feito parte de uma mesma necrópole. Assim, os restantes sepulcros que a comporiam podem ter sido destruídos pelo homem, quer pela construção da estrada que separa as duas primeiras estações da terceira, quer pela própria actividade agrícola, tal como terá acontecido na Tapada e no Passal.

No que concerne à tipologia geral das sepulturas é de salientar, conforme se pode observar no gráfico seguidamente apresentado, que das 105 sepulturas inventariadas a grande maioria é antropomórfica, o que se verificou igualmente para a região de Viseu (Marques, 1995, p. 227).

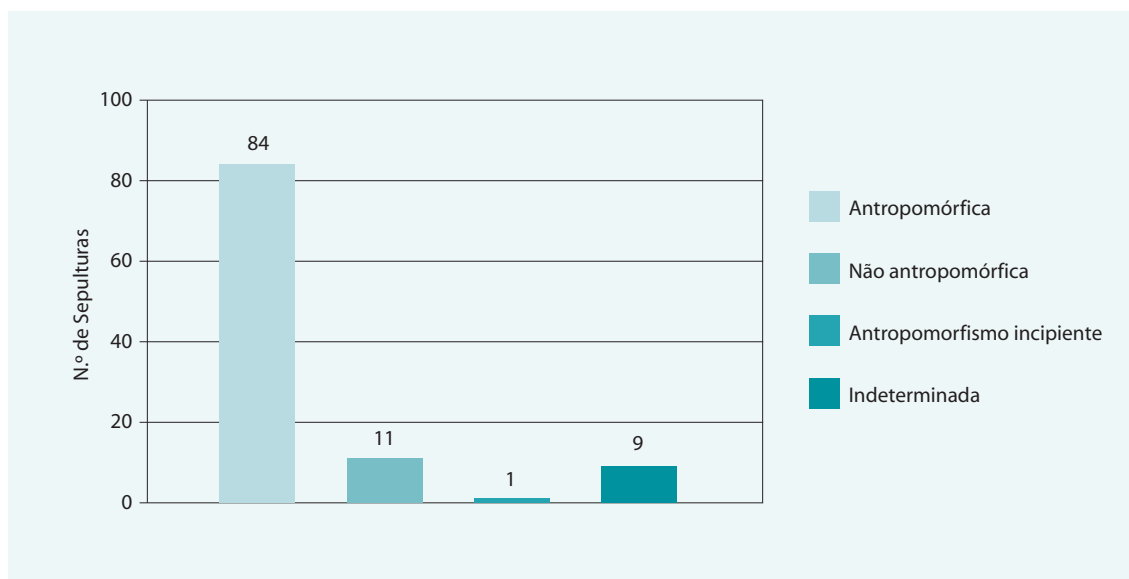


FIG. 2 - Tipologia geral.

Com antropomorfismo incipiente somente registámos a sepultura do Cortinhal (n.º 029), a qual apenas apresenta o delineamento do ombro direito, o esboço de uma cabeceira bastante assimétrica, sem diferenciação da zona do ombro esquerdo. No item das indeterminadas integram-se as duas sepulturas de Prazias (n.º 014) que foram destruídas, as cinco da Rua da Estrada (n.º 020), a n.º 2 de Alqueives (n.º 051) que se encontra parcialmente destruída e a n.º 3 do Pêro do Pato (n.º 013), a qual está inacabada. Esta última e a sepultura antropomórfica de Vale de Covo 1 (n.º 024) são as únicas que se encontram inacabadas, atingindo apenas uma profundidade de 8 cm.

No caso da sepultura do Pêro do Pato, com 230º de orientação, não foi delineada a zona superior do leito, pelo que não podemos determinar qual seria a sua tipologia geral, ainda que se tenha iniciado o desbaste interno do leito na direcção dos pés para a zona que corresponderia à cabeceira. Este facto é curioso, pois nos casos estudados no Alto Paiva e na região de Viseu, e conforme também constatámos entre o rio Mondego e o rio Alva, o frequente é através da picotagem efectuar-se, em primeiro lugar, o contorno tipológico da sepultura e, posteriormente, a sua escavação, podendo este exemplo específico testemunhar a falta de experiência daquele que iniciou a abertura do sepulcro.

Na sepultura inacabada de Vale de Covo 1, apesar de estar canonicamente orientada (274.º), do seu talhe perfeito e de existir uma simetria ao nível dos ombros, o que não é uma característica comum no conjunto das 84 sepulturas antropomórficas, ressalta o facto do comprimento da cabeceira, com 32 cm, ser desproporcionado em relação ao comprimento total da sepultura, 150 cm, pormenor que poderá ter desagradado àquele que encomendou o trabalho.

Na categoria das não antropomórficas contam-se um total de 11 sepulturas com alguma variedade tipológica. Assim, temos a sepultura 2 da Várzea 1 (n.º 006), infantil e de tipologia ovalada, as sepulturas 4 e 5 da Quinta do Cagunça (n.º 008), rectangular e ovalada respectivamente, as duas sepulturas do Moledo (n.º 021), cuja tipologia do leito desconhecemos, a sepultura 2 sub-rectangular da Avelreira (n.º 030), a sepultura 2 infantil e ovalada da Malhõa (n.º 035), a sepultura 3 ovalada de Alqueives (n.º 051), a sepultura infantil e sub-rectangular do Patarinho 2 (n.º 055), a sepultura rectangular da Lapa (n.º 057) e a subtrapezoidal da Lapa 1 (n.º 058).

No grupo das antropomórficas constatámos que a grande maioria é de tipologia ovalada, seguida das subtrapezoidais. Embora escassas, também se verificam sepulturas onde houve a preocupação de efectuar um delineamento mais acentuado, quer para as pernas, na sepultura 7 da Tapada (n.º 026), na 3 do Passal (n.º 027), na 1 da Malhõa (n.º 035), nas sepulturas 1 e 2 do Patarinho (n.º 053), quer para os braços, nos exemplos da sepultura 1 de Chãs (n.º 024) e da sepultura 2 da Tapada (n.º 026). Apenas nas duas sepulturas do Casal (n.º 019), abertas lado a lado no mesmo afloramento e com um separador central, é que registámos a presença do delineamento de uma moldura interna que contorna toda a zona do leito, característica que sugere um enriquecimento tipológico na elaboração da própria sepultura, o que também significará um maior dispêndio em termos de tempo e provavelmente de custo económico. O delineamento mais acentuado das pernas, braços e a integração no leito de uma moldura interna, serão sinónimos não só de uma diversificação tipológica, ainda que pouco usual, como também de um aperfeiçoamento técnico do próprio pedreiro. Estas características tipológicas poderão ainda indiciar, quer um momento mais tardio dentro do antropomorfismo, quer um maior estatuto sócio-económico do inumado.

As 16 sepulturas que se integram na categoria das indeterminadas do gráfico infra, conforme já referimos, encontram-se ou parcialmente destruídas, ou ocultas pela vegetação densa ou pelo calcetamento do adro da igreja.⁴

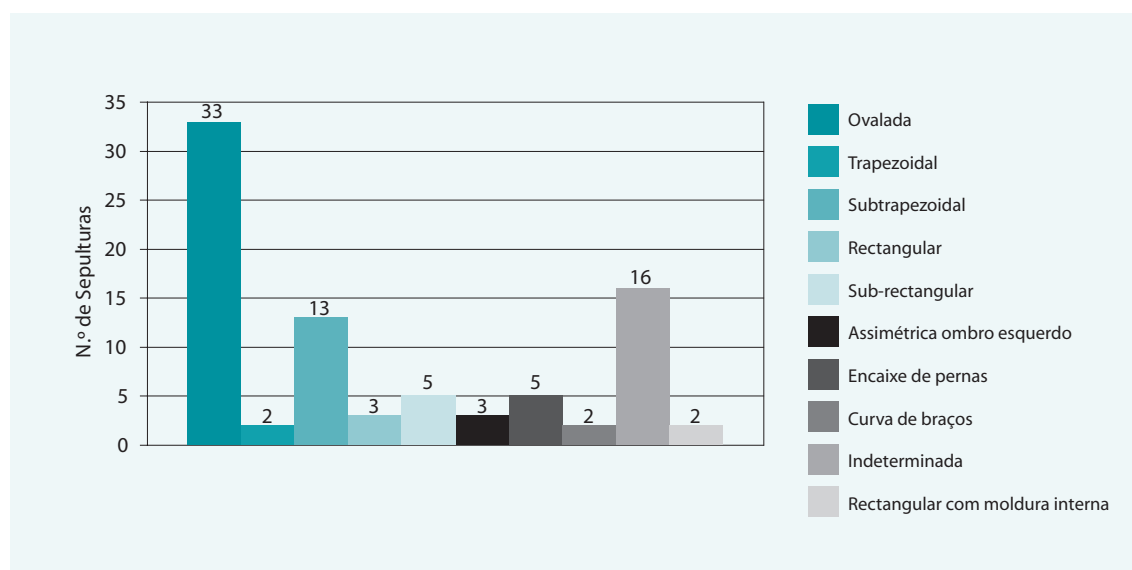


FIG. 3 - Tipologia geral das sepulturas antropomórficas.

Relativamente à tipologia da cabeceira verifica-se que a de arco de volta perfeita, a de arco ultrapassado e a rectangular são os tipos mais comuns. As cabeceiras de cantos paralelepípedicos, os quais possibilitariam imobilizar a cabeceira, perfazem apenas um total de quatro e estão representadas nas sepulturas 2 e 3 da Laje do Roxo (n.º 001), na sepultura 2 da Quinta do Cagunça (n.º 008) e na sepultura isolada das Pedras da Forca 2 (n.º 017). Somente no caso da sepultura 1 do Casal (n.º 019), que atrás referimos devido ao facto de ostentar uma moldura interna, verificámos que o plano da cabeceira se encontra alteado em relação ao leito, através de uma espécie de “almofada”, que permitiria a elevação da cabeça sobre o resto do corpo e uma maior estabilidade, característica morfológica que tem sido considerada como mais tardia (Marques, 1992, p. 125).

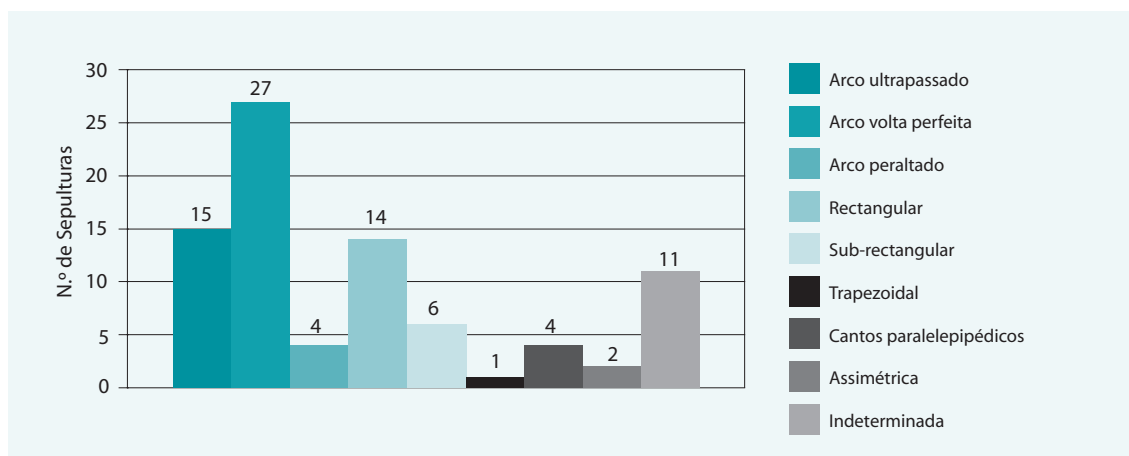


FIG. 4 - Tipologia geral da cabeceira.

Apesar de, na análise dos dois gráficos anteriores, verificarmos que existem categorias antropomórficas mais recorrentes, não podemos negar que existe alguma variedade na tipologia geral e na morfologia da cabeceira, que certamente estaria relacionada com o poder económico, o gosto pessoal daquele que solicitava o trabalho e até com o estatuto social/familiar do inumado. Como exemplo da diversidade tipológica destacamos as cinco sepulturas que compõem a necrópole da Quinta do Cagunça (n.º 008), na qual se verifica a coexistência de uma sepultura antropomórfica infantil perfeitamente simétrica, com uma sepultura de contorno trapezoidal em que o antropomorfismo resulta dos cantos da cabeceira, com uma sepultura antropomórfica com cabeceira rectangular e com duas sepulturas não antropomórficas, uma de planta ovalada, cujo corte longitudinal denota a preocupação em manter superior o plano da cabeceira relativamente ao leito, e outra de planta trapezoidal. Apesar da diversidade tipológica patente, a proximidade com que se encontram umas das outras, não nos parece evidenciar uma distinção cronológica.

Deve referir-se que, mesmo dentro do antropomorfismo, por vezes se torna difícil atribuir objectivamente uma categoria tipológica, pois o delineamento das sepulturas na maioria dos casos não é perfeito. Deste modo, verifica-se que raramente se atinge a axialidade perfeita, já que a maioria das sepulturas estudadas apresenta, ou a cabeça descaída para um dos lados, ou um ombro mais pronunciado do que o outro. Este facto parece-nos mais uma vez indicar que, mais do que uma questão de cronologia, deve ser tida em atenção a maior ou menor experiência de quem as escavava, tarefa que não deveria ser de fácil execução, sobretudo quando muitas vezes o granito existente é de grão grosso, o qual facilmente fractura. Saliente-se, a título de exemplo, o conjunto familiar das duas sepulturas do Casal (n.º 019), que apesar da moldura interna e da “almofada” ao nível da cabeceira, características tipológicas normalmente consideradas mais tardias, estão longe de atingirem uma simetria perfeita. Das 84 sepulturas antropomórficas são escassas as que atingem um antropomorfismo pleno, este apenas de verifica nas sepulturas isoladas da Rua do Pombal (n.º 022), da Adelinha (n.º 007), na sepultura infantil da Quinta do Cagunça (n.º 008) e das Campas (n.º 015), na sepultura do Moledo (n.º 021), nas sepulturas 2 da Tapada (n.º 026) e da Quinta da Moura (n.º 040), na sepultura de criança da Regueira (n.º 047) e na de adulto do Patarinho 1 (n.º 054).

Relativamente à associação de sepulturas de tipologia não antropomórfica e antropomórfica, deve realçar-se que das onze que se integram na primeira categoria, nove se encontram junto de sepulturas com a forma humana e apenas duas se encontram isoladas, especi-

ficamente a Lapa (n.º 057) e a Lapa 1 (n.º 058). Assim, e estando cientes de que um espaço com sepulturas pode ter sido referência sepulcral ao longo do tempo, os dados recolhidos parecem-nos apontar mais para uma questão de preferência pessoal, do que propriamente para uma questão cronológica. Também não poderemos estabelecer uma relação directa entre o não antropomorfismo e as sepulturas de criança, as quais contabilizámos um total de oito, pois dentro destas apenas registamos essa associação em três casos, na sepultura 2 da Várzea 1 (n.º 006), associada a mais duas sepulturas antropomórficas de adulto, na sepultura 2 de Malhõa (n.º 035), relacionada com uma sepultura de adulto, e na sepultura do Patarinho 2 (n.º 055). As sepulturas não antropomórficas integram-se maioritariamente, em pequenos conjuntos de duas e três sepulturas, os quais conforme acima já referimos pensamos tratar-se de pequenos núcleos familiares.

Com base na leitura do gráfico abaixo apresentado e tendo em conta que é habitualmente considerado que as sepulturas com menos de 1,5 m devem atribuir-se a crianças (Marques, 1995, p. 206), verificamos, por um lado, que as sepulturas infantis são escassas, perfazendo somente um total de oito, e que nas sepulturas de adulto o comprimento oscila sobretudo entre os 180-190 cm e os 170-180 cm. Assim, e de acordo com os estudos até ao momento efectuados, os quais consideram que o comprimento das sepulturas excede entre 10 a 20 cm a estatura do indivíduo sepultado (Barroca, 1987, p. 121), estaremos perante sepulturas de indivíduos que atingiriam em média um comprimento que oscilaria entre os 150/160 e os 170/180 cm.

Deve destacar-se que acima dos 2 m de comprimento foram ainda registadas um total de 7 sepulturas, designadamente a Adelinha (n.º 007), a sepultura 2 da Quinta do Cagunça (n.º 008), a n.º 3 da Tapada (n.º 026), a n.º 1 da Malhoa (n.º 035), a da Cova da Moura (n.º 039), a n.º 3 do Patarinho (n.º 053) e a sepultura da Lapa 1 (n.º 058), todas antropomórficas com excepção desta última. Note-se ainda que duas destas, a n.º 1 da Malhõa e a Lapa 1, conjuntamente com as duas sepulturas do Casal (n.º 019), apresentam uma profundidade superior a 40 cm, o que é considerável quando comparadas com a média geral que oscila entre os 20 e os 30 cm, podendo talvez esta profundidade estar relacionada com uma dupla tumulação.

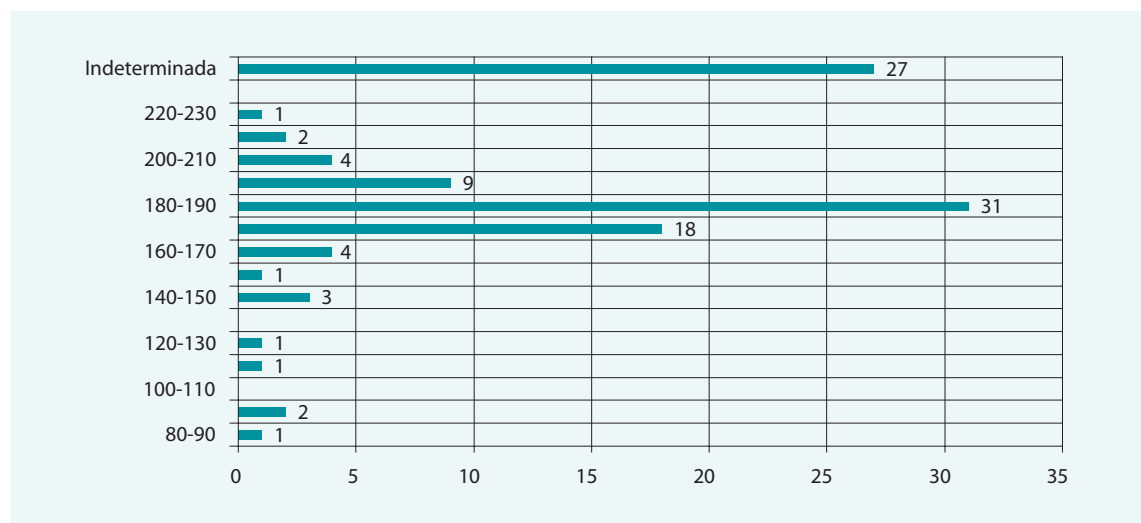


FIG. 5 - Comprimento total das sepulturas.

Torna-se difícil estabelecer uma relação entre as dimensões das sepulturas e o sexo do inumado. No entanto, considerando que os homens teriam uma estatura mais elevada, parece-nos que as sepulturas com mais de 2 m de comprimento estariam mais naturalmente

associadas a estes. Pela análise do comprimento dos túmulos, verifica-se que, na sua maioria, não apresentam diferenças significativas, não nos permitindo afirmar se estamos perante um sepulcro masculino ou feminino. Por exemplo, mesmo o conjunto do Casal (n.º 019) que, conforme acima já referimos poderá ter inumado marido e mulher, diferem entre si apenas 4 cm, uma tem 180 cm e a outra 176 cm. Apenas em quatro sítios é que se verifica uma diferença mais expressiva, designadamente no conjunto de três sepulturas da Várzea 1 (n.º 006), com 189, 140 e 180 cm, e nos conjuntos de duas sepulturas como as Fontainhas (n.º 023), com 198 cm e 153 cm, na Quinta da Sernada (n.º 028), com 195 e 186 cm e no Penedo da Moita (n.º 045) com 193 e 186 cm. Assim, se no primeiro exemplo estaríamos perante uma sepultura masculina, uma infantil e uma feminina, nos restantes três casos estaríamos diante de uma sepultura masculina e feminina. Devemos ainda esclarecer que, apesar dos apenas 153 cm da sepultura 2 das Fontainhas, esta não foi integrada na categoria de sepultura infantil, uma vez que a sua largura máxima de 48 cm excede as que normalmente estão associadas às de criança, pelo que consideramos que esta sepultura terá sido destinada a um adulto.

Ainda analisando o binómio comprimento e tipologia, e defendendo-se que, pelo menos na área presentemente em estudo, não existe uma diferenciação sexual a nível tipológico, verificamos que não há uma correspondência directa entre estas duas categorias de estudo e o sexo do inumado. A título de exemplo, destacamos o caso das sepulturas 2 e 5 da necrópole da Quinta do Cagunça (n.º 008), ambas de grande dimensão, que pelo seu comprimento terão inumado dois homens, uma com 203 cm é de tipologia antropomórfica e a outra com 197 cm é não antropomórfica. Por outro lado ainda nesta mesma estação arqueológica temos duas sepulturas dispostas lado a lado, que têm apenas 1 cm de diferença, a n.º 3 mede 181 cm e a n.º 4 180 cm, a primeira é antropomórfica e a segunda é não antropomórfica. Ainda no caso do conjunto das duas sepulturas da Avelreira (n.º 030), verificamos que a não antropomórfica é 2 cm maior do que a antropomórfica.

Como sepulturas de criança foram registadas respectivamente a n.º 2 da Várzea 1 (n.º 006), não antropomórfica de planta ovalada, a sepultura 1 da Quinta do Cagunça (n.º 008) e a de Vale de Covo 1 (n.º 011), ambas de planta sub-rectangular e com uma cabeceira rectangular, a n.º 2 de Campas (n.º 015), de planta ovalada e cabeceira de arco de volta perfeita, a sepultura 2 da Malhã (n.º 035), não antropomórfica ovalada, a sepultura 1 de S. Sebastião (n.º 044), assimétrica no ombro esquerdo e na cabeceira, a sepultura 2 da Regueira (n.º 047), ovalada e de cabeceira de arco de volta perfeita, e por último a de Patarinho 2 (n.º 055), não antropomórfica de planta sub rectangular⁵. Refira-se que, apesar de verificarmos que não existe uma equivalência entre as sepulturas de criança e uma tipologia específica, um aspecto devemos salientar, que é o facto de ser perceptível uma certa preocupação no delineamento das sepulturas de criança, as quais, com excepção da assimetria da sepultura de S. Sebastião, demonstram uma perfeição no delineamento dos contornos e na escavação da sepultura, o que não é tão comum nas de adulto. Cada uma destas, com excepção do Vale de Covo 1 e do Patarinho 2, encontra-se associada a uma ou mais sepulturas, parecendo pois estar integradas em conjuntos familiares.

Quanto à cobertura destas sepulturas é de referir que não detectámos no levantamento de campo nenhuma tampa. Contudo, deve salientar-se que temos indícios destas terem existido nas duas sepulturas das Pedras da Forca 1 (n.º 017), nas sepulturas 3 e 4 da necrópole do Passal (n.º 027) e na sepultura isolada da Vinagreira (n.º 037). O facto é que todas estas apresentam, na parte superior da cabeceira e nos casos das Pedras da Forca 1 e do Passal também entre as sepulturas, o encaixe para o assentamento da tampa, a qual, seria provavelmente monolítica, não descuidando a possibilidade de existirem outras soluções de cobertura como é o caso de pequenas lajes. A dificuldade em encontrar estas tampas estará certamente relacionado com o seu reaproveitamento para, por exemplo, construções agrícolas ou até muros de divisão de propriedades.

No que diz respeito à análise das orientações das sepulturas, tendo em conta a sua tipologia geral, podemos constatar, no Quadro abaixo apresentado, que as orientações são variadas, não existindo uma equivalência entre a orientação da sepultura e a sua tipologia.

QUADRO 1

<i>Graus</i>	<i>Não Antropomórficas</i>	<i>Antropomórficas</i>	<i>Antropomorfismo Incipiente</i>
10°		1	
20°		2	
30°		1	
130°	1	1	
150°		1	1
160°		2	
170°		4	
190°		1	
200°	1	1	
210°		2	
220°	1	4	
230°	3	3	
240°		6	
250°		1	
260°	1	6	
270°		7	
280°		3	
290°	1	6	
300°		1	
310°	1	2	
320°		2	
330°		7	
340°		4	
350°		3	
360°		4	
Indeterminada	2	9	
Total	11	84	1

Apesar das diferentes orientações, a análise dos dados dispostos no Quadro permite-nos referir que a concentração da maioria das orientações tumulares na categoria das não antropomórficas verifica-se entre os 200° e os 310° e na categoria das antropomórficas entre os 220° e os 360°.

Conforme pode ainda observar-se no Quadro, são escassas as sepulturas que apresentam uma orientação canónica perfeita. Nas não antropomórficas apenas a sepultura de criança da Várzea 1 (n.º 006) se aproxima dessa orientação com os seus 260°. Nas antropomórficas e também com 260°, temos as duas sepulturas das Hortas (n.º 031), as três sepulturas do Patariño (n.º 053) e a sepultura 4 da necrópole da Regueira (n.º 047). Apenas nas sepulturas antropomórficas observamos a orientação de 270°, nomeadamente na sepultura 1 da Laje do Roxo (n.º 001), na sepultura 2 da necrópole da Quinta do Cagunça (n.º 008), na sepultura isolada e inacabada de Vale de Covo 1 (n.º 011), na sepultura 3 da Quinta da Moura (n.º 040) e na sepultura 1 da Regueira (n.º 047). Ainda nas sepulturas antropomórficas e próximas da orientação canónica temos, com 280°, a sepultura isolada do Adoeiro (n.º 004) e as duas sepulturas do Penedo da Moita (n.º 045), e com 290°, as sepulturas 2 e 3 da Laje do Roxo. O facto de a orien-

tação canónica ser pouco comum no conjunto aqui analisado, não significa que ela não fosse do conhecimento da população. Um aspecto que tem sido tido em conta na análise da diversidade de orientações é o facto de a orientação do sepulcro poder ser colocada em prática com base na observação do nascer e do pôr-do-sol, o que tendo variações ao longo do ano poderia ser uma explicação para esta diversidade (Barroca, 1989, p. 123-124). No entanto, a variabilidade de orientações poderá, por exemplo, estar relacionada com a disposição do próprio afloramento, pois na altura da escolha do local seria também tida em conta a inclinação da rocha, de modo a, por exemplo, se conseguir que a zona da cabeceira ficasse mais elevada do que o resto do leito, ou o espaço disponível para a abertura de um ou mais sepulcros.

Relativamente à análise da orientação com base no contexto das sepulturas, verificamos igualmente que existe uma variação nas orientações. Apesar de não se observar uma relação directa entre a orientação da sepultura e o seu contexto, a análise dos dados expostos no Quadro abaixo apresentado permite-nos afirmar que a maioria das orientações das sepulturas isoladas se concentra entre os 150° e os 290°, nos conjuntos de duas sepulturas entre os 200° e os 310°, nos conjuntos de três sepulturas entre os 230° e os 340° e nas necrópoles entre os 220° e os 230°.

QUADRO 2

Graus	Isoladas	Conjunto 2	Conjunto 3	Necrópole
10°		1		
20°	1		1	
30°			1	
130°		2		
150°	1	1		
160°	2			
170°	1			3
190°			1	
200°	1	1		
210°		2		
220°	1			4
230°	2	3	1	1
240°	1	4	1	
250°				1
260°		2	4	1
270°	1		4	2
280°	1	2		
290°	2		3	2
300°				1
310°		2	2	
320°			2	
330°			2	5
340°	1		2	1
350°	1	1		1
360°	1	3		
Indeterminada			6	12
Total	17	24	30	34

Em 46 estações arqueológicas com sepulturas rupestres apenas em 10 verificamos que existe uma mesma orientação tumular, nomeadamente nos conjuntos de duas sepulturas

como a Quinta do Serrado (n.º 003) com 360°, o Casal (n.º 019) com 244°, as Fontainhas (n.º 023) com 240°, a Quinta da Sernada (n.º 028) com 310°, a Aveleira (n.º 030) com 130°, as Hortas (n.º 031) com 260°, o Penedo da Moita (n.º 045) com 280°, nos conjuntos de três sepulturas como o Prado (n.º 002) com 320°, a Quinta da Moura (n.º 040) com 270° e o Patarinho (n.º 053) com 260°. Ainda no caso da necrópole da Tapada (n.º 026) e do Passal (n.º 027) verificamos que, apesar de existirem orientações divergentes entre as sepulturas, as abertas lado a lado, provavelmente ligadas entre si por laços familiares, têm a mesma orientação, como é o caso das sepulturas 1, 2, 3 e 4 da Tapada, e das sepulturas 3 e 4 do Passal, ou pequenas diferenças, como é o exemplo sepulturas 6 e 7 da Tapada, com apenas 14° de diferença entre si. Nos casos dos conjuntos de duas sepulturas das Pedras da Forca 1 (n.º 016) e de S. Sebastião (n.º 044) verifica-se igualmente que as cabeceiras têm um pequeno desvio, apresentando apenas uma diferença de 10°. Nestas estações, a pequena discrepância poderá estar relacionada com o próprio talhe daquele que as escavou.

No entanto, dentro dos casos estudados também se verifica que a exiguidade do afloramento condicionou a orientação das sepulturas, nomeadamente na estação dos Alqueives (n.º 051), onde o espaço mais restrito implicou que uma das sepulturas tivesse uma orientação divergente, assim a sepultura 1 tem 33° e as sepulturas 2 e 3 têm 310°. Contudo, esta questão não se coloca no caso da necrópole da Regueira (n.º 047), onde a dimensão do afloramento granítico possibilitaria que a sepultura 5 tivesse uma orientação próxima das restantes, todas orientadas para nordeste e este, o que não acontece pois tem uma diferença de mais de 100° das outras sepulturas, encontrando-se orientada a sul.

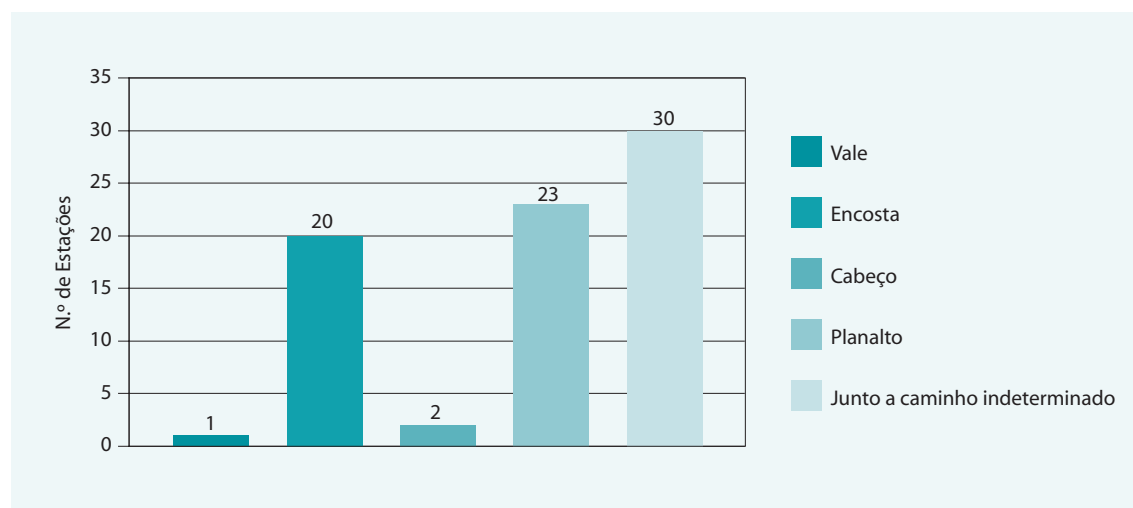


FIG. 6 - Implantação geográfica por estação.

Relativamente à implantação geográfica destas 46 estações arqueológicas refira-se que a maioria localiza-se em planaltos, 23, e encostas, 20. Apenas duas se localizam em cabeços, o Prado (n.º 002) e a Lapa (n.º 057), e somente uma se encontra implantada num pequeno vale, a estação romano-medieval do Casal (n.º 019). Ainda das 46 estações deve salientar-se, conforme demonstra o gráfico *supra*, que a maioria, 30, se localiza nas imediações de caminhos vicinais, situação comum à estudada na região de Viseu (Marques, 1995, p. 188). No entanto, é difícil determinar a respectiva antiguidade, a questão permanece sempre: os caminhos são anteriores, contemporâneos ou posteriores às sepulturas rupestres? Na área em análise temos o exemplo da sepultura isolada e antropomórfica de Vale de Covo 1 (n.º 011), a qual actualmente se localiza no meio de um caminho de acesso a propriedades agrícolas. Este facto permite-nos colocar duas

hipóteses, ou o caminho foi aberto posteriormente à implantação da sepultura, ou com o passar do tempo o mesmo teve uma variação no seu traçado, o que poderá ter implicado que a sepultura que se encontrava na berma deste acesso tenha passado a estar incorporada por este último.

A elevada associação de núcleos com sepulturas rupestres a caminhos, tem sido também associada à manutenção da tradição romana. Contudo, a repugnância à proximidade dos mortos terá gradualmente desaparecido⁶, pelo que o binómio sepulturas/caminho deverá, na maior parte dos casos aqui estudados, estar relacionada com a própria rede de caminhos que ligariam os núcleos habitacionais então existentes, os quais também estariam próximos dos locais de inumação.

Estes caminhos de terra batida actualmente permitem a circulação entre propriedades agrícolas, ou a ligação entre aldeias. Apenas no caso do conjunto das duas sepulturas das Hortas (n.º 031), se verifica que o caminho que se localiza nas suas imediações segue em direcção ao vale, onde se encontra a calçada de Alagoas 1 (n.º 032), sobre a qual, contudo, não dispomos de dados que nos permitam classificá-la cronologicamente.

Ainda no que respeita à implantação individual das sepulturas, não nos parece que tenha existido uma preocupação com o seu destaque na paisagem, com a excepção das sepulturas 1 e 2 da Laje do Roxo (n.º 001), da sepultura 2 da Aveleira (n.º 030) e da própria necrópole da Regueira (n.º 047), pois em todos estes exemplos as sepulturas foram escavadas em penedos proeminentes na paisagem envolvente. Devemos ainda realçar que no túmulo 2 da Laje do Roxo, o qual se eleva a cerca de 1,60 m do solo numa posição nítida de destaque, foi necessário realizar escadas que permitissem um mais fácil acesso a esta inumação. Ainda que comparando com este caso específico os afloramentos onde foram escavadas a sepultura n.º 5 da necrópole da Tapada (n.º 026) e as duas sepulturas do Casal (n.º 019) sejam de fácil acesso, também nestas documentámos, no segundo sítio através de informação oral, a existência de escadas de acesso às sepulturas.

Apesar destes exemplos, na sua maioria este tipo de monumento funerário passa perfeitamente despercebido na paisagem e só nos apercebemos da sua presença quando chegamos ao local, o que parece não acontecer na região de Viseu (Marques, 1995, p. 188). Vários investigadores têm proposto uma despersonalização para as sepulturas rupestres, é um facto que as tampas que têm sido encontradas não possuem nenhum elemento decorativo ou epigráfico (Marques, 1995, p. 203; Tente e Lourenço, 1998, p. 210). No entanto, não podemos colocar de lado a hipótese de terem sido utilizados por exemplo materiais perecíveis para assinalar os túmulos.

Devemos ainda referir que, durante o levantamento das sepulturas rupestres, foi possível observar que algumas encontram-se associadas a pequenas pias, covinhas e outras gravuras. Deste modo, efectuaremos de seguida a descrição e análise dos exemplos detectados, devendo desde já mencionar-se que todas as sepulturas onde estas situações se observam são antropomórficas. Na sepultura de Prazias (n.º 014), a 30 cm do seu contorno lateral direito, localiza-se uma pequena pia, com 20 cm de diâmetro e 30 cm de profundidade, enquanto no leito da sepultura infantil de Campas (n.º 015) foi escavada uma pequena pia, com 14 cm de diâmetro e 6 cm de profundidade. Nos casos do conjunto de três sepulturas da Laje do Roxo (n.º 001), com 32 cm de diâmetro e 15 cm de profundidade, e do conjunto das duas sepulturas das Hortas (n.º 031), com 20 cm de diâmetro e 10 cm de profundidade, as pias não se encontram directamente associadas a um túmulo em particular, mas foram localizadas num afloramento próximo ao do local das inumações, como que se tivessem sido utilizadas para cada um dos enterramentos. Conforme se pode observar, e com excepção da pia das Campas (n.º 015), constata-se que existe uma certa homogeneidade no diâmetro e na planta circular, bem como uma variação em termos de profundidade. Também na área de Viseu foram identificadas 8 pias escavadas na rocha em igual número de estações, classificadas como necrópoles (Marques, 1995, p. 215). No

entanto, as mesmas apresentam diâmetros superiores, ou seja, acima dos 40 cm. Este investigador refere que as pias fazem parte do espaço necrológico e que relativamente à sua associação com a tipologia geral das sepulturas se verifica um predomínio do antropomorfismo (Marques, 1995, p. 216). Menciona ainda que, de acordo com os estudos efectuados por Manuel Riu, estas estruturas podem estar relacionadas com o ritual funerário praticado, nomeadamente com a lavagem do corpo antes deste ser envolvido no sudário, deste modo os pequenos pios por si identificados “... poderiam cumprir a mesma função ritual, limitando-se a reproduzir, apenas simbolicamente, o banho que precedia a inumação, dada a pouca água que armazenava no seu interior.” (Marques, 1995, p. 216), ou, então, seriam pequenos depósitos de água benta para se efectuar a aspersão do corpo e do túmulo numa época em que o ritual funerário (a vigília, o luto e o préstito) era mais do domínio civil (Ariès, 1977, p. 191), ou seja, familiar.

Relativamente à associação entre sepulturas, covinhas e outras gravuras, esta apenas se verifica junto a túmulos de tipologia antropomórfica e isolados. Assim, constatou-se que no mesmo afloramento onde se encontra escavada a sepultura isolada do Adoeiro (n.º 004) se observam, a cerca de 40 cm do seu contorno esquerdo, doze covinhas com cerca de 9 cm de diâmetro e 4 cm de profundidade, um serpentiforme e um cruciforme. Também no mesmo afloramento granítico das sepulturas do Cortinhal (n.º 029), Cova da Moura (n.º 039) e Cumeadas (n.º 041) se observou a presença de covinhas. Na primeira, a 12 cm de distância do contorno direito da sepultura, apenas existe uma covinha com 9 cm de diâmetro e 8 cm de profundidade, na segunda e distribuídas ao longo do seu contorno direito são visíveis cinco covinhas com apenas 2 cm de diâmetro e 4 cm de profundidade, na terceira e junto ao contorno do ombro direito estão presentes onze covinhas com 2 cm de diâmetro e 3 cm de profundidade. Saliente-se que, no caso das duas últimas sepulturas, as dimensões das covinhas são semelhantes e que as duas estão relativamente próximas, distando entre si aproximadamente 600 m, podendo talvez ter sido efectuadas pela mesma pessoa. Também no afloramento onde foi escavada a sepultura de Vale de Covo (n.º 010), a 20 cm do contorno lateral esquerdo da cabeceira, é visível uma pequena covinha com 2 cm de diâmetro e 2 cm de profundidade, devendo ainda salientar-se que, num penedo granítico destacado na paisagem e a cerca de 8 m para sudoeste do túmulo, se observou a presença de dez covinhas dispostas na vertical, com 6 cm de diâmetro e 2 cm de profundidade, e que permitem aceder ao topo do penedo. Quanto às covinhas e às duas gravuras do Adoeiro torna-se difícil de tecer considerações cronológicas, nomeadamente definir se são anteriores, contemporâneas ou posteriores ao túmulo, pois para além desta associação ser rara, as covinhas normalmente estão associadas a contextos pré-históricos/proto-históricos. Relativamente ao cruciforme, este na Beira Alta normalmente anda associado à delimitação de propriedades, funcionando muitas vezes como marcos de terrenos. Contudo, não podemos, deixar de salientar a relativa homogeneidade, em termos de dimensão, das covinhas descritas. Poderão as mesmas estar associadas ao próprio processo de escavação da sepultura, designadamente a um dos instrumentos utilizados, o pico?

Para terminarmos a análise das sepulturas rupestres entre os rios Dão e Mondego, devemos ainda fazer referência à sua associação com lagaretas. Das 46 estações arqueológica inventariadas apenas em três sítios no Casal (n.º 019), em Chãs (n.º 024) e na Lapa (n.º 057) observamos esta coexistência. A cerca de 80 m para Este do conjunto de duas sepulturas antropomórficas do Casal, num afloramento granítico foi escavada uma lagareta composta por dois entalhes rectangulares e um canal de escorrência que liga a uma pia receptora, e a aproximadamente a 100 m para sul do conjunto das duas sepulturas antropomórficas de Chãs localiza-se uma lagareta circular em granito, com cerca de 1,20 m de diâmetro, a qual apresenta em toda a sua volta um pequeno sulco escavado que desemboca num entalhe efectuado para o escoamento do líquido. Estes dois conjuntos de sepulturas têm em comum a particularidade de

se integrem numa área onde abundam os materiais de cronologia romana. Seria interessante abordar a cronologia destas estruturas transformadoras; contudo, tal torna-se difícil de aferir pois o estudo destes vestígios são escassos, persistindo muitas dúvidas quanto à sua época de construção e de utilização, e mesmo quanto ao produto que aí seria transformado. Alguns arqueólogos têm estabelecido analogias com os lagares romanos (Silva e Correia, 1997, p. 113); no entanto, sabemos que este procedimento técnico que se tornou tradicional ao longo de muitos anos sobreviveu até à contemporaneidade (Almeida et al., 1999, p. 97).

Relativamente à estação da Lapa, para além desta sepultura não antropomórfica ter sido reutilizada como lagareta, conforme abaixo mencionaremos, observamos que a 30 cm do seu contorno direito se localiza uma pequena lagareta, que mede 90 cm de diâmetro e 15 cm de profundidade, com o respectivo canal de escorrência com 60 cm de comprimento e 9 cm de profundidade, e que aproximadamente a 15 m para Sul da sepultura existe uma outra com a mesma dimensão, com um pequeno entalhe para a saída do líquido, mas sem o canal de escorrência.

Como exemplo de uma possível reutilização de sepulturas como lagaretas, e dado o diâmetro dos orifícios a seguir descritos, temos o conjunto de duas sepulturas do Penedo da Moita (n.º 045). Estas apresentam o separador central partido, a zona dos pés da sepultura n.º 1 encontra-se perfurada por um orifício com cerca de 13 cm de diâmetro, enquanto, no caso da sepultura n.º 2, junto aos seus pés se pode observar a tentativa de perfuração de um orifício, com cerca de 8 cm de diâmetro; todavia a abertura neste caso não foi concretizada, talvez porque a inclinação longitudinal da n.º 1 era maior e possibilitaria uma melhor escorrência do líquido. Igualmente a sepultura não antropomórfica da Lapa 1 (n.º 058) encontra-se perfurada na zona dos pés por um orifício com cerca de 13 cm de diâmetro e 24 cm de comprimento, o que indicia conjuntamente com a inclinação do leito que foi reutilizada como lagareta. Aquando da primeira observação desta sepultura pareceu-nos apenas uma lagareta, contudo, perante o facto de apresentar uma tipologia subtrapezoidal e de ter 290º de orientação, julgamos que terá funcionado, em primeiro lugar, como sepultura e, posteriormente, reaproveitada como lagareta. Também a sepultura antropomórfica da Rua do Pombal (n.º 022) e a sepultura não antropomórfica da Lapa (n.º 057), ambas com inclinação suficiente para a circulação de líquidos, poderão ter sido reutilizadas como lagaretas, as duas apresentam na zona dos pés um pequeno canal escavado, na primeira com 6 cm de comprimento e 6 cm de largura, e na segunda com 10 cm de comprimento e 12 cm de largura.

No entanto, é de referir que alguns investigadores, ao encontrarem pequenos orifícios nas sepulturas, sobretudo junto à zona dos pés, colocaram a possibilidade deste sistema ter servido para a drenagem de líquidos do interior do sepulcro (Valera, 1990, p. 23; Marques, 1995, p. 200), o que aliás parece ser o caso da sepultura 2 da Laje do Roxo (n.º 001). Esta apresenta, para além de possuir pouca inclinação longitudinal, um orifício com apenas 6 cm de diâmetro, na zona dos pés. Assim, neste caso específico, tendo em consideração a pequena dimensão do mesmo e o facto de o seu acesso ser dificultado por se implantar num penedo, a 160 cm do solo, a sua funcionalidade estará associada à drenagem do túmulo.

Relativamente a outro tipo de estrutura rupestre, gostaríamos de destacar que no vale junto ao rio Videira, defronte da sepultura antropomórfica do Adoeiro (n.º 004), a cerca de 20 m desta última, identificámos um nicho de forma subtriangular escavado no afloramento granítico. Este nicho tem aproximadamente 1 m de largura e de altura, apresentando no seu interior uma superfície aplanada com 80 cm. Observam-se ainda a presença de pequenas covinhas, sete com 0,5 cm de diâmetro no rebordo exterior do nicho e três com 7 cm de diâmetro a 80 cm da sua entrada, ao nível do solo. Ainda a 2 m para sudoeste do nicho é visível uma pia com 26 cm de diâmetro e 10 cm de profundidade. A proximidade entre este

nicho e a sepultura antropomórfica isolada, actualmente separados por um pequeno caminho rural, permite-nos colocar a hipótese de, eventualmente, estarmos perante uma sepultura de um ermita que teria o seu oratório rupestre, “La tradición eremítica se manifestaría en occidente de forma continuada y prolífica a lo largo de época altomedieval. En las proximidades de las aldeas (...) se instalaron eremitas que de forma individual o colectiva se dedicaron a la práctica ascética.” (Padilla Lapuente, 2003, p. 76). Ainda que no terreno junto aos afloramentos não se tenha detectado a presença de fragmentos cerâmicos, eram visíveis, junto à parede norte do afloramento granítico onde está a sepultura, alguns blocos de granito não aparelhados de pequena e média dimensão que, eventualmente, poderão ter feito parte de uma estrutura que encostaria ao próprio afloramento rochoso.

Não poderíamos terminar este subcapítulo sem nos debruçarmos sobre a estação arqueológica da Campa da Moira (n.º 025), onde, conforme referimos no catálogo das estações, identificámos na parede sul de um afloramento granítico, um nicho orientado no sentido este-oeste, no qual se observa o delineamento, ainda que irregular, da zona da cabeceira e do leito. O seu interior apresenta 132 cm de comprimento e 52 cm de largura máxima, enquanto a zona que corresponderá à cabeceira tem 22 cm de largura. Deve destacar-se que somente a área correspondente ao leito se encontra perfeitamente aplanada, contrastando com a parte superior do nicho onde as arestas do granito de grão grosso se encontram perfeitamente avivadas, não se registando aí nenhum sinal de abrasamento. Pela sua tipologia e orientação, este nicho parece ter tido como funcionalidade a inumação, solução aliás igualmente inventariada no sítio arqueológico de Cuyacabras, na província de Burgos, em Espanha (Padilla Lapuente, 2003, p. 44-65). Pelo comprimento do interior do leito, destinar-se-ia à inumação de uma criança, em Cuyacabras também um dos nichos se destinava à inumação de uma criança. No topo do afloramento são visíveis pelo menos três covinhas com cerca de 3 cm de diâmetro e 2 cm de profundidade, enquanto na sua parede oeste se observa que foi escavado um pequeno nicho em arco ultrapassado, o qual apresenta cerca de 28 cm de largura e 35 cm de altura e uma plataforma com cerca de 18 cm, na qual seria possível colocar um pequeno objecto, colocando-se pois a hipótese de estarmos perante um pequeno oratório rupestre. Na recolha de informação oral foi-nos transmitido que, neste local, existiram mais duas sepulturas escavadas na rocha; contudo, nas batidas de campo efectuadas por Evaristo Pinto e por nós próprios, não foram identificadas. Assim, estas poderão estar ocultas pela vegetação, ou já terem sido destruídas. De qualquer forma, a associação entre esta sepultura-nicho e sepulturas escavadas na rocha não seria surpreendente, pois em Cuyacabras também estão documentados os dois tipos de inumação, sendo que aí apenas se contabilizaram 10 nichos laterais num total de 183 sepulturas. No terreno envolvente há afloramentos que permitiriam a abertura de uma sepultura, o que nos leva a reflectir sobre qual o significado cronológico e cultural deste tipo de sepultura-nicho. O facto de encontrarmos escavado no mesmo afloramento um pequeno nicho em arco ultrapassado poderá remeter-nos para o mundo moçárabe, o que aliás também é proposto por Padilla Lapuente, que avança com uma cronologia do século X para este tipo de inumação (Padilla Lapuente, 2003, p. 64).

4.1.1.2. A associação entre o espaço funerário e o espaço religioso

Somente em quatro estações arqueológicas detectámos a associação entre sepulturas rupestres e espaços religiosos, respectivamente na Tapada (n.º 026), no Passal (n.º 027), nas Igrejas Matrizas do Vimieiro (n.º 049) e de S. João de Areias (n.º 050). Nas duas primeiras foi possível efectuar o respectivo levantamento de campo, porém, nas duas últimas, apenas sabemos desta coexistência através da bibliografia consultada.

Actualmente, na Tapada e no Passal, contabilizam-se um total de 11 túmulos. Conforme referimos no subcapítulo anterior, na Alta Idade Média estas duas estações terão feito parte

de uma única necrópole, a qual seria composta por um maior número de sepulturas. A cerca de 50 m das sepulturas 1 e 2 do Passal localiza-se a Igreja Matriz de Cabanas de Viriato, orientada canonicamente e consagrada a S. Cristóvão. No entanto, o actual edifício religioso remonta ao século XVIII, encontra-se todo rebocado e não se vislumbram vestígios de uma construção anterior. Contudo, sabendo nós que esta necrópole seria mais numerosa e que é já feita referência à igreja no século XVI⁷, devemos supor que poderá ter existido uma edificação mais antiga. Relativamente à orientação dos sepulcros desta necrópole, verificamos que, das onze, apenas um conjunto de duas estão próximas da orientação canónica perfeita, as sepulturas 6 e 7 da Tapada, com 286° e 300°, todas as outras apresentam uma orientação norte-sul e sul-norte. Poderá, talvez, este facto indicar que a edificação do espaço religioso tenha sido efectuada posteriormente à existência da necrópole, tal como se constatou na Igreja de Santa Maria de Intramuros, em Vila Velha de Numão (Lopes, 2002, p. 293).

Assim, aquando da edificação do espaço religioso poderiam já existir enterramentos, que vieram a ser integrados num espaço sacralizado. Tomemos ainda o exemplo do cemitério da Sé de Coimbra onde, segundo Vergílio Correia, “havia sepulturas anteriores à construção da fachada da catedral românica e outras posteriores a essa obra”, considerando que as sepulturas “seccionadas haviam precedido a fachada da Sé, concluída durante o último quartel do século XII.” (Marques, 1995, p. 12; Correia, 1934, p. 100).

Relativamente à Igreja Matriz do Vimieiro (n.º 049), orientada canonicamente, cujo orago é Santa Cruz, Pinho Leal⁸ refere tratar-se de um templo antigo e que junto a ele existiam sepulturas rupestres. Actualmente, ainda apresenta o pórtico de arco de volta perfeita e uma estrutura simples de planta rectangular.

Quanto à Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050), António Neves (Neves, 1999, p. 174) refere que, defronte do edifício religioso, existem sete sepulturas antropomórficas de adulto, as quais foram tapadas com o calcetamento do adro. Em obras efectuadas na igreja, orientada canonicamente, foi ainda encontrada uma estela de sepultura, discoidal, gravada com a cruz de braços curvilíneos. No caso deste templo, e ainda que o edifício actualmente existente apresente uma fachada do século XVIII, é provável que a sua construção remonte a um momento mais antigo, talvez contemporâneo das sepulturas rupestres, ou posterior, em que a sua edificação as tenha sacralizado.

Apesar de actualmente somente dispormos das evidências acima referenciadas, devemos salientar que existem indícios de outras estações onde também poderá ter ocorrido a associação entre necrópole e templo. Na Igreja Matriz de Senhorim (n.º 009), orientada canonicamente, foram recolhidas no adro duas estelas discóides⁹, que indiciam a sua utilização como necrópole. A este dado arqueológico devemos acrescentar as fontes documentais, pois em 1110 o presbítero *Menendus* doa à Sé de Coimbra “...*ecclesia mea est sita in territorio Seniorim*” (DMP, DP. , n.º 355) e as inquirições de 1258 referem a *villa de Seniorim* e a *ecclesia Sancte Marie de Senori* (PMH, I, p. 813).

Na estação do Passal 1 (n.º 018), quando se procedia a remoções de terras, foram recolhidas pedras aparelhadas e três estelas funerárias discóides¹⁰, sendo ainda referida a existência de relatos de outros túmulos isolados, entretanto já destruídos, localizados nas proximidades desta estação arqueológica (Pinto, 2001a, p. 9). Estes dados vêm confirmar a existência neste local da antiga igreja velha do Passal e respectiva necrópole, tal como é referido pela tradição popular (Pinto, 1996, p. 47). Igualmente as fontes documentais do século XIX atestam a sua existência, pois num auto da câmara, efectuado em 1824, é referido que «...*existia e existe ainda a chamada igreja velha, com os competentes passais, residência actual do reverendo abade...*” (Pinto, 2003, p. 388).

Também na Igreja Matriz de Oliveira do Conde (n.º 033) foi recolhida, no seu adro, uma cabeceira de sepultura, decorada com a cruz grega em relevo e que terá pertencido à respectiva

necrópole medieval. Da antiguidade da igreja, a qual foi alvo de sucessivas transformações ao longo dos séculos¹¹, actualmente apenas se pode observar, na capela-mor, a ábside com nervura central e o arco gótico decorado com rosáceas, bem como uma magnífica janela Manuelina. Comum a estas três estações arqueológicas é ainda o facto de, nos terrenos próximos, se terem recolhido fragmentos de cerâmica comum e de construção, que parecem confirmar a presença dos núcleos de povoamento do final da Alta Idade Média e da Baixa Idade Média, sobre os quais nos debruçaremos mais pormenorizadamente no capítulo relativo aos espaços de habitat.

Já no sítio arqueológico Passal 2 (n.º 042) encontra-se, reaproveitada numa pequena construção agrícola, uma estela de sepultura, discoidal e de braços curvilíneos. Hermínio Marques, refere que, neste local, se situaria a primitiva igreja do Casal da Torre, dedicada a S. Sebastião (Marques, 1986, p. 43). Na sua construção não se observam outros elementos arquitectónicos antigos, sendo que esta estela poderá ter sido recolhida no campo em redor e aí colocada. Para sustentar esta hipótese, deve referir-se o facto de na área envolvente se observar, quer a presença de alguns elementos arquitectónicos (soleiras de portas, blocos de granito aparelhados), os quais integrariam antigas estruturas e que actualmente se encontram incorporados nos muros que delimitam as propriedades, quer alguns fragmentos de *imbrices* grosseiros.

Conforme podemos observar no Quadro 3, as referências documentais a espaços religiosos é escassa¹². O documento mais antigo é de final do século X e os outros de inícios do século XII, havendo apenas referências a espaços religiosos em três sítios: Currelos, Moreira e Senhorim. Destes, e como acima referimos, apenas temos evidências arqueológicas da existência de uma necrópole na Igreja Matriz de Senhorim (n.º 009), onde foram recolhidas as cabeceiras de sepultura. Relativamente a Currelos não temos quaisquer evidências arqueológicas da existência de um espaço sepulcral na actual igreja matriz, a qual se localiza no centro da vila próximo do local onde esteve edificada a Torre de Dona Branca (n.º 043), sobre a qual mais à frente nos debruçaremos. No entanto, devemos salientar que foi identificado o sítio arqueológico do Passal 2 (n.º 042), supra referido, localizado junto a um pequeno vale e o qual poderá corresponder ao *monasterio* referido nos documentos medievais. Relativamente a Moreira, infelizmente não identificámos o espaço religioso referenciado na documentação, apenas inventariámos os conjuntos de três e duas sepulturas de Pêro do Pato (n.º 013) e de Prazias (n.º 014), sendo que, pelo menos esta última, corresponderia ao espaço sepulcral que se localizaria na envolvência do espaço habitacional.

QUADRO 3

Referências documentais a Igrejas (séculos X e XII)

Documento	Ano	Igrejas e Mosteiros	Lugar/Freguesia	Observações
PMH, DC., n.º 130	981	“... et alia villa de Olibaria Currellos cum suo monasterio...”	Currelos	Doacção de Gonçalo Moniz e sua mulher D. Mumadona ao Mosteiro de Lorvão.
L.P., n.º 130	1105	“... Et illud monasterium quod est in ipsa villa de Currelos ...”	Currelos	O prior de Lorvão concede a villa de Currelos a Garcia Sendins e sua mulher Elvira
DMP, DP., III, n.º 93	1103	“...de villa Moreira...et illum meum monasterium ... in honore Sancti Iuliani”	Moreira	Doacção de Pedro Sesnandes à Sé de Coimbra.
DMP, DP., III, n.º 355	1110	“...illam ecclesiam de Moreira.”	Moreira	O presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra.
DMP, DP., III, n.º 355	1110	“...ecclesia mea est sita territorio Seniorin ...”	Senhorim	O presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra.
DMP, DP., IV, n.º 5	1116	“... et illam ecclesiam de Oliuaria de Currelos...”	Currelos	O Bispo de Coimbra restaura o mosteiro de Lorvão com todos bens e rendas.

Relativamente ao Quadro 4, constatamos, comparando com os dados anteriores, que o número de igrejas aumentou consideravelmente, pois estamos num momento em que a rede paroquial estaria já organizada. Aliás, “A obrigação de se baptizar e de receber os outros sacramentos na igreja paroquial e a existência de um território paroquial sujeito à jurisdição do pároco seriam instituições introduzidas na Península Ibérica apenas nos séculos XI e XII, juntamente com o programa da reforma gregoriana.” (Mattoso, 1992, p. 44). Verificamos ainda que o único dos antigos espaços religiosos que não foi instituído como paróquia, foi o de Moreira, surgindo em seu lugar a de S. Pedro de Santar.

QUADRO 4

Catálogo das Igrejas de 1320 e 1321 (Almeida, 1971, p. 120).

<i>Bispado</i>	<i>Igreja</i>	<i>Lugar-Freguesia</i>	<i>Vestígios</i>
Viseu – I.A.B.	S. Miguel de Papísios	Papísios	
Viseu – I.A.B.	S. Miguel de Parada	Parada	
Viseu – I.A.B.	S. João de Areias	S. João de Areias	Necrópole
Viseu – I.A.B.	S. Martinho de Óvoa	Óvoa	
Viseu – I.A.B.	Igreja de Pinheiro de Ázere	Pinheiro de Ázere	
Viseu – I.T.A.M.	S. Pedro de Santar	Santar	
Viseu – I.T.A.M.	Santa Maria de Senhorim	Senhorim	Cabeceira de sepultura
Viseu – I.T.A.M.	S. Salvador de Canas	Canas de Senhorim	Cabeceira de sepultura
Viseu – I.T.A.M.	S. Pedro de Oliveira do Conde	Oliveira do Conde	Cabeceira de sepultura
Viseu – I.T.A.M.	S. Cristóvão de Cabanas	Cabanas de Viriato	Necrópole
Viseu – I.T.A.M.	Santa Maria de Oliveira de Currelos	Currelos	

I.A.B. – Igrejas do Arciprestado de Besteiros | I.T.A.M. – Igrejas da Terra Aquém do Monte

Ainda que na área em análise sejam escassos os sítios onde se verifica uma associação entre sepulturas rupestres e igrejas, tendo em conta que as sepulturas rupestres tiveram uma longa diacronia e que a sua utilização está documentada pelo menos até ao século XIII¹³, parece-nos que a realização de trabalhos arqueológicos em espaços religiosos que remontaram ao período medieval, nos trariam valiosas informações relativamente à associação destes túmulos a templos. Nomeadamente no que respeita à sua articulação espacial e definição de cronologias, bem como ao estudo de diferentes soluções de enterramento, conforme foi possível efectuar nas necrópoles rupestres do Vale do Douro Superior, nomeadamente nas Igrejas de S. Pedro de Numão e de Santa Maria de Intramuros, em Vila Velha de Numão, e na Igreja de S. João Baptista, em Ansiães (Lopes, 2002, p. 263-311).

Das estações inventariadas apenas em dois casos encontramos a associação de sepulturas rupestres a toponímia religiosa, respectivamente no conjunto de três campas da Laje do Roxo (n.º 001), com o topónimo S. Salvador, e nos dois sepulcros da estação de S. Sebastião (n.º 044). No entanto, nestes dois casos, para além da hagiotoponímia, não dispomos de outros dados que nos permitam relacionar estes conjuntos de túmulos a locais de culto religioso.

Devemos ainda fazer referência aos túmulos do Patarinho (n.º 053), Patarinho 1 (n.º 054) e Patarinho 2 (n.º 055)¹⁴, que se localizam nas imediações da *villa* romana da Abadia (n.º 056). Assim, este sugestivo microtopónimo, poderá pois, indicar-nos a presença de um espaço religioso nas proximidades do qual se poderá ter implantado a necrópole. Deste modo, e de acordo com Jorge de Alarcão “... não podemos falar, ao nível do território actualmente português da antiga província da Lusitânia, de um abandono generalizado das *villae* no século V. Algumas

terão ficado desertas, outras ter-se-ão mantido; algumas ter-se-ão convertido em mosteiros, eventualmente depois de algum hiato populacional (como S. Cucufate, Vidigueira).” (Alarcão, 2004, p. 16).

Na área em análise encontramos duas situações em que existe uma proximidade geográfica entre sepulturas escavadas na rocha e duas capelas; no entanto não parece existir uma relação directa entre elas. É o caso da necrópole da Rua da Estrada¹⁵ (n.º 020), localizada nas proximidades da Capela de Nossa Senhora da Conceição, porém, a construção desta remontará ao final do século XVII¹⁶, e das duas sepulturas da Avelreira (n.º 030), as quais se encontram afastadas cerca de 450 m para Este da Capela da Nossa Senhora dos Carvalhais. Esta última, apesar de estar associada à lenda de que naquele local e num tronco de uma árvore teria sido escondida a imagem da Virgem para ser salvaguardada da passagem de Almançor, actualmente apresenta uma arquitectura que remontará ao século XVII/XVIII, consentânea com os fragmentos cerâmicos, faianças, por nós recolhidos. Contudo, ainda hoje existem vestígios de uma antiga via-sacra que nos indiciam que se tratou de um importante local de culto, o qual poderá eventualmente ter remontado à época medieval.

Os estudos efectuados no Entre-Douro-e-Minho revelaram que coexistência do espaço sepulcral e religioso é algo que começa a observar-se no século IX, mas que apenas se generaliza por volta do século XI (Barroca, 1987, p. 129). A escassa associação entre sepulturas rupestres e igrejas, ou entre as primeiras e um culto mais antigo patente na toponímia religiosa, foi igualmente documentada para a região de Viseu (Marques, 1995, p. 217) e do Alto Paiva (Vieira, 2004, p. 75). De acordo com os dados por nós recolhidos e conforme analisaremos mais à frente, parece-nos que, num primeiro momento, as sepulturas se localizam nas proximidades de sítios de habitat dispersos, e que apenas posteriormente, já num momento de organização do povoamento que os documentos do século XII demonstram, se verificará o enterramento *apud ecclesiam*. Contudo, fica por clarificar se a igreja veio sacralizar um espaço já usado como necrópole, ou se à edificação do templo se seguiu, na sua envolvência, a polarização de sepulturas, nomeadamente nos sítios do Passal (n.º 026) e da Tapada (n.º 027), na Igreja Matriz do Vimieiro (n.º 049) e na Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050).

4.1.2. Os sítios de habitat

4.1.2.1. A relação das sepulturas e dos sítios de habitat

Tal como receávamos, quer o mato que prolifera pela área em estudo, muito do qual fruto do abandono da prática agrícola, quer as surribas efectuadas em alguns terrenos condicionaram em grande parte a detecção de material arqueológico. Este último, é na maioria escasso, apresenta-se muito fragmentado e rolado, pelo que, como veremos no capítulo seguinte, são poucos aqueles sobre os quais foi possível efectuar a respectiva análise.

Não obstante estes condicionalismos, saliente-se que das 46 estações arqueológicas com sepulturas rupestres em 22 identificámos vestígios de locais de povoamento. Este facto foi também assinalado no estudo efectuado na década de 90 para o distrito de Viseu, onde das 168 estações arqueológicas inventariadas em 77 identificaram-se materiais arqueológicos (tégulas, *imbrices*, pedra miúda aparelhada e cerâmica comum), a reduzida distância dos núcleos de sepulturas (Marques, 1995, p. 229).

Devemos pois realçar, que se não detectámos materiais que indiquem a presença de vestígios de habitat nos restantes 24 núcleos com sepulturas, tal não significa que a sua ausência seja prova de inexistência, podendo os mesmos ter sido já destruídos ou encontrarem-se ocultos pela vegetação. Na primeira situação, encontram-se as estações da Rua da Estrada (n.º 020), da Rua

do Pombal (n.º 022) e da Igreja Matriz do Vimeiro (n.º 049), as duas primeiras actualmente integradas no seio do perímetro urbano e a última alvo de grandes terraplanagens. No segundo caso, destacamos a Várzea (n.º 005), a Adelinha (n.º 007), a Quinta do Cagunça (n.º 008), o Vale de Covo 1 (n.º 011), o Pêro do Pato (n.º 013), as Pedras da Forca 1 e 2 (n.º 016/17), as Fontainhas (n.º 023), o Cortinhal (n.º 029), a Avelreira (n.º 030), a Vinagreira (n.º 037), as Alagoas (n.º 038), as Cumeadas (n.º 041), o Penedo da Moita (n.º 045), a Quinta de Silveiras (n.º 046), a Quinta do Mascote (n.º 052), bem como a Lapa (n.º 057) e a Lapa 1 (n.º 058).

No Quadro 5, apresentamos um inventário de todos os sítios arqueológicos com sepulturas rupestres, em torno das quais identificámos materiais arqueológicos que nos atestam a presença de locais de povoamento. Deste modo, integrámos os itens que considerámos mais relevantes para efectuarmos a análise destas estações. Devemos desde já salientar que, em dois locais, não foi possível determinar a área de dispersão dos vestígios arqueológicos, nomeadamente no Moledo (n.º 021) e na área envolvente à Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050). No primeiro sítio, devido ao coberto vegetal, e no segundo, ao facto da estação arqueológica actualmente se encontrar em meio urbano, com excepção de um terreno defronte da igreja matriz, no qual apesar da densa vegetação rasteira conseguimos observar a presença de alguns fragmentos de tégulas e de *imbrices*. No entanto, e conforme referimos no catálogo, em ambos os casos dispomos de informação bibliográfica relativa à presença de material cerâmico.

Relativamente à implantação geográfica, constatamos que a maioria dos locais de povoamento se localizam em planaltos e em encostas suaves, sem preocupações defensivas e próximo de cursos de águas que irrigam pequenos vales possibilitando a prática agrícola. Os sítios de povoamento situam-se, em média, a cerca de 100 m de distância dos núcleos de sepulturas; porém, nas estações onde existe uma ocupação romana verifica-se que o espaço sepulcral se sobrepõe a esta última, com excepção de S. Sebastião (n.º 044).

QUADRO 5

Sítio Arqueológico	Área dispersão dos vestígios (m ²)	Implantação	Tipo de Sítio	Cronologia
Laje do Roxo (n.º 001 - 3)*	300	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Prado (n.º 002 - 3)	200	Cabeço	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Quinta do Serrado (n.º 003 - 2)	2000	Encosta	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Várzea 1 (n.º 006 - 3)	200	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Vale de Covo (n.º 010 - 1)	100	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Prazias (n.º 014 - 3)	5000	Planalto	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Campas (n.º 015 - 2)	300	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Casal (n.º 019 - 2)	5000	Encosta	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Moledo (n.º 021 - 3)		Encosta	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Chãs (n.º 024 - 2)	6000	Planalto	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Tapada/Passal (n.º 026 / 027 - 7)	7000	Encosta	Lugar	Alta Idade Média
Hortas (n.º 031 - 2)	100	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Malhoa (n.º 035 - 2)	300	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Cova da Moura (n.º 039 - 1)	100	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Quinta da Moura (n.º 040 - 3)	80	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
S. Sebastião (n.º 044 - 2)	120	Encosta	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Regueira (n.º 047 - 6)	5000	Encosta	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Igreja de S. João de Areias (n.º 050 - 7)		Planalto	Lugar	Romano/Alta Idade Média
Alqueives (n.º 051 - 3)	150	Planalto	Habitat	Romano/Alta Idade Média
Patarinho, Patarinho 1 e 2 (n.º 053 a 055 - 7)	1500	Encosta	Habitat	Romano/Alta Idade Média

* Número de inventário seguido da indicação do número de sepulturas por estação arqueológica.

A maioria dos vestígios arqueológicos resume-se a materiais de construção (tégulas e/ou *imbrices*) e a fragmentos de bojo de cerâmica comum. A área de dispersão destes últimos é muito reduzida, maioritariamente inferior a 300 m² e corresponderiam a pequenos casais rurais, nos quais habitariam, muito provavelmente, um núcleo familiar. As únicas estações arqueológicas cujos materiais se dispersam por áreas superiores a 1000 m² são aquelas onde, com excepção da Tapada (n.º 026) e do Passal (n.º 027), que analisaremos mais à frente, identificámos uma ocupação de cronologia romana, designadamente a Quinta do Serrado (n.º 003); as Prazias (n.º 014); o Casal (n.º 019); as Chãs (n.º 024); a Regueira (n.º 047); e as estações do Patarinho, Patarinho 1 e 2¹⁷ (n.º 053; 054; 055). Conforme podemos observar na tabela, todos estes sítios foram por nós classificados como habitat, pois

Para além destes pequenos núcleos de habitats, identificámos na Tapada (n.º 026) e no Passal (n.º 027)²⁰ vestígios de materiais cerâmicos. Estes, pela sua área de dispersão e pelo facto de estarem associados a uma necrópole que no período alto medieval terá reunido um conjunto significativo de túmulos, corresponderão não a um núcleo de habitat, mas a um aglomerado populacional consistente e supra-familiar, que designámos como lugar.

Igualmente, os vestígios referenciados bibliograficamente para a estação da Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050), remetem-nos para a necrópole rupestre associada a um templo e a um local de povoamento, que nos fazem supor a existência neste planalto de um espaço habitacional coeso. O mesmo parece ter acontecido nos planaltos onde se localizam as igrejas matrizes de Senhorim (n.º 009)²¹ e de Oliveira do Conde (n.º 033). Nestas duas estações, para além de termos indícios da existência de necrópoles, detectámos a presença de materiais arqueológicos, os quais, ainda que escassos, denunciam a existência de locais de povoamento do final da Alta Idade Média, que terão continuado habitados ao longo da Baixa Idade Média.

Deste modo e pela análise dos dados recolhidos, se, num primeiro momento, o povoamento está representado em pequenos casais rurais, em que os seus membros familiares eram inumados nas imediações dos sítios de habitat, num segundo momento, já no final do período Alto Medieval e inícios da Baixa Idade Média, em que esta área já encontrava definitivamente conquistada, surgem alguns aglomerados populacionais associados a um espaço funerário suprafamiliar e a uma igreja, a qual, contudo, não sabemos se é contemporânea da necrópole ou se veio sacralizá-la.

Conforme podemos constatar no Quadro 6, é também a partir do final do período alto medieval, cuja área presentemente em análise faria parte da terra de Senhorim e de Zurara, que as referências às *villae* aumentam, ainda que os nomes referidos também se repitam. São os casos de *Olibaria Currellos/Currelos/Vlueira de Currelos* (Currelos); *Siluares* (Silvares, aldeia na actual freguesia de S. João de Areias); *Sancto Iohanne de Teliada/Sancti Ihoannis/Sancti Ihoannis de Arenis* (S. João de Areias); *Moreira* (Moreira); *Parata/Parada* (Parada, freguesia do actual concelho de Carregal do Sal); *Branido et Bena Gamus* (no território de Senhorim); *Cannas* (Canas de Senhorim).

No entanto, o termo *villa* dos documentos “...tanto se applicava à aldeia como à herdade. O termo *hereditas* (...) significava mais comumente o todo dos bens imóveis que alguém tinha recebido, por herança, dos seus maiores. O duplo e equívoco sentido de *villa* nem sempre permite, quando lemos os documentos medievais mais antigos, entender se se trata de aldeia ou herdade.” (Alarcão, 2004, p. 7).

Todavia, apesar do duplo significado do termo *villa* das referências documentais descritas, os dados por nós coligidos em prospecção e bibliograficamente indiciam-nos a presença de *villae*-aldeias em S. João de Areias (n.º 050) e no Passal 1 (n.º 018), esta última referida como *Cannas*.

Relativamente a *Bena Gamus* localizada no território de Senhorim, talvez possa equivaler ao sítio arqueológico identificado no Adoeiro (n.º 004), localizado a cerca de 1,5 km a norte de Senhorim, onde, para além de se observar a sobrevivência do nome do proprietário na microtoponímia contemporânea, recolhemos material cerâmico cujas características se integram no final do período alto-medieval/Baixa Idade Média. A área de dispersão dos vestígios atinge apenas 200 m², pelo que estaremos perante um pequeno casal rural, que provavelmente integraria uma *villa-hereditas*. No entanto, apenas trabalhos de escavação nos permitiram caracterizar este sítio arqueológico.

QUADRO 6

Documento	Ano	Referência a villa	Outras Referências*	Observações
PMH, DC., n.º 130	981	"... et alia villa de Olibaria Currellos cum suo monasterio... et villa de Siluares ... et villa de Sancto Iohanne de Teliada..."		Doação de Gonçalo Moniz e sua mulher D. Mumadona ao Mosteiro de Lorvão.
DMP, DP., III, n.º 93	1103	"...de villa Moreira que est in territorio Zurare et illum meum monasterium ...in honore Sancti Iuliani"	"Sentar"	Doação da villa de Moreira Pedro Sesnandes à Sé de Coimbra.
DMP, DP., III, n.º 199	1105	"ipsa villa de Currelos terminata inter Uilla de Conde... Et illud monasterium quod est in ipsa villa de Currelos ..."		O prior de Lorvão concede a villa de Currelos a Garcia Sendins e sua mulher Elvira para que eles e seus sucessores a povoem e cultivem.
L.P., n.º 271	1110		"...ecclesia mea est sita territorio Seniorin ..." "... et adicio illam ecclesiam de Seniorin."	O presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra as igrejas de Senhorim e Moreira.
DMP, DP., IV, n.º 5	1116		"... et illam ecclesiam de Oliuaria de Currelos..."	O Bispo de Coimbra restaura o mosteiro de Lorvão com todos bens e rendas.
DMP, DP., IV, n.º 6	1116	"...villam que ucatur Sancti Ihoannis integram cum Parata et Oliuaria de Currellus excepta portjone de Garcia Sendiniz..."		O bispo de Coimbra, doa por morte ao seu cabido as villae de S. João de Areias, Parada e Oliveira de Currelos.
DMP, DP., IV, n.º 372	1123	"mea hereditate que abeo in villa que uocitant Branido ... et quarta de illa que comparei in Bena Gamus de Odeiro et de sua mulier..."		O presbítero Mendo doa à igreja de Santa Maria de Viseu certos bens em villa Branido e em Bena Gamus no território de Senhorim.
DMP, DR., n.º 158	1137	"villa Sancti Ihoannis de Arenis" "villam que dicitur Vlueira de Currelos" "villa Parada"	"Vlueira de Comite" "Villa Mediana" "Ouola" "Vimineiro" "Pinieirino" "Carregal" "Papizenos" "Carualial Rotundo"	Carta de confirmação de couto relativa às villae de S. João de Areias, Oliveira de Currelos e Parada à Sé de Coimbra.
D. Sancho I, n.º 15	1186	"villam quam dicimus Cannas ... in terra et in termino de Seniorim"	"Asnelas" "Moledo" "Moreira" "Aguieira" "Beiaioos" "Cabanhas"	Coutamento ao bispo de Viseu, da vila de Canas de Senhorim.

* Os nomes são referidos aquando da descrição dos termos das villae.

Verificamos ainda na documentação consultada que, aquando da descrição dos termos das villae, é feita referência a alguns locais, na maior parte dos quais os dados de prospecção nos revelaram a presença de núcleos de sepulturas rupestres, alguns associados a sítios de habitats. São os exemplos das Hortas (n.º 031) e da Malhoa (n.º 035) nas imediações de Vlueira de Comite; da Vinagreira (n.º 037), Alagoas (n.º 038) Cova da Moura (n.º 039), Quinta da Moura (n.º 040) e Cumeadas (n.º 041) em Villa Mediana; das Chãs (n.º 024) em Beiaioo; da Tapada (n.º 026) e do Passal (n.º 027) em Cabanas; do S. Sebastião (n.º 044) em Papizenos; do Pêro do Pato (n.º 013) e das Prazias (n.º 014) em Moreira, das Campas (n.º 015) na Agueira; do Moledo (n.º 021) no Moledo; a Igreja Matriz do Vimieiro (n.º 049) no Vimineiro; do Patarinho, Patarinho 1 e 2 (n.º 053; 054; 055) em Ouola. Assim, julgamos possível que, pelo menos alguns dos descendentes daqueles que se inumaram nestas sepulturas rupestres, tenham continuado a povoar os locais mencionados na documentação. Estes núcleos de povoamento, mesmo reunindo poucos indivíduos, a existirem no século XII, seriam fáceis pontos de referência nas descrições dos termos das villae.

4.1.2.2. Os materiais arqueológicos

Conforme referimos anteriormente, a prospecção arqueológica foi extremamente condicionada pelo coberto vegetal do terreno, pelo que a maioria dos vestígios arqueológicos identificados durante o trabalho de campo, resumem-se a materiais de construção (tégulas e/ou *imbrices*) e bojos de cerâmica comum muito rolados. Deste modo, somente em oito estações arqueológicas conseguimos individualizar cinquenta e um fragmentos cerâmicos, designadamente bordos, fundos, asas e bojos decorados, os quais nos permitem tecer algumas considerações relativamente à pasta (composição, textura e cor), tratamento das superfícies (interna e externa), técnica de produção, cozedura e decoração. Relativamente à análise das formas, devemos salientar que a escassez das peças por sítio, bem como a sua elevada fragmentação²², limitaram em grande medida o estabelecimento de tipologias. Outra condicionante a este estudo, é o facto de para esta área, não dispormos de escavações e estudos de materiais arqueológicos da antiguidade tardia e alto medievais que nos possibilitem estabelecer paralelos e cronologias mais precisas, com excepção de algumas referências genéricas que abaixo citaremos. Assim sendo, devemos ressaltar que as considerações cronológicas efectuadas não são mais do que propostas, na perspectiva, de num futuro próximo, estudos locais e regionais nos proporcionarem novos dados.

Neste subcapítulo, optámos por analisar, quer os materiais cerâmicos recolhidos nas imediações de sepulturas rupestres, respectivamente no sítio das Campas (n.º 0015), da Tapada/Passal (n.º 026 e 027), das Hortas (n.º 031), da Malhoa (n.º 035) e da Regueira (n.º 047), quer aqueles que são provenientes de outras estações arqueológicas que não se encontram directamente associadas a este tipo de tumulação, nomeadamente do sítio de habitat do Adoeiro (n.º 004), da fortificação da Torre do Castelo (n.º 012) e das imediações da Igreja Matriz de Oliveira do Conde (n.º 033)²³.

Conforme constatamos no Quadro 1 do Anexo III, o número de materiais cerâmicos por sítio arqueológico é reduzido, e mesmo nas cinco estações individualizadas apenas contabilizamos um total de vinte e seis fragmentos. Deste modo, optámos por efectuar uma análise genérica dos materiais arqueológicos, não descurando, porém, a menção a alguma característica particular de certa peça ou sítio. Com base na observação macroscópica das cerâmicas verificámos que estamos perante pastas compactas, cujos elementos não plásticos são compostos por quartzo, feldspato e mica, de média e pequena dimensão. As cores predominantes são a cinzenta e a castanha clara, registando-se igualmente a cor rosada, ocre, laranja, bem como pastas com o cerne cinzento e a superfície laranja, e outras com o cerne rosado e o exterior cinzento.

Relativamente ao tratamento das superfícies, tanto na interna como na externa, predomina o alisamento. O polimento apenas se observa em dois fragmentos, na superfície externa das bases n.º 2 das Campas e da Tapada, o primeiro associado à produção a torno e o segundo à manual.

Quanto à técnica de fabrico, constatamos que catorze fragmentos são produzidos a torno lento e doze manualmente. Assim, com excepção das Hortas, em que os dois fragmentos são produzidos a torno, nas outras estações existe um equilíbrio entre estas duas produções.

No que concerne à cozedura das peças, verificamos, igualmente, que não existe um predomínio de uma ou outra cozedura, doze fragmentos apresentam uma cozedura oxidante, dez redutora, dois redutora-oxidante e dois oxidante-redutora, não havendo uma relação directa entre uma determinada técnica de fabrico e uma cozedura específica.

Em relação à decoração, esta apenas está presente na superfície externa de três fragmentos de bojo, designadamente uma canelura na Tapada (4 da Estampa I), uma linha incisa nas Hortas e uma estampilha na Regueira (1 da Estampa II). O primeiro produzido a torno e com

cozedura redutora, o segundo também a torno e com cozedura redutora-oxidante, e o terceiro de produção manual e cozedura oxidante-redutora. Destes três tipos de decoração destaca-se a estampilhada, cujo motivo é uma palmeta, a qual nos remete para uma imitação decorativa das *sigillatas* paleocristãs. Realce-se que este fragmento apresenta uma pasta com abundantes elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, de pequena e média dimensão. Pelas suas características, é provável que pertença a um recipiente relacionado com a confecção ou armazenagem de alimentos, devendo tratar-se de uma produção local.²⁴

Quanto à forma, observamos que na estação da Tapada/Passal estão presentes peças que se destinariam à confecção de alimentos, a panela ou pote (1 e 2 da Estampa I; 1, 2 e 4 da Estampa I), cerâmicas de cozinha que se apresentam queimadas na superfície externa, não estando associadas a um tipo de produção e cozedura em particular. Também na Malhoa identificamos esta cerâmica de cozinha (1 da Estampa II). Quanto à estação da Regueira, para além da base plana de uma panela (3 da Estampa II); está presente um alguidar, de bordo espessado externamente; uma taça, de bordo levemente oblíquo e lábio arredondado (2 e 6 da Estampa II), destacando-se ainda um fragmento pertencente a um fogareiro, de pasta muito compacta, carbonizada, e com duas perfurações circulares (5 da Estampa II).

Nos materiais da Regueira, a única das cinco estações onde identificámos em prospecção fragmentos de bojo em cerâmica comum de cronologia romana e da antiguidade tardia, parece pois observar-se uma diversidade formal ainda de tradição romana. Esta última, segundo alguns estudos efectuados diminuirá ao longo da Alta Idade Média, período em que passarão a dominar as formas fechadas e as cozeduras redutoras²⁵, como aliás parece ser o caso dos materiais das Campas, da Tapada/Passal e da Malhoa.

Se no Quadro 1 analisámos os materiais cerâmicos provenientes de estações onde detectámos a presença de sepulturas rupestres, no Quadro 2 do Anexo III focaremos a nossa análise em outro tipo de estações que não se encontram directamente associados a estes túmulos.

No sítio do Adoeiro (n.º 004), o qual classificámos como um casal rural²⁶, identificámos, para além de fragmentos de telha em meia cana, treze fragmentos cerâmicos de pasta bem cozida, dos quais sete apresentam cor castanha e seis cinzenta. Os elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, são abundantes, mas de pequena dimensão, observando-se ainda uma poalha de mica nas superfícies interna e externa, ambas alisadas. Todos os fragmentos cerâmicos foram produzidos a torno, este é rápido na maioria das peças, sendo que sete apresentam uma cozedura oxidante e seis redutora. Em relação à decoração, quatro fragmentos de bojo encontram-se decorados na superfície externa, dois com caneluras (7 e 10 Estampa IV) e dois com linhas incisivas dispostas na vertical (8 e 9 Estampa IV), todos estes associados à cozedura redutora. Este pequeno conjunto de peças apresenta alguma variedade formal, pois para além de formas fechadas representadas por quatro panelas, três com bordos em aba de secção rectangular e um de secção triangular (6 e 12 da Estampa III), duas das quais queimadas na superfície externa, estão igualmente representadas as formas abertas, designadamente grandes recipientes, como é o caso dos três alguidares com os bordos espessados externamente (1, 4 e 5 da Estampa III) e uma taça (2 da Estampa III). Pelas características de fabrico destas peças, pastas bem cozidas, maioritariamente produzidas a torno rápido, com alguma variedade da disposição decorativa na superfície externa, como é o exemplo das incisões na vertical, remetemos este pequeno conjunto cerâmico para um momento cronológico que, grosso modo, se integrará na plena idade média.

Relativamente à Torre do Castelo (n.º 004), fortificação que a seguir abordaremos, o material resume-se a cinco fragmentos cerâmicos²⁷ de pasta compacta, três de cor cinzenta, um de cor castanha e outro bege. Os elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, são abundantes, de pequena e média dimensão. Os fragmentos apresentam as superfícies cober-

tas com uma poalha de mica, sendo que tanto a interna, como a externa são alisadas. Estas peças são de fabrico manual, três apresentam cozedura redutora e duas oxidante. Relativamente à decoração, três encontram-se decorados na superfície externa, designadamente, uma asa de fita puncionada em duas linhas longitudinais; dois bojos, um, com um cordão plástico digitado paralelo à peça e, outro, com três unguiações, dispostas na vertical.

Estes fragmentos parecem, genericamente, enquadrar-se na descrição efectuada por outro investigador para os materiais recolhidos no castelo de Penalva, “...há muitos fragmentos de cerâmica doméstica medieval decoradas com sulcos em meandro, dedadas e cordões, mas também fragmentos de tijolos e telhas de meia cana.” (Marques, 1995, p. 110), “... A cerâmica de uso doméstico, recolhida à superfície do solo apresenta maioritariamente pastas escuras — cinzenta, negra, castanha — com decorações em meandro, brunido e inciso, e asas em fita com incisões verticais.” (Marques, 2000b, p. 121), os quais enquadra cronologicamente nos séculos XI/XII. Esta mesma descrição volta a ser referida para as cerâmicas recolhidas pelo arqueólogo na Torre do Castelo (Marques, 2005, p. 58), apresentando-se a fotografia de um fragmento de bojo decorado com um cordão plástico digitado, com as mesmas características daquele que inventariámos.

Os materiais arqueológicos presentes nas imediações da Igreja Matriz de Oliveira do Conde (n.º 033) consistem em fragmentos de *imbrices* e de cerâmica comum muito rolada²⁸. As pastas são compactas, com predomínio da cor cinzenta, apenas uma apresenta cor bege. Os elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, são escassos e de pequena dimensão. As superfícies são maioritariamente alisadas, com excepção da interna do fragmento de bojo 2, polida, e apresentam uma poalha de mica. Quanto à técnica de fabrico quatro fragmentos são produzidos manualmente e três a torno. A cozedura é maioritariamente redutora, com excepção de um fragmento oxidante. Acrescente-se ainda que três bojos encontram-se decorados na superfície externa, dois com uma linha incisa e outro com cordão plástico com incisões (1, 2 e 3 da Estampa IV). Uma característica comum a estes três fragmentos é o facto de ambos apresentarem as superfícies externas queimadas, podendo eventualmente terem pertencido a peças de confecção de alimentos, como as panelas. Tendo em conta o que referimos anteriormente acerca deste sítio²⁹, é provável que estes materiais correspondam a um lugar de povoamento do final da Alta Idade Média com continuidade ao longo da Baixa Idade Média.

Na análise do material cerâmico destas três estações arqueológicas ressalta o facto de em ambas se verificarem as seguintes características: pastas de cor cinzenta e castanha; cozedura redutora; elementos não plásticos de pequena dimensão; bem como superfícies alisadas, as quais apresentam uma poalha de mica. No que diz respeito à técnica decorativa verifica-se o predomínio da incisão, com linhas incisivas na horizontal e na vertical, e ainda a impressão com a unguiação, a digitação e o puncionamento da asa. A partir destas características poderíamos sugerir um enquadramento cronológico, tal como anteriormente propusemos, grosso modo, entre os séculos XI-XII/XIII.

Comparando o segundo com o primeiro grupo, verificamos a ocorrência de diferenças técnicas. Assim, no conjunto cerâmico do Quadro 1 do Anexo III constata-se que existe uma maior diversidade na cor das pastas, desde tons escuros aos mais claros; não predomina um tipo de produção e uma cozedura em particular, e não há uma tão grande diversidade decorativa. Deste modo, se para o segundo grupo cerâmico propusemos uma cronologia do final da alta/baixa idade média, para o primeiro, e tendo em conta a proximidade das próprias sepulturas rupestres, apontamos um enquadramento cronológico alto medieval. Quanto ao caso específico da estação arqueológica da Regueira, os materiais indiciam-nos ter existido uma ocupação romana, da antiguidade tardia e alto medieval, porém, apenas trabalhos de escava-

ção arqueológica nos permitiriam afinar cronologias e compreender se houve hiatos na ocupação desta encosta suave sobranceira a um pequeno curso de água onde os terrenos são férteis para a prática agrícola, ou seja, com condições favoráveis para a fixação do homem, independentemente do período cronológico a que nos reportemos.

4.1.3. Fortificações

Entre os rios Dão e Mondego inventariámos a Torre do Castelo (n.º 012), uma fortificação alto-medieval, e a Torre de D. Branca (n.º 043), a qual poderá ter correspondido a uma residência senhorial fortificada da Baixa Idade Média.

A Torre do Castelo implanta-se num pequeno cabeço sobranceiro à margem esquerda do rio Castelo, o qual corre encaixado num vale estreito e é afluente do Mondego, que corre a cerca de 2 km a sul. Esta fortificação foi construída no topo de um *tor* granítico, o qual atinge, aproximadamente, 15 m de altura, sendo que a norte, oeste e sul, as escarpas graníticas são perfeitamente defensáveis. Do lado este, o acesso é mais fácil e como tal mais frágil em termos defensivos, pelo que é aqui que se observa o derrube da muralha, composta por grandes silhares graníticos (em média com 85 cm de comprimento e 40 cm de largura), alguns dos quais com encaixes rectangulares e outros almofadados³⁰. Apesar da densa vegetação que cobre o sítio arqueológico, facto que condiciona a avaliação da área da fortificação, parece-nos que este terá sido de reduzidas dimensões, rondando os cerca de 20 m de comprimento e os 15 m de largura. O coberto vegetal condicionou-nos ainda a observação de possíveis entalhes na rocha, pelo que, apenas no topo do *tor* granítico, do seu lado sul, detectámos a presença de uma pia escavada na rocha, com 40 cm de diâmetro e 10 cm de profundidade. Deve ainda salientar-se que, a meia encosta, do lado sudeste, o afloramento granítico apresenta-se talhado, criando uma passagem com cerca de 70 cm de largura que poderá corresponder a uma entrada para o topo da fortificação. Ainda que esta última seja defensável a norte, oeste e sul, encontra-se encaixada entre duas encostas de cotas mais elevadas e numa zona serpenteada do rio, pelo que o controlo visual do território envolvente e do próprio vale do rio é exíguo, para não dizer mesmo nulo. Esta estação tem sido interpretada como sendo o castelo que encabeçava a Terra de Senhorim³¹, sendo proposta uma datação dos séculos XI-XII com base no material cerâmico recolhido (Marques, 2000b, p. 121, 2005, p. 58). No entanto, e apesar de os escassos fragmentos cerâmicos que anteriormente analisámos poderem integrar-se nessa proposta cronológica, a sua reduzida dimensão, e, sobretudo, a sua implantação geográfica, faz-nos supor que não se trata do castelo que encabeça a terra de Senhorim. Para além das características expostas, devemos realçar que, junto a esta fortificação, não detectámos, até ao momento, outros vestígios alto medievais, os mais próximos localizam-se a cerca de 2 km para norte, designadamente a *villa* de Senhorim, onde se encontra a primitiva igreja e o lugar de povoamento medieval (n.º 009), área envolvente à qual igualmente se implantam os núcleos de sepulturas rupestres anteriormente analisados, designadamente, o Adoeiro (n.º 004); a Várzea (n.º 005); a Várzea 1 (n.º 006); a Adelinha (n.º 007) e a Quinta do Cagunça (n.º 008). Verificamos assim que esta fortificação não se destaca pela sua localização, pelo campo de visão, nem pelo facto de estar junto a um local de povoamento ou de manchas agrícolas de maior produtividade³², poderá pois corresponder a uma torre que controlaria uma via de circulação que daria acesso a Senhorim e que assim apoiaria o castelo principal³³. Apesar deste sítio se encontrar encaixado entre duas encostas que lhe toldam o controlo do território envolvente, é um facto que nas suas imediações passa, a meia encosta e na margem esquerda do rio do Castelo, um caminho de terra batida. Constata-se que este vem de Senhorim e que

segue para sudoeste, em direcção ao vale do Mondego, podendo eventualmente estabelecer ligação com *Sena*, ou corresponder, grosso modo, ao traçado da antiga via romana proposto por Inês Vaz³⁴.

Relativamente à Torre de D. Branca (n.º 043), as informações de que dispomos são somente bibliográficas. Pinho Leal refere “ *Ha em Currêllos um antigo castello quadrangular, com janellas ogivaes, que é actualmente propriedade do Sr. Costa Magalhães. Chama-se Castello de D. Branca.*” (Leal, 1873-1890, 2, p. 460). Igualmente Hermínio Marques menciona o seguinte: “Do Torreão ou Castelo de Dona Branca, construção, segundo se julga da primeira metade do século XII, e que, em 1758, se erguia ainda, com os seus cinquenta pés de altura («Memórias Paroquiais de Freguesia de Currelos»), sendo, por velhos testemunhos, de torres, primitivamente, ameidadas e portões em arco, já nada hoje existe. Nos fins do século passado, parte do que então ainda restava foi demolida...” (Marques, 1986, p. 48-49). O espaço onde a mesma terá sido edificada encontra-se actualmente inserido no aglomerado urbano mais antigo da pequena aldeia do Casal da Torre, cujo topónimo é, igualmente, arqueologicamente indicativo desta construção, a qual se situava nas imediações da actual Igreja Matriz. Conforme o exposto, no local já não existe nenhum vestígio visível da construção, e a parcela de terreno onde a mesma terá sido edificada encontra-se pavimentada, pelo que apenas a escavação arqueológica desta área poderá trazer novos dados. Em termos de implantação geográfica refira-se que a torre localizar-se-ia no topo de um cabeço aplanado, com um bom domínio visual para este e para sul, dominando os terrenos agrícolas que se estendem entre os vales das ribeiras de Currelos e de Casal Mendo. Ainda que somente tenhamos referências bibliográficas a esta torre, colocamos a hipótese de estarmos perante uma residência senhorial fortificada de planta quadrangular, uma *Domus Fortis*³⁵, da pequena/média nobreza da Baixa Idade Média, localizada junto dos vales agricultáveis que facilmente controlaria. Conforme, mais à frente abordaremos, também detectámos este tipo de construção entre os rios Mondego e Alva. Este fenómeno encontra-se ainda documentado a oeste de Viseu, no concelho de Vouzela, nomeadamente na estação arqueológica de Torre de Cambra³⁶, também localizada sobre uma pequena elevação sobranceira a dois rios, a qual apresenta planta quadrangular com três pisos, rés-do-chão, primeiro e segundo andares, sendo proposta uma cronologia dos séculos XIII-XIV (Marques, 2000, p. 190).

4.2. Entre os rios Alva e Mondego

4.2.1. As sepulturas rupestres

4.2.1.1. Principais características: contexto, tipologia, orientação e localização

Na área prospectada entre os rios Alva e Mondego inventariaram-se um total de 150 sepulturas escavadas na rocha, as quais encontram-se repartidas por 38 estações arqueológicas.

No concelho de Oliveira do Hospital contabilizaram-se 113 sepulturas rupestres em 22 sítios arqueológicos³⁷. Deste conjunto não foi possível efectuar o levantamento gráfico e a descrição tipológica de 29 túmulos, ou estavam já destruídos, ou a densa cobertura vegetal do terreno não nos permitiu identificá-los, como é o caso de três sepulturas no Gorgulão (n.º 075). Referenciadas bibliograficamente encontram-se três sepulturas do Passal 1 (n.º 065) e cinco da Igreja de S. Pedro de Lourosa (n.º 085)³⁸, sendo ainda de salientar que, na recolha de informação oral, tivemos conhecimento que a construção de um balneário e a surriba de um terreno implicou a irremediável destruição de dez sepulturas na estação arqueológica de S. Bartolomeu (n.º 069) e de oito no Ameal (n.º 070), respectivamente.

No concelho de Tábua inventariaram-se 37 sepulturas rupestres distribuídas por 16 estações arqueológicas. Neste grupo, a destruição de cinco sepulcros não permitiu o registo e a descrição de duas sepulturas antropomórficas, uma localizada na Quinta do Olival de Valacolos (n.º 104) e outra na Matosa (n.º 108), e de três de tipologia indeterminada nas Devesas (n.º 095), uma vez que todas se encontravam já destruídas.

Nas freguesias de S. Martinho da Cortiça e de Sarzedo, numa pequena parcela do território das freguesias de Coja e Barril do Alva, no concelho de Arganil, bem como nas freguesias de Oliveira do Mondego, Travanca do Mondego, S. Pedro de Alva, Paradela e S. Paio de Farinha Podre já, pertencentes ao município de Penacova, não se identificaram sepulturas rupestres.³⁹

Das 38 estações arqueológicas inventariadas com sepulturas escavadas na rocha, analisemos de seguida o gráfico abaixo apresentado com a relação do número de túmulos por sítio. Verificamos pois, que o número de estações com apenas uma e duas sepulturas é mais comum, relativamente àquelas onde se contabilizaram um maior número de túmulos. No entanto, constatamos ainda que temos estações arqueológicas que concentram em si um maior número de sepulturas rupestres, situação aliás pouco comum entre o Dão e o Mondego.

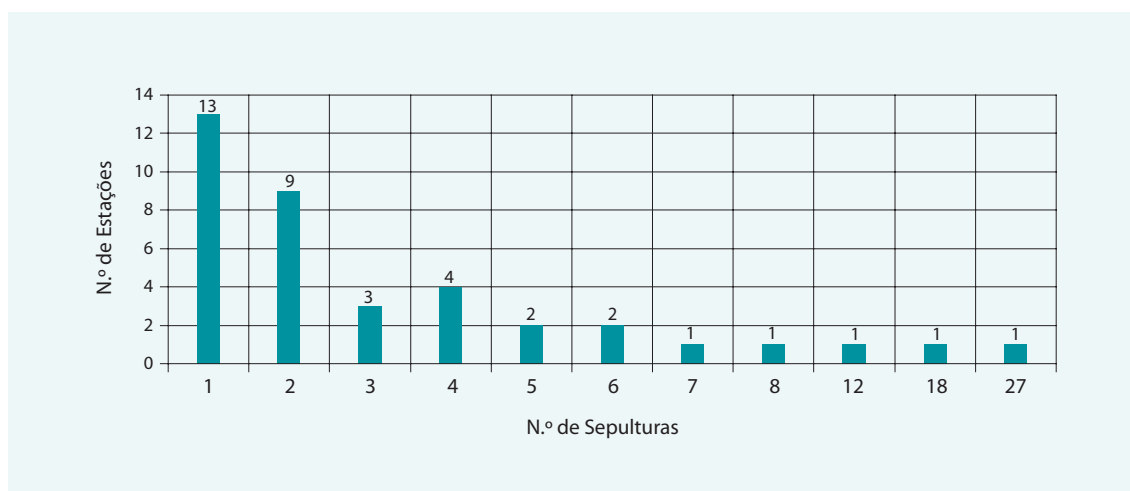


FIG. 7 - Relação do número de sepulturas por estação.

Relativamente à situação individual das 150 sepulturas, a sistematização dos dados recolhidos permitiu-nos verificar que: 95 integram-se em necrópoles; 18 em conjuntos de duas; 16 em conjuntos de quatro; 12 encontram-se isoladas; e apenas 9 em conjuntos de três. Constatamos pois que a maioria das sepulturas rupestres, ao contrário do que analisámos entre o Dão e o Mondego, se encontra reunida em necrópoles, seguindo-se o agrupamento de 43 sepulcros em pequenos conjuntos.

Contabilizámos um total de dez necrópoles, respectivamente a Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067) e a Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) com cinco, o Passal 1 (n.º 065) e a Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072) com seis, a Quinta dos Casais (n.º 078) com sete, o Gorgulão (n.º 075) com oito, o Ameal (n.º 070) com doze, o S. Bartolomeu (n.º 069) com dezoito, a Igreja S. Pedro de Lourosa (n.º 085) com vinte e sete e a Igreja Matriz de Covas (n.º 098), actualmente apenas com uma sepultura. No entanto, devemos salientar que é muito provável que existissem mais sepulcros na maioria destas estações. Assim, na Quinta do Ribeiro dos Mouros, na Quinta do Moreira de Baixo e na Quinta dos Casais ainda hoje se

observam vestígios de exploração de granito que poderão ter levado à destruição de outros túmulos, conforme os próprios proprietários o referem. No Ameal, as informações orais indicam que a abertura de uma estrada, a qual se localiza nas proximidades do sítio, terá destruído um n.º indeterminado de sepulturas. Esta situação de destruição terá igualmente ocorrido com a construção do campo de futebol de S. Bartolomeu e com as remodelações efectuadas na Igreja S. Pedro de Lourosa. Também na Igreja Matriz de Covas, apesar de actualmente apenas observarmos a presença de uma sepultura rupestre, o facto de a mesma estar associada a uma igreja, cuja estrutura construtiva remontará à Idade Média, e de se observarem pelo menos duas estelas funerárias neste espaço, faz-nos colocar a hipótese de terem existido mais sepulturas que comporiam uma necrópole. Esta última, aliás, terá sofrido danos irreparáveis com as obras que foram sendo efectuadas na igreja e no seu espaço envolvente ao longo do tempo.

Necrópoles como a Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067) e a Quinta dos Casais (n.º 078), onde em cada uma se identificou uma sepultura de criança, a Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), o Gorgulão (n.º 075) e a Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096), as quais não se encontram associadas a nenhum edifício religioso, nem a qualquer tradição de culto, poderão talvez ser interpretadas como cemitérios familiares, onde terão sido inumados elementos de um núcleo familiar alargado, ou de vários núcleos familiares com laços de parentesco entre si. É um facto que nestas estações a maioria das sepulturas identificadas não se encontram abertas lado a lado, ou, em afloramentos muito próximos uns dos outros. No entanto, para além de esta realidade poder estar relacionada com a escolha do melhor afloramento para a abertura da sepultura, em todas elas verificamos que a proximidade entre algumas evidenciam uma relação de marido/mulher e de pai ou mãe/filho. Assim, se na Quinta do Ribeiro dos Mouros a sepultura de criança se encontra a cerca de 15 m da sepultura de adulto 5, já na Quinta da Pedra da Abelha as sepulturas 2 e 3 estão alinhadas longitudinalmente no afloramento granítico, na Quinta do Moreira de Baixo as sepulturas 1 e 2 estão abertas paralelamente na mesma rocha, tal como acontece com as sepulturas 1 e 2 da Quinta dos Casais, bem como com as sepulturas 1 e 2, 3 e 4 do Gorgulão, parecendo existir, nestes casos, uma relação familiar mais próxima.

Relativamente às necrópoles como o Passal 1 (n.º 065), S. Bartolomeu (n.º 069), Ameal (n.º 070), S. Pedro de Lourosa (n.º 085) e Igreja Matriz de Covas (n.º 098), estas certamente ultrapassariam o âmbito familiar, pois, por um lado, reúnem, ou no passado reuniram, um elevado número de sepulturas, e, por outro, com excepção do Ameal, estão associadas a edifícios religiosos⁴⁰. Devemos salientar que as necrópoles de S. Bartolomeu e do Ameal se localizam muito próximas uma da outra, apenas a 600 m de distância. No entanto, enquanto na primeira a tipologia dominante é o não antropomorfismo, na segunda é o antropomorfismo, parecendo existir neste caso específico uma deslocação do espaço primitivo de necrópole, e como à frente veremos do espaço habitacional. Quanto a inumações familiares, estas terão muito provavelmente ocorrido; no entanto, não temos evidências que nos permitam destacar casos concretos como o efectuámos no parágrafo anterior.

Se as necrópoles atrás referidas, pelo número de sepulturas referenciadas, poderão ser representativas de lugares onde viveriam mais do que uma família, ou então de vários núcleos de habitat, já os conjuntos de duas, três e quatro sepulturas, conforme já fizemos menção para a área por nós delimitada entre o Dão e o Mondego, serão muito provavelmente expressivos de pequenos núcleos familiares que viveriam em pequenos habitats e que se fariam inumar próximo destes últimos. Os exemplos mais expressivos desta situação, ou seja, onde se observa que as sepulturas foram abertas juntas no mesmo afloramento, ainda que existisse espaço disponível para estarem afastadas, são as estações da Raposeira (n.º 066), Quinta de

Salgodins (n.º 081), S. João (n.º 082), Quinta das Hortas (n.º 090) e Oliveira de Fazemão (n.º 106). Nesta última, para além de duas sepulturas de adulto existe uma de criança, a qual está inacabada.

Dentro dos conjuntos, temos ainda outras estações em que a proximidade dos afloramentos onde foram localizadas as sepulturas, cerca de 6 a 8 m de distância, nos parece evidenciar uma relação familiar. São os casos dos túmulos do Salgueiral (n.º 080), da Quinta das Moitas (n.º 088), da Quinta do Esporão 1 (n.º 092), da Quinta do Olival de Valacolos (n.º 104), estações compostas por duas sepulturas de adulto, e das Pinheiras (n.º 087), com uma de adulto e uma de criança. Uma inumação de cariz familiar parece-nos ainda estar patente no caso da Quinta do Prado (n.º 105), com três túmulos de adulto escavados no mesmo afloramento, mas prevalecendo algum espaço entre eles, e um quarto localizado em outra rocha granítica afastado dos primeiros cerca de 6 m.

Relativamente aos sítios arqueológicos do Alto Zambujeiro (n.º 074) e de S. Cristóvão (n.º 101), constatamos que as sepulturas se encontram mais distanciadas entre si. No entanto, no terreno podemos verificar que não existiam afloramentos contíguos, pelo que nestes casos não terá havido a possibilidade de as localizar mais próximas.

Quanto às sepulturas da Mata das Forcas (n.º 079), Devesas (n.º 095) e Matosa (n.º 108) verificámos que existem afloramentos graníticos que permitiriam a localização das sepulturas mais perto uma das outras. Deste modo, consideramos que estes conjuntos poderão não ser representativos de inumações familiares, mas talvez da recorrência a um espaço sepulcral localmente reconhecido.

O número de sepulcros isolados é escasso, somente 12, tendo em conta o total de túmulos referenciados, facto aliás igualmente observado entre os rios Dão e Mondego. Das sepulturas isoladas, apenas a antropomórfica da Quinta do Olival (n.º 103) se localiza na berma de um caminho de terra batida. Nas imediações de outros acessos, aproximadamente a 25 m destes, temos a sepultura da Tapada (n.º 059), do Pinhal da Fonte do Rei (n.º 061), da Quinta da Cortinha (n.º 063), do Olival dos Pobres (n.º 064) e do Tapadinho (n.º 112), contudo, a cronologia destes caminhos é difícil de aferir. Verificamos igualmente a existência de cinco sepulturas isoladas, que actualmente não estão associadas a caminhos, como são os exemplos das sepulturas da Tapada 1 (n.º 060), do Espinhal (n.º 068), das Areias (n.º 071), do Penedo do Gorgulão (n.º 076) e do Gamelão dos Mouros (n.º 086). Constata-se ainda que a maioria destas sepulturas isoladas é antropomórfica; somente a Quinta da Cortinha, o Gamelão dos Mouros e a sepultura de Areias não possuem a forma humana, enquanto a da Conchada, a do Tapadinho e a do Penedo do Gorgulão apresentam um antropomorfismo incipiente.

Deve ainda referir-se que quatro das sepulturas isoladas se encontram inacabadas, como é o caso da sepultura do Olival dos Pobres, da Tapada 1, do Pinhal da Fonte do Rei e do Penedo do Gorgulão, pelo que efectivamente apenas oito poderão de facto ter inumado uma pessoa. Os sepulcros isolados têm por vezes sido associados a eremitas, “Ora, a presença de estruturas eremíticas marca, sempre, uma situação de excepção, que não explica inúmeros casos.” (Barroca, 1987, p. 128), podendo simplesmente corresponder à inumação de alguém que tenha optado por viver sozinho nas imediações do seu local de habitat.

No que respeita à tipologia geral das sepulturas rupestres e conforme se constata no gráfico apresentado, verificamos que o antropomorfismo prevalece relativamente às outras categorias. Facto que, aliás, também se verificou para a área entre os rios Dão e o Mondego, e em alguns estudos efectuados a norte da área em análise, nomeadamente nos concelhos de Seia (Ribeiro e Silva, 1997, p. 127-135) e Gouveia (Tente e Lourenço, 1998, p. 204).

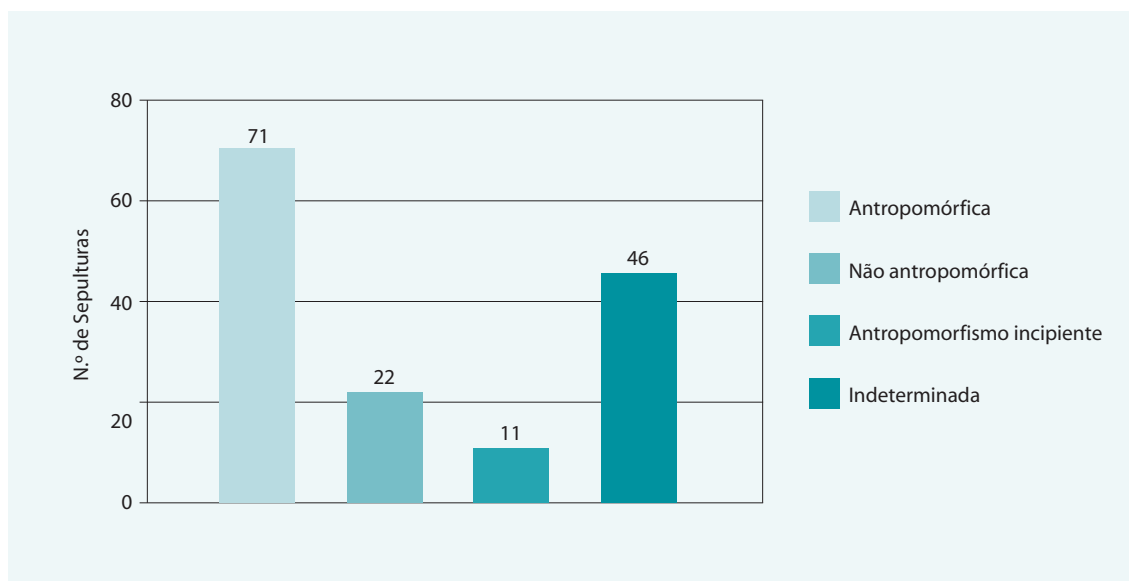


FIG. 8 - Tipologia geral.

Registámos 11 sepulturas com antropomorfismo incipiente, as quais apresentam apenas um ténue delineamento de um dos ombros, pelo que num dos lados não se efectua a diferenciação entre o contorno da cabeceira e do ombro. Dentro desta categoria integra-se: a sepultura 2 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 080); a do Penedo do Gorgulão (n.º 076), inacabada; a n.º 1 da Quinta de Salgodins (n.º 081); a n.º 2 da Quinta das Moitas (n.º 088), inacabada; a das Devesas (n.º 095); a sepultura 4 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096); a da Quinta do Olival de Valacolos (n.º 104); as sepulturas 2 e 4 da Quinta do Prado (n.º 105) e a do Tapadinho (n.º 112). Devemos ainda destacar o caso da sepultura das Conchadas (n.º 107), a qual apesar de apresentar na sua metade inferior um encaixe para as pernas, característica por nós considerada no capítulo anterior como evolucionada dentro do antropomorfismo, não exhibe uma diferenciação entre o contorno da cabeceira e dos ombros, o que poderá indiciar que a técnica de construção ainda não era totalmente dominada.

Infelizmente, o número de sepulturas indeterminadas é elevado, ou, porque a parte superior do leito se encontrava destruída, ou, pelo facto de se encontrarem totalmente destruídas⁴¹. Deste modo, não determinámos a tipologia geral em dez sepulturas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), cuja parte superior do leito se encontra destruída. Apesar de, nesta estação, estarem inventariadas doze sepulturas antropomórficas e de ser plausível que este número tenha sido superior, não podemos eliminar a possibilidade do não antropomorfismo ter igualmente integrado esta necrópole. Aliás, os dados por nós recolhidos confirmam-nos a coexistência das duas tipologias gerais numa mesma estação, como são os exemplos da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067) ou da Quinta dos Casais (n.º 078).

Devemos ainda fazer referência às sepulturas inacabadas, as quais perfazem apenas um total de nove, designadamente: a Tapada 1 (n.º 060); o Pinhal da Fonte do Rei (n.º 061); o Olival dos Pobres (n.º 064); o Penedo do Gorgulão (n.º 076), a sepultura 2 da Mata das Forças (n.º 079); as sepulturas 1 e 2 da Quinta das Moitas (n.º 088); a n.º 1 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) e a n.º 3 de Oliveira de Fazemão (n.º 106). As sepulturas como a Tapada 1, o Pinhal da Fonte do Rei, o Olival dos Pobres e a n.º 1 da Quinta das Moitas, apresentam um cuidado no delineamento do antropomorfismo, todavia, nenhuma delas se encontra canonicamente orientada. Poderá talvez este facto ter estado na origem da sua não conclusão, mas, conforme mais à frente constataremos, a orientação canónica não parece ter sido determinante aquando da aber-

tura do sepulcro na área em estudo. Aliás, deste conjunto de sepulturas isoladas, a única que está canonicamente orientada é a do Penedo do Gorgulão, a qual, porém, apenas apresenta a diferenciação entre a cabeceira e o ombro no seu contorno esquerdo, tal como, aliás, acontece com a sepultura 1 da Quinta das Moitas. Relativamente à sepultura 1 da Quinta da Pedra da Abelha e à n.º 2 da Mata das Forcas, ambas não antropomórficas, talvez nestes dois casos, afinal, se pretendesse o antropomorfismo. Conforme constatamos as razões para não se terminar um sepulcro poderão ser variadas, e nós apenas poderemos tentar interpretar a razão pela qual não foram concluídas, podendo até colocar-se a hipótese de o indivíduo doente ter recuperado da maleita.

As sepulturas inacabadas permitiram-nos compreender qual o processo de escavação do sepulcro, como é o exemplo do Olival dos Pobres. Neste sepulcro tinha já sido efectuado o contorno tipológico antropomórfico e iniciava-se o processo de escavação do leito, o qual estava a ser efectuado no sentido pés-cabeceira, sendo ainda perfeitamente visíveis as marcas do pico no granito. No entanto, os casos detectados possibilitaram-nos perceber que o método seguido, talvez por falta de experiência, não seria sempre o mesmo. Por exemplo, na sepultura do Penedo do Gorgulão, verificamos que apesar de já estar efectuado o contorno tipológico, apenas a zona central do leito se encontrava mais rebaixada, não se tendo pois iniciado o processo de escavação pela zona superior ou inferior da sepultura. Já no caso da sepultura 2 da Mata das Forcas somente a metade superior do leito foi parcialmente escavada e no caso específico da sepultura 3 de Oliveira de Fazemão nem sequer foi delineada a zona superior do leito, desconhecendo-se pois qual a sua tipologia geral.

No grupo das não antropomórficas, verificando-se dentro destas o predomínio da tipologia ovalada, contabilizaram-se somente 22 sepulturas. Desta categoria fazem parte a sepultura da Quinta da Cortinha (n.º 063), rectangular com os lados arqueados; as sepulturas 1, 2 e 3 do Passal 1 (n.º 065), respectivamente sub-rectangular com os lados arqueados, rectangular com os lados arqueados e ovalada; bem como a do Gamelão dos Mouros (n.º 086), rectangular; a n.º 1 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096), sub-rectangular com os lados arqueados. Com tipologia ovalada temos a sepultura 3 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067); as sepulturas 1, 2, 3, 5 e 6 de S. Bartolomeu (n.º 069), sendo de destacar que as n.ºs 2 e 6 são de criança; a sepultura de Areias (n.º 071); a n.º 3 do Alto Zambujeiro (n.º 074); as sepulturas 2 e 3 da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072); a sepultura infantil n.º 4 da Quinta dos Casais (n.º 078); as duas sepulturas da Mata das Forcas (n.º 079); a n.º 2 do Salgueiral (n.º 080); bem como a n.º 1 da Quinta do Prado (n.º 105). Igualmente a sepultura n.º 4 de S. Bartolomeu apresenta na zona destinada à cabeça um contorno não antropomórfico, porém, uma vez que se encontra parcialmente destruída não foi possível determinar qual a sua planta.

Na categoria das antropomórficas verificamos que existe um maior predomínio das sepulturas de planta ovalada, subtrapezoidal e trapezoidal. Apenas identificámos na sepultura 1 da Quinta do Esporão (n.º 092) a preocupação de efectuar o delineamento mais pronunciado da zona correspondente aos braços, não se tendo, porém detectado, como aconteceu entre os rios Dão e Mondego, esta característica para as pernas. No entanto, registamos a presença de uma moldura interna que contorna toda a zona do leito na sepultura n.º 7 de S. Bartolomeu (n.º 069) e nas sepulturas 2 e 3 da Quinta de Salgodins (n.º 080), característica que apenas identificámos na área entre os rios Dão e Mondego nas duas sepulturas do Casal (n.º 019). Conforme já referimos anteriormente, esta especificidade tipológica poderá indiciar um momento mais tardio dentro do antropomorfismo, o que no caso da estação arqueológica de S. Bartolomeu, onde a maioria das sepulturas ainda hoje visíveis são não antropomórficas, pode significar que a necrópole poderá ter tido um largo espectro cronológico de utilização, ou, conforme observaremos mais à frente aquando de uma análise comparativa entre este sítio e o do Ameal (n.º 070), uma reutilização após um interregno sepulcral.

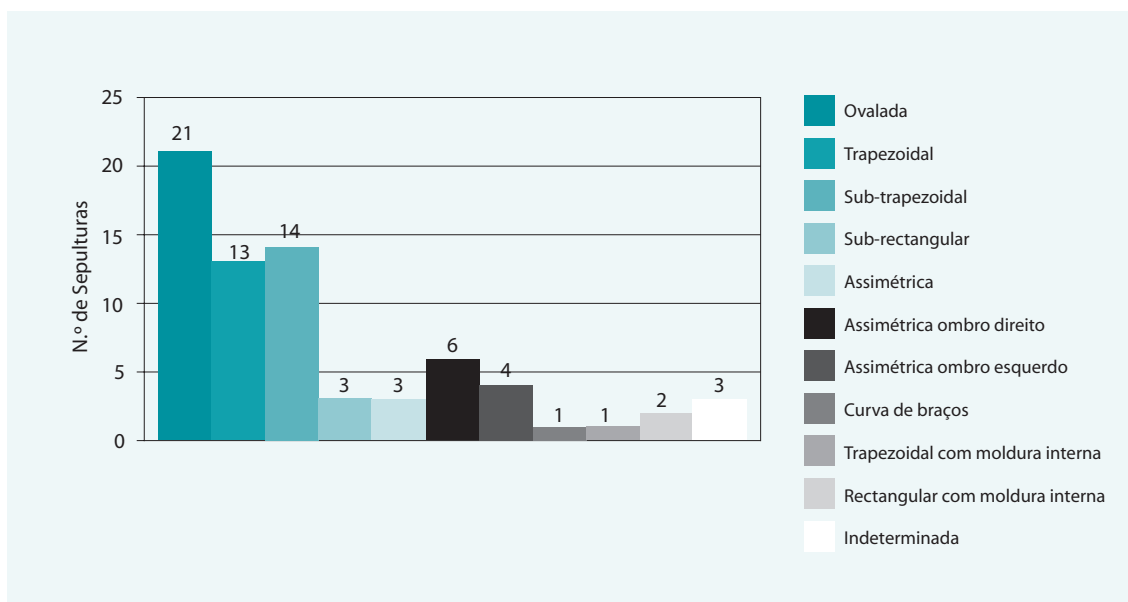


FIG. 9 - Tipologia geral das sepulturas antropomórficas.

Relativamente às 3 sepulturas de tipologia indeterminada, estas resumem-se à sepultura 1 de S. João (n.º 082), a qual se encontra parcialmente destruída, bem como às sepulturas 2 da Quinta do Olival de Valacolos (n.º 104) e da Matosa (n.º 108) a primeira destruída e a segunda coberta por um denso silvado que não permitiu aceder-lhe.

No que concerne à tipologia da cabeceira observa-se no gráfico *infra* apresentado que a de arco de volta perfeita, a rectangular e a sub-rectangular são os tipos mais comuns. As sepulturas com cabeceiras de cantos arqueados perfazem apenas um total de duas, respectivamente as sepulturas n.ºs 1 e 5 da estação arqueológica do Gorgulão (n.º 075), sendo que a última apenas apresenta o canto arqueado no lado esquerdo da cabeceira.

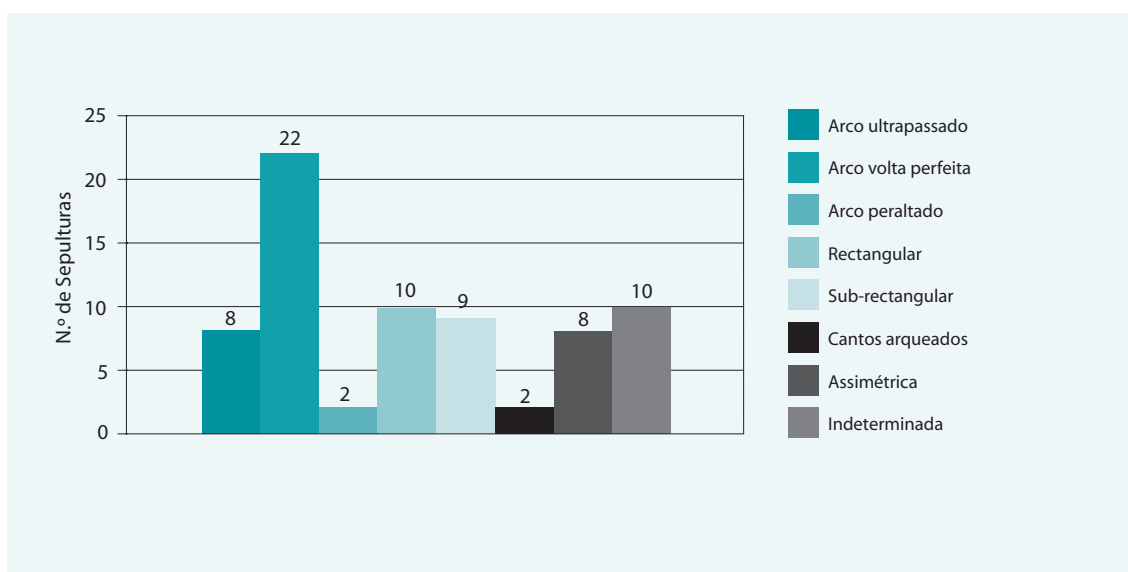


FIG. 10 - Tipologia geral da cabeceira.

Apenas no caso da sepultura da Igreja Matriz de Covas (n.º 098) e na 2 da Quinta de Salgodins (n.º 081) verificamos que na zona onde assentaria a cabeça do defunto existe uma espécie de “almofada”, que permitiria a elevação da cabeça relativamente ao resto do corpo. Devemos ainda fazer referência à particularidade da cabeceira da sepultura 2 do Ameal (n.º 070), cujo o contorno de arco de volta perfeita foi somente efectuado ao nível inferior do leito da sepultura, característica inédita na área em estudo, mas que se encontra assinalada num túmulo do concelho de Seia (Ribeiro e Silva, 1997, p. 134). Esta delimitação da cabeceira parece-nos tecnicamente mais difícil de concretizar do que se tivesse sido imediatamente concretizada aquando do contorno geral da sepultura, podendo este facto significar que, ou ocorreu um erro por parte do executante, ou houve uma alteração da tipologia por parte de quem encomendou o trabalho num momento final da execução deste.

Na análise da planta e do tipo de cabeceira, constatámos que, genericamente, existe uma homogeneidade tipológica numa mesma estação. No entanto, temos algumas excepções, nas quais as sepulturas abertas lado a lado no mesmo afloramento apresentam diferentes cabeceiras. É o caso da Raposeira (n.º 066), onde um sepulcro apresenta uma cabeceira sub-rectangular e o outro em arco de volta perfeita, e do Gorgulão (n.º 075), em que a sepultura 1 apresenta cantos arqueados enquanto estes estão ausentes da n.º 2. Apesar de nestes dois exemplos observarmos diferenças morfológicas ao nível da cabeceira, estas não parecem evidenciar uma distinção cronológica, mas antes, aliás conforme já referimos na análise das sepulturas entre os rios Dão e Mondego, uma questão de preferência daquele que encomendaria o trabalho de abertura do sepulcro.

Tal como verificámos nas sepulturas localizadas na margem direita do rio Mondego, também nas sepulturas agora em análise constatamos que raramente se atinge a axialidade perfeita. Denota-se que, em termos técnicos, a maior dificuldade de quem as executava encontrava-se ao nível da cabeceira e dos ombros, observando-se na maior parte das sepulturas que, ou a cabeça encontra-se mais descaída para um dos lados, ou o delineamento de um ombro está mais pronunciado do que o outro. Como exemplo desta realidade temos a sepultura da Igreja Matriz de Covas (n.º 098), a qual é assimétrica no ombro esquerdo, apesar de ter uma cabeceira rectangular com “almofada” alteada, deduzindo-se que o artífice provavelmente ainda pouco experiente não dominaria completamente a técnica de talhe.

Dentro do antropomorfismo pleno apenas integramos a sepultura n.º 4, infantil, e 5 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067); a sepultura do Espinhal (n.º 068); as sepulturas 5, 6, ambas de criança, e 7 de S. Pedro de Lourosa (n.º 085). Nesta necrópole, devemos salientar que, embora actualmente a maioria das sepulturas estejam parcialmente destruídas, o delineamento visível aponta para que aquando da sua construção tenham atingido o antropomorfismo pleno, ainda que neste caso o afloramento seja o xisto, rocha em que a precisão do talhe é mais difícil, devido à sua tendência em lascar aquando da execução de um trabalho deste tipo. Assim, e pelo que nos foi possível observar, nas sepulturas ainda existentes no exterior da igreja, parece-nos que quem as escavou seria detentor de uma maior experiência técnica, a qual permitiu ultrapassar as dificuldades inerentes a uma rocha desta natureza. Igualmente a homogeneidade tipológica e o tipo de talhe patente nestes sepulcros nos levam a considerar que estes terão sido abertos pelo mesmo artífice.

Quanto à associação de sepulturas de tipologia não antropomórfica e antropomórfica, refira-se que das 22 que integram a primeira categoria, 14 localizam-se em estações onde também existem túmulos com a forma humana, respectivamente: a sepultura n.º 3 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067); as sepulturas 1 a 6 de S. Bartolomeu (n.º 069); a n.º 2 do Salgueiral (n.º 080); as sepulturas 2 e 3 da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072); a n.º 3 do

Alto Zambujeiro (n.º 074), e a n.º 1 da Quinta do Prado (n.º 105). Nestas estações, devemos salientar que a sepultura não antropomórfica do Salgueiral se localiza muito próximo da antropomórfica, e que a n.º 2 da Quinta do Ribeiro dos Mouros foi aberta paralelamente à sepultura antropomórfica 1 desta estação. Assim, nestes dois casos, de provável inumação familiar, parece-nos que a escolha tipológica estará mais relacionada com uma preferência pessoal do que propriamente com uma questão cronológica. A mesma hipótese interpretativa poderá já não se aplicar ao sítio arqueológico de S. Bartolomeu, onde as seis sepulturas não antropomórficas, maioritariamente de planta ovalada e que se concentram numa área mais circunscrita da estação⁴², poderão estar associadas a uma primeira fase de inumações. Esta última será cronologicamente mais antiga à das sepulturas 7 e 8, detentoras de uma moldura interna ao nível do leito.

Das restante 8 sepulturas não antropomórficas, três estão reunidas na estação arqueológica do Passal 1 (n.º 065) e duas na Mata das Forcas (n.º 079), uma das quais inacabada, enquanto somente três se encontram isoladas, designadamente a da Quinta da Cortinha (n.º 063), a das Areias (n.º 071) e a do Gamelão dos Mouros (n.º 086). Também nesta área não poderemos relacionar o não antropomorfismo com as sepulturas de criança, pois esta associação apenas foi registada em três casos, nas sepulturas 2 e 6 de S. Bartolomeu (n.º 079) e na sepultura 4 da Quinta dos Casais (n.º 078). As sepulturas não antropomórficas inserem-se sobretudo em necrópoles, como é o caso do Passal 1 (n.º 065), da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), de S. Bartolomeu (n.º 069), da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), da Quinta dos Casais (n.º 078) e da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096). Seguem-se os pequenos conjuntos de duas, três e quatro sepulturas, no primeiro temos o Salgueiral (n.º 080) e a Mata das Forcas (n.º 079), no segundo o Alto Zambujeiro (n.º 074), e no terceiro a Quinta do Prado (n.º 105).

Igualmente verificamos a coexistência num mesmo espaço sepulcral de sepulturas antropomórficas e com antropomorfismo incipiente, como é o caso das estações da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), da Quinta de Salgodins (n.º 081), da Quinta das Moitas (n.º 088), da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) e da Quinta do Prado (n.º 105). Com exceção desta última estação, onde em quatro sepulturas apenas uma é antropomórfica, nos outros sítios a maioria dos túmulos são antropomórficos, havendo mesmo casos de antropomorfismo pleno na Quinta do Ribeiro dos Mouros e de características tipológicas consideradas mais tardias, como é o caso das molduras internas identificadas nas duas sepulturas da Quinta de Salgodins, as quais aliás estão ao lado da sepultura com antropomorfismo incipiente. Assim, esta coexistência espacial induz-nos a pensar que as sepulturas destas estações poderão ter sido escavadas por diferentes pessoas e que, no caso daquelas com antropomorfismo incipiente, conforme supra mencionámos, a técnica ainda não seria bem dominada, podendo pois ter sido realizada por alguém que estaria a aprender.

Analisando o gráfico *infra* apresentado verificamos que as sepulturas de criança são escassas, perfazendo apenas um total de sete. No entanto, a estas temos de somar mais três sepulturas⁴³, cujas dimensões ainda observáveis permitem integrá-las na categoria de criança, designadamente as sepulturas 5 e 6 da Igreja de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), bem como a sepultura 3 de Oliveira de Fazemão (n.º 106). Relativamente às sepulturas de adulto, observamos que o seu comprimento oscila sobretudo entre os 180-190 cm, os 190-200 cm e os 170-180 cm. Deste modo, e considerando que as sepulturas excederiam entre 10 a 20 cm a estatura do indivíduo sepultado (Barroca, 1987, p. 121), estaremos perante túmulos de indivíduos que atingiriam em média uma altura que oscilaria entre os 150/160 e os 180/190 cm.

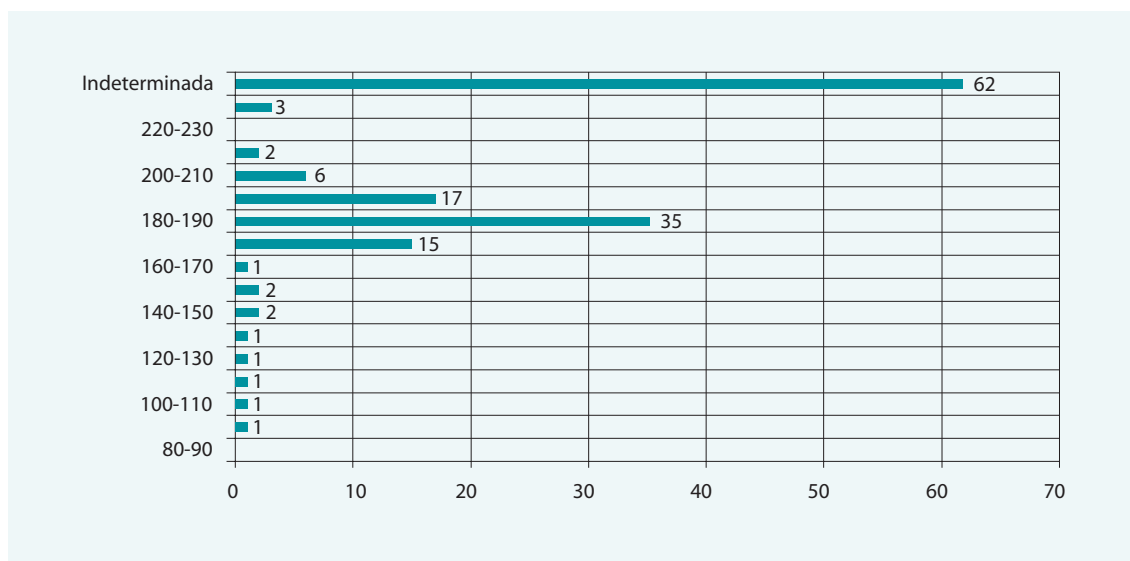


FIG. 11 - Comprimento total das sepulturas.

Acima dos 200 cm de comprimento foram ainda contabilizadas um total de onze sepulturas, nomeadamente a 1 do Passal 1 (n.º 065); as 7 e 8 de S. Bartolomeu (n.º 069); as 2 e 3 da Quinta de Salgodins (n.º 081); as 2 e 3 de S. João (n.º 082); as 3 e 4 do Ameal (n.º 070); a do Gamelão dos Mouros (n.º 086); a das Conchadas (n.º 107). Deste grupo, apenas a sepultura do Passal 1 e a do Gamelão dos Mouros são não antropomórficas. Conforme já referimos, é difícil estabelecer uma relação entre o comprimento da sepultura e o sexo do inumado, porém, parece-nos que estas dimensões estariam mais presumivelmente associadas ao sexo masculino. Assim, o caso da Quinta de Salgodins, onde ambas estão abertas lado a lado, e de S. Bartolomeu, igualmente muito próximas, permite-nos colocar a hipótese de estarmos perante uma inumação familiar masculina, talvez de pai e filho.

Tendo em conta que os homens teriam uma estatura superior relativamente às mulheres e analisando os comprimentos dos conjuntos de duas sepulturas que indiciam estarmos perante possíveis inumações de casais, verificamos que as diferenças são pouco expressivas. É o exemplo das sepulturas 1 e 2 da Quinta de Moreira de Baixo (n.º 072) e do n.º 1 e 2 de Oliveira de Fazemão (n.º 106), com apenas 6 cm de diferença entre si, ou das sepulturas 2 e 3 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096), com escassos 8 cm de discrepância. No entanto, nos dois conjuntos de duas sepulturas do Gorgulão (n.º 075)⁴⁴, nos túmulos 1 e 2 da Quinta dos Casais (n.º 078) e nos dois sepulcros da Quinta das Moitas (n.º 088), a diferença de comprimentos é mais expressiva, sendo superior a 10 cm.

Analisando agora o binómio comprimento e tipologia, com base nos conjuntos de duas sepulturas que, por estarem abertas lado a lado, ou muito próximo, nos indiciam que poderão ter tido como funcionalidade a inumação de marido/mulher, verificamos que a maioria é de tipologia antropomórfica. São os casos das duas sepulturas da Raposeira (n.º 066), das sepulturas 1 e 2 da Quinta de Moreira de Baixo (n.º 072), dos túmulos 1 e 2, 3 e 4 do Gorgulão (n.º 075), das sepulturas 1 e 2 da Quinta dos Casais (n.º 078), das duas do Salgueiral (n.º 080), das duas da Quinta das Moitas (n.º 088), das sepulturas 2 e 3 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) e das 1 e 2 de Oliveira de Fazemão (n.º 106). Somente em duas destas estações constatámos que as sepulturas com menor comprimento estão associadas ao não antropomorfismo, como são os exemplos das sepulturas n.º 2 da Quinta de Moreira de Baixo e do Salgueiral, pelo que na área agora em análise também não nos parece existir uma diferenciação sexual a nível tipológico.

Como sendo de criança foram classificadas a sepultura 4 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), de planta ovalada e com a cabeceira em arco de volta perfeita; as sepulturas 2 e 6 de S. Bartolomeu (n.º 069), ambas não antropomórficas e de planta ovalada; a do Penedo do Gorgulão (n.º 076), antropomórfica incipiente; a n.º 4 da Quinta dos Casais (n.º 078), não antropomórfica e de planta ovalada; as sepulturas 3, 5 e 6 de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), sub-trapezoidal com cabeceira em arco ultrapassado, trapezoidal com a cabeceira sub-rectangular e trapezoidal com a cabeceira rectangular; a n.º 2 de Pinheiras (n.º 087) de planta ovalada e cabeceira sub-rectangular; e ainda a n.º 3 de Oliveira de Fazemão (n.º 106), que por não ter sido finalizado o seu contorno superior não nos é possível determinar a sua tipologia. Mais uma vez, verificamos que não existe uma equivalência entre as sepulturas de criança e uma tipologia específica. Contudo, realçamos o facto de se denotar uma preocupação no delineamento em algumas destas sepulturas, nomeadamente na Quinta do Ribeiro dos Mouros, em S. Pedro de Lourosa e nas Pinheiras. Deve ainda referir-se que, todos os sepulcros de criança, com excepção do Penedo do Gorgulão, encontram-se associados a uma ou mais sepulturas, indiciando que terão sido integradas em conjuntos familiares.

Relativamente à cobertura dos túmulos é de salientar que, apenas na estação arqueológica da Quinta dos Casais (n.º 078), aproximadamente a 1 m de distância da sepultura 4, identificámos um fragmento de tampa. Esta encontra-se partida tanto no topo superior como no inferior, e as extremidades laterais terminam em bisel⁴⁵. Já nas sepulturas 2 e 3 da Quinta de Salgodins (n.º 081) observa-se a presença do encaixe para o assentamento da respectiva tampa.

Quanto à análise das orientações das sepulturas no que concerne à sua tipologia geral, podemos observar no Quadro 7 seguidamente apresentado que as orientações são variadas, não se verificando uma equivalência directa entre uma dada tipologia e uma orientação em concreto. No entanto, em relação às orientações tumulares na categoria antropomórfica constatamos que existe uma elevada concentração entre os 220° e os 280°.

Conforme se pode constatar no mesmo Quadro é escasso o número de sepulturas que apresentam uma orientação canónica perfeita. Esta apenas se verifica nos túmulos de tipologia antropomórfica, nomeadamente na sepultura 1 do Ameal (n.º 070) e na 6 de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), ambas com 270°. Também com tipologia antropomórfica e próximas desta orientação encontramos as sepulturas 1 e 2 do Gorgulão (n.º 075) com 268°; as sepulturas 7 a 13 de S. Pedro de Lourosa, com 264°; a sepultura 5 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), o conjunto de quatro sepulturas da Quinta das Hortas (n.º 090), a da Igreja Matriz de Covas (n.º 098), a sepultura 1 de S. Cristóvão (n.º 101), todas com 260°; e a n.º 5 de S. Pedro de Lourosa com 276°. Ainda com a mesma tipologia e integradas na orientação oeste-este temos as sepulturas 2 e 3 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 097) com 285°; as sepulturas 2 e 4 de S. Pedro de Lourosa com 284° e 288°; as sepulturas 1 e 3 da mesma estação com 290°; a sepultura 1 da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072) com 250°; a n.º 5 da Quinta dos Casais (n.º 078) com 252°; a sepultura 1 da Quinta do Ribeiro dos Mouros, o conjunto de sepulturas de S. João (n.º 082) e a 5 do Gorgulão (n.º 075) com 258°; bem como as sepulturas 3 e 4 desta última estação arqueológica.

Na categoria do não antropomorfismo são escassas as que se encontram orientadas para oriente. É o caso das sepulturas 2 e 3 da Quinta do Moreira de Baixo, com 250° e 258° respectivamente, a da Quinta da Cortinha (n.º 063) com 256° e a sepultura 5 de S. Bartolomeu (n.º 069) com 290°. Ainda com 240° temos as sepulturas 3 de S. Bartolomeu e 4 da Quinta dos Casais, bem como a n.º 2 do Salgueiral (n.º 080) com 244°.

QUADRO 7

Graus	Não Antropomórficas	Antropomórficas	Antropomorfismo Incipiente
10°	1	1	1
20°	1	2	1
30°		1	
40°	1		1
80°	1		
140°		1	
170°		1	
180°		1	
200°		2	
210°	1	1	
220°	3	4	1
230°		3	1
240°	3	2	2
250°	3	10	
260°		11	
270°		3	
280°		3	1
290°	1	1	
300°	1	1	
310°		5	1
320°	1	2	
330°	3	3	
340°		4	
350°	2	3	
Indeterminada		8	
TOTAL	22	73	9

No entanto, conforme já mencionámos, a orientação das sepulturas também seria condicionada, quer pela disposição do afloramento, pois na maioria das vezes o espaço disponível e a sua inclinação não possibilitam que o túmulo seja canonicamente orientado, quer pelo facto de a mesma poder ser baseada na observação do nascer e pôr-do-sol.

No que se refere à análise da orientação com base no contexto dos sepulcros, o Quadro seguinte indica-nos que não existe um padrão na orientação das sepulturas isoladas, bem como dos conjuntos de duas e três sepulturas. No entanto, nos conjuntos de quatro e nas necrópoles, parece haver uma maior concentração de orientações, respectivamente entre os 250° e os 300°, e os 210° e os 290°.

Verificamos ainda que a elevada aglomeração de túmulos voltados para oriente concentra-se nos conjuntos de quatro sepulturas e nas necrópoles, facto que também estará relacionado com o maior número de sepulcros que este tipo de contexto reúne, como é, por exemplo, o caso das necrópoles da Quinta do Moreira de Baixo, do Gorgulão, de S. Pedro de Lourosa, bem como dos conjuntos de S. João e Quinta das Hortas.

QUADRO 8

Graus	Isoladas	Conjunto 2	Conjunto 3	Conjunto 4	Necrópole
10°		1			2
20°	1	2			1
30°					
40°	1	2			
80°			1		
140°					1
170°	1				
180°					1
190°					
200°		2			
210°					2
220°	3				6
230°			3		1
240°	1	4			2
250°	1			4	8
260°		1		4	12
270°					3
280°			1	1	4
290°					3
300°				2	
310°	1	2		1	2
320°	2				1
330°	1		2		4
340°		1	2	1	
350°		1			4
Indeterminada		2		3	38
Total	12	18	9	16	95

Devemos ainda referir que em 38 estações com túmulos rupestres apenas em quatro constatámos uma mesma orientação tumular, nomeadamente no conjunto de duas sepulturas da Raposeira (n.º 066), no conjunto de três sepulturas da Quinta de Salgodins (n.º 081), bem como nos conjuntos de quatro sepulturas de S. João (n.º 082) e da Quinta das Hortas (n.º 090). Verificamos ainda que, em estações com várias sepulturas aquelas que foram abertas lado a lado, e que indiciam a existência de laços familiares entre os inumados, possuem a mesma orientação como é o caso das sepulturas 1 e 2 da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072); as sepulturas 1 e 2, bem como a 3 e 4 do Gorgulão (n.º 075); a 1 e 2 da Quinta dos Casais (n.º 078); e a 2 e 3 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096). No caso específico da necrópole de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), cujas sepulturas se encontram todas alinhadas e orientadas canonicamente, observamos apenas pequenos desvios de orientação da cabeceira, tal como, por exemplo, acontece nas sepulturas 1 e 2 de Oliveira de Fazemão (n.º 106), ou no conjunto das quatro sepulturas da Quinta do Prado (n.º 105), o que não está relacionado com o espaço disponível no afloramento, mas com a escavação da própria sepultura, cujo talhe terá provocado pequenos desvios.

Relativamente à implantação geográfica das 38 estações arqueológicas, constatamos no gráfico abaixo apresentado que a maioria se localiza em planaltos, seguida de encostas e que somente duas estão implantadas em cabeços, designadamente os conjuntos de quatro sepulturas da Quinta das Hortas (n.º 090) e da Quinta do Prado.

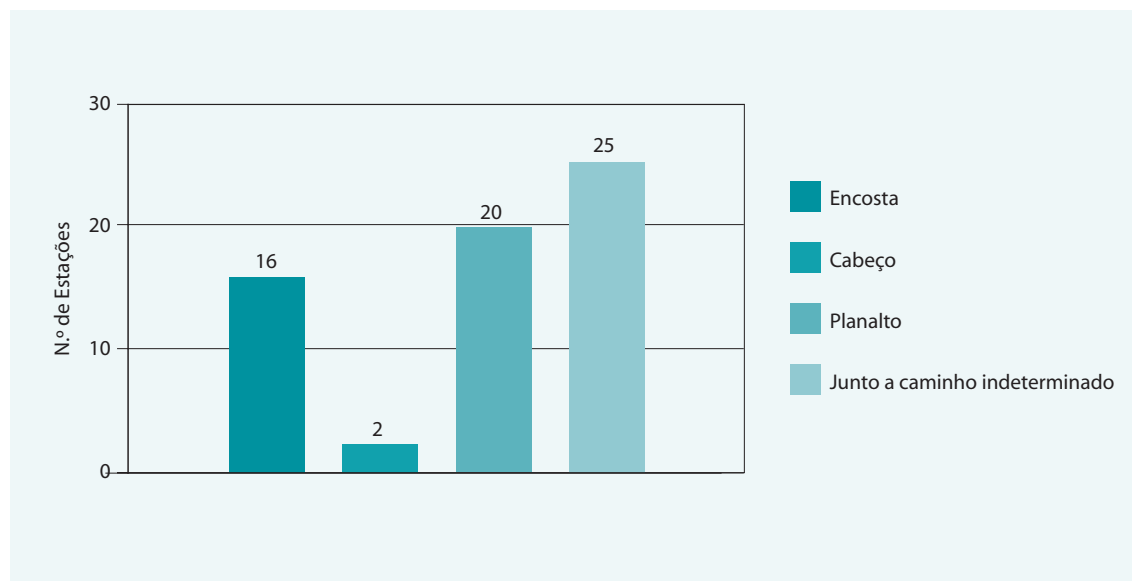


FIG. 12 - Implantação geográfica por estação.

Observamos ainda que, tal como entre os rios Dão e Mondego, a maioria das estações se localizam nas imediações de caminhos vicinais. Contudo, não é possível, determinar qual a antiguidade dos mesmos, embora, ainda actualmente, sejam utilizados como acessos a propriedades agrícolas, a aldeias ou a quintas. Somente no caso de S. Pedro de Lourosa (n.º 085) é visível a sul e este da igreja um troço de calçada em seixo quartzítico, cuja cronologia de parte do traçado poderá, talvez, recuar até ao período medieval. Esta calçada prolonga-se pelo interior da actual aldeia e prossegue para sul, até ao lugar de Pombal e daqui até Vila Pouca da Beira, onde entronca num possível troço de calçada romana que poderá ter feito parte da estrada que de *Aeminium* seguiria para a Bobadela, junto ao vale do rio Alva. Jorge de Alarcão levanta aliás a hipótese da existência desta última, a qual estabeleceria uma ligação mais curta entre *Aeminium* e Bobadela (Alarcão, 1988, p. 104-105). Todavia, sobre a questão viária voltar-nos-emos a debruçar mais à frente. Apesar da dificuldade em estabelecer a antiguidade dos caminhos vicinais, próximo dos quais se localizam as sepulturas, o mais plausível é que os mesmos estabelecessem a ligação entre os habitats alto medievais. Conforme à frente observaremos, algumas estações com ocupação alto medieval não se localizam muito longe dos possíveis traçados das antigas estradas romanas, a circulação de pessoas e as ideias terá continuado, como aliás o comprova a edificação da igreja de S. Pedro de Lourosa.

No que diz respeito à implantação individual das sepulturas, e tal como igualmente constatámos entre os rios Dão e Mondego, não se verifica que tenha existido uma preocupação com o destaque das sepulturas na paisagem envolvente. Somente nos casos das sepulturas 1 e 5 da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), ambas implantadas em penedos graníticos que se erguem cerca de 130 cm do solo, e da sepultura do Penedo do Gorgulão (n.º 076), a qual foi implantada no topo de um penedo de elevadas dimensões, é que parece ter existido essa intenção.

Conforme referimos aquando do estudo das sepulturas entre os rios Dão e Mondego, também na área presentemente em análise detectámos em cinco estações arqueológicas a associação entre sepulturas rupestres a pequenas pias e covinhas, sobre as quais, de seguida, faremos uma breve descrição.

Relativamente às primeiras, encontram-se associadas a sepulturas antropomórficas, com excepção do túmulo inacabado e com antropomorfismo incipiente do Penedo do Gorgulão. Aproximadamente a 6 m da cabeceira dos túmulos 1 e 2 do Gorgulão (n.º 075), e nas imediações de uma lagareta que se encontra escavada no mesmo afloramento, localiza-se uma pia com 0,30 m de diâmetro e 0,13 m de profundidade. A cerca de 500 m deste sítio e a 0,60 m do contorno esquerdo da sepultura infantil do Penedo do Gorgulão foi escavada uma pia, com 0,34 m de diâmetro e 0,08 m de profundidade. Junto do sepulcro 7 da Quinta dos Casais (n.º 078) localiza-se uma pequena pia com 0,14 m de diâmetro e 0,09 m de profundidade. Refira-se ainda, que aproximadamente a 8 m desta última, se encontra isolada no topo de um pequeno penedo, uma pia com 0,40 m de diâmetro e 0,15 m de profundidade.

Igualmente na necrópole rupestre de S. Pedro de Lourosa (n.º 085) é possível observar a presença de duas pequenas pias. Uma a 0,35 m do topo da cabeceira da sepultura 3, com 0,25 m de diâmetro e 0,10 m de profundidade, e outra a 0,50 m do topo da cabeceira da n.º 5, com 0,12 m de diâmetro e 0,08 m de profundidade. Junto à sepultura 1 da Quinta das Moitas (n.º 088), a cerca de 2 m para Sul da cabeceira, existe uma pia com 0,38 m de diâmetro e 0,10 m de profundidade.

Deste modo, verificamos a associação directa de sete pias a igual número de sepulturas, existindo entre elas uma homogeneidade em termos de profundidade, a qual oscila entre os 8 e os 15 cm, e ao nível da planta circular. Relativamente ao diâmetro verifica-se que existe alguma variabilidade e que a única pia que não se encontra directamente associada a uma sepultura, a da Quinta dos Casais, é a que ostenta maior diâmetro e profundidade, tal como se constatou no caso da pia da Laje do Roxo (n.º 001). Dado que já nos debruçámos sobre as hipóteses interpretativas destas pequenas estruturas⁴⁶ não o iremos efectuar novamente. Contudo, devemos aqui fazer referência à pia existente no interior da Igreja de S. Pedro de Lourosa, cujo diâmetro e profundidade é bastante superior às acima descritas e que foi interpretada, dada a sua morfologia e implantação no interior do templo, como um baptistério (Barroca, 1987, p. 126). Esta estrutura faria parte integrante do templo, que de acordo com a sua função paroquial serviria uma comunidade cristã, quer na vida, quer na morte.

No que concerne à associação das sepulturas rupestres a covinhas, estas apenas se observam, isoladamente, em quatro estações arqueológicas, designadamente, na sepultura isolada do Penedo do Gorgulão (n.º 076), junto da sepultura não antropomórfica 2 da Mata das Forcas (n.º 079), da sepultura isolada e não antropomórfica do Gamelão dos Mouros (n.º 086), bem como entre as sepulturas antropomórficas 1 e 2 da Quinta dos Casais (n.º 078), onde mede 6 cm de diâmetro e 2 cm de profundidade. Nas três primeiras sepulturas, as covinhas possuem o mesmo diâmetro, 8 cm, variando entre elas apenas a profundidade, atingindo respectivamente 10, 2 e 3 cm. Devemos ainda salientar que, embora não estando em associação directa com os sepulcros existentes na Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), observámos, num penedo granítico destacado na paisagem e localizado mais ao menos na área central desta necrópole, doze covinhas dispostas na vertical. Estas têm 10 cm de diâmetro e 3 cm de profundidade e permitem aceder ao topo do penedo, apresentam as mesmas características descritas no Vale de Covo (n.º 010), mas infelizmente não podemos afirmar uma relação de contemporaneidade com o espaço sepulcral. Aliás, tal como verificámos entre os rios Dão e Mondego, este tipo de associação é pouco comum, sendo problemático apontar uma cronologia para o momento da sua execução, embora, tenhamos colocado a hipótese de

aquelas que estão fisicamente associadas à sepultura poderem estar relacionadas com o momento da sua abertura.

Façamos de seguida referência à associação entre sepulturas rupestres e lagaretas/lagares, a qual se verifica em três tipos de situações: ou detectamos túmulos nas proximidades de lagares; ou os primeiros apresentam pequenos indícios de terem sido simplesmente reaproveitados como lagaretas, nomeadamente através de canais de escorrência; ou as duas últimas situações coexistem num mesmo espaço.

No primeiro caso, temos os exemplos da n.º 3 do Alto Zambujeiro (n.º 074) e das n.ºs 1 e 2 do Gorgulão (n.º 075). Assim, a 6 m do túmulo não antropomórfico 3 do Alto Zambujeiro observa-se a presença de um lagar escavado no topo superior de um penedo isolado. Este é composto por um tanque central de planta quadrangular com 227 cm de largura, 135 cm de comprimento e 57 cm de profundidade, no qual são visíveis os dois entalhes laterais para encaixe da prensa. O seu canal de escorrência liga a um pio localizado num plano inferior, com 190 cm de largura e 120 cm de comprimento. No mesmo afloramento granítico das sepulturas antropomórficas 1 e 2 do Gorgulão e a cerca de 230 cm destas últimas, foi escavado um tanque rectangular com 122 cm de largura, 166 cm de comprimento e 28 cm de profundidade média. Este possui na sua extremidade norte, um canal de escorrência com 16 cm de largura e 62 cm de comprimento e uma inclinação acentuada por onde escorreria o líquido, o qual seria recebido, provavelmente, num grande contentor localizado em plano inferior.

No segundo grupo destacam-se as sepulturas 5 e 6 da Quinta dos Casais (n.º 078), a n.º 2 da Mata das Forcas (n.º 079) e a do Gamelão dos Mouros (n.º 086), as duas últimas não antropomórficas. Nas primeiras quatro sepulturas observa-se que, a partir da zona dos pés, foi escavado um canal de escorrência, o qual, dada a inclinação natural do afloramento, permitiria com facilidade a escorrência de líquidos. Assim, deduz-se que, posteriormente à sua função de inumação, cada uma terá sido reaproveitada como lagareta.

Por fim, temos a sepultura 6, 7 e 8 de S. Bartolomeu (n.º 069), bem como as sepulturas 2 e 3 da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096). No caso da primeira estação arqueológica verificamos que a sepultura não antropomórfica 6 encontra-se escavada no mesmo afloramento granítico onde está implantado um lagar, composto por um tanque central rectangular, com 186 cm de largura e 238 cm de comprimento. Na extremidade noroeste da rocha granítica é ainda visível uma depressão quadrangular, com 52 cm de largura e 48 cm de comprimento, talvez para assentamento do peso de lagar, e dois orifícios circulares, com 15 cm de diâmetro, os quais poderão ter sido utilizados para suporte de alguma estrutura de madeira. Paralelamente a esta coexistência espacial devemos fazer ainda referência às sepulturas 7 e 8 da mesma estação arqueológica. A primeira encontra-se perfurada na zona inferior dos pés, tendo provavelmente sido reaproveitada como lagareta. Tal também parece ter acontecido com a sepultura 8, a qual se localiza apenas a 70 cm de distância, pois encontra-se perfurada na zona inferior dos pés, apresentando aí um extenso canal de escorrência. No sepulcro 8, a zona que corresponderia à parte superior da cabeceira foi alargada em cerca de 1 m de comprimento, apresentando da cabeça para os pés uma inclinação natural excelente para a circulação de líquidos. Deve ainda salientar-se a presença junto às sepulturas 7 e 8 de um ténue rebaixamento rectangular no afloramento, com 40 cm de comprimento e 20 cm de largura, no qual poderia ter assentado uma estrutura em madeira.

No que se refere ao sítio arqueológico da Quinta da Pedra da Abelha observa-se que entre as duas sepulturas antropomórficas, 2 e 3, alinhadas no mesmo afloramento, e o túmulo não antropomórfico, encontra-se escavado em outra rocha granítica um lagar. Este último, é constituído por um pio central quadrangular, o *calcatatorium*, com cerca de 66 cm de profundidade, 170 cm de comprimento e 156 m de largura, e um pio circular, o *lacus*, em plano inferior, com

cerca de 6 cm de profundidade, 145 cm de comprimento e 67 cm de largura. Estes dois estão ligados entre si por um pequeno orifício por onde escorreria o líquido (vinho ou azeite), circundando o produto transformado do pio central quadrangular para o pio circular de menor dimensão. No interior deste último, é possível observar que, no seu centro, existe um rebaixamento do afloramento de forma circular, onde eventualmente poderá ter sido colocada uma talha para receber o líquido fruto da transformação. É ainda de salientar que, quer no alçado norte e sul do *calcatorium*, quer na sua superfície externa, estão escavados vários entalhes, onde certamente assentaria uma estrutura em madeira, que possibilitaria a prensagem. Tem sido colocada a hipótese, por parte de alguns investigadores, de que este engenho de prensagem, seria montado e retirado, consoante o ciclo de actividade agrícola de modo a não ficarem expostos às intempéries (Almeida et al., 1999, p. 100). Neste contexto arqueológico específico, poderíamos talvez supor que, aquando da abertura do conjunto das duas sepulturas antropomórficas, o afloramento que teria maiores dimensões e possibilitaria a colocação lado a lado dos sepulcros estaria já ocupado com o lagar. Tal hipótese faria com que este último fosse anterior às sepulturas, talvez remontasse ao período romano. No entanto, as dúvidas permanecem, sobretudo quando neste sítio arqueológico não detectámos materiais cerâmicos que nos permitam atribuir uma cronologia a estas estruturas. Devemos ainda acrescentar que as duas sepulturas antropomórficas possuem um entalhe, a n.º 2 abaixo da cabeceira e a 3 na zona da cabeceira. Contudo, dado que a inclinação do leito destas sepulturas é muito reduzida e se faz no sentido cabeceira-pés, colocamos a hipótese destes pequenos orifícios se terem destinado à drenagem de líquidos do interior do sepulcro (Valera, 1990, p. 23; Marques, 1995, p. 200) e não ao reaproveitamento das sepulturas como lagaretas.

Na estação arqueológica de S. Bartolomeu (n.º 069) existem abundantes materiais arqueológicos de cronologia romana, portanto é possível que o lagar aqui existente remonte a esse período e que, posteriormente, no espaço ainda disponível no afloramento, tivesse sido escavada a sepultura. Relativamente a esta coexistência espacial sepulcral e produtiva, parecem-nos que seria mentalmente mais difícil construir e utilizar uma unidade transformadora da actividade económica quotidiana junto de uma sepultura⁴⁷, do que o contrário, ou seja, que uma sepultura seja implantada junto de uma unidade deste tipo já desactivada. No entanto, esta questão não é de fácil resolução quando nos deparamos com o facto de as sepulturas serem reaproveitadas, individualmente ou em conjunto, como lagaretas, como acontece com os exemplos acima citados, nomeadamente com as sepulturas 7 e 8 de S. Bartolomeu, onde essa questão mental parece não ter sido problemática para se proceder a uma reutilização do espaço sepulcral. Contudo, como anteriormente já referimos, a diacronia deste sistema produtivo é longa, remontará ao período romano e terá sobrevivido até ao período contemporâneo (Almeida et al., 1999, p. 97). Assim, os momentos de utilização num dado espaço podem ser cronologicamente distintos, como poderá acontecer em S. Bartolomeu, em que o lagar poderá remontar ao período romano e o reaproveitamento das sepulturas 7 e 8 a um momento mais recente.

Um outro tipo de estrutura de inumação detectado, foi um sarcófago em granito, o único identificado na área geográfica alvo do levantamento arqueológico. Actualmente, está incorporado num pequeno murete particular, a escassos 20 m do alçado sul da Igreja Matriz de S. Pedro de Lourosa (n.º 085). Infelizmente este sarcófago trapezoidal encontra-se invertido, pelo que não dispomos de informação sobre a sua tipologia geral. Saliente-se que, no único alçado visível, não observámos a existência de decoração. No entanto, a sua existência permite-nos constatar que pelo menos neste espaço religioso terá existido outro tipo de estrutura de inumação para além da sepultura rupestre. Contudo, não poderemos tecer considerações cronológicas mais precisas, dada a sua diacronia de utilização⁴⁸ e o facto de a sua evolução

tipológica ter sido semelhante à dos túmulos rupestres⁴⁹. Trata-se de uma estrutura funerária que não detectámos entre os rios Dão e Mondego, sendo a sua representação igualmente reduzida quer no Alto Paiva (Vieira, 2004, p. 76), quer no Vale Superior do Douro (Lopes, 2002, p. 258), onde se encontram maioritariamente associados templos.

Antes de terminarmos este subcapítulo, teremos ainda de destacar a presença de outro tipo de estrutura rupestre, identificada num penedo adjacente àquele onde se encontra escavada a sepultura infantil inacabada do Penedo do Gorgulão (n.º 076). Esse penedo granítico é contornado a sul e a oeste por um sulco longitudinal, com cerca de 7 m de comprimento, 5 cm de largura e 3 cm de profundidade, que poderá ter tido como função o escoamento de águas. Já na sua face oeste foi escavada uma estrutura composta por dois entalhes longitudinais inclinados e um nicho rectangular. O primeiro entalhe mede 51 cm e o segundo 61 cm de comprimento, ambos com 4 cm de largura, abaixo dos quais se observam 2 entalhes rectangulares, um com 11 cm de largura e 24 cm de comprimento, e outro com 17 cm de comprimento e 12 cm de largo. O nicho com 67 cm de largura e 82 cm de altura, poderá ter suportado algum objecto, pois a sua parte inferior apresenta uma plataforma com 67 cm de comprimento e cerca de 20 cm de largura. No interior deste último, observam-se ao centro duas covinhas com 5 cm de diâmetro, e uma outra lateral com 3 cm. A 55 cm do nicho estão escavados 3 toscos degraus e 12 covinhas com 4 cm. Apesar de termos a sepultura rupestre inacabada no topo do outro penedo e de se poder colocar a hipótese de ter aqui existido um pequeno oratório, o qual aliás está voltado para oriente, infelizmente não detectámos espólio que nos permita uma datação mais segura para os entalhes escavados no penedo. Aliás, a única cerâmica detectada é a telha de canudo dispersa junto de uma pequena casa rural em ruína, edificada junto dos penedos. Este facto, aliás, indica-nos que o aproveitamento dos recursos da natureza e a recorrência da ocupação deste espaço foi também uma constante ao longo dos séculos. No entanto, o facto da necrópole do Gorgulão e do respectivo sítio de povoamento alto medieval se localizar a cerca de 500 m para norte, poderá dar-nos um enquadramento cronológico e cultural para estes entalhes na rocha granítica, os quais poderão eventualmente integrar um ermitério.

4.2.1.2. *A associação entre o espaço funerário e o espaço religioso*

Entre os rios Mondego e Alva apenas detectámos a associação entre o espaço funerário e o religioso em cinco estações arqueológicas, designadamente no Passal 1 (n.º 065), em S. Bartolomeu (n.º 069), em S. Pedro de Lourosa (n.º 085), na Igreja Matriz de Covas (n.º 098) e na Igreja Matriz de Travanca de Lagos (n.º 073)⁵⁰, sendo que nesta última, apenas dispomos de informação bibliográfica relativa à existência de sepulturas escavadas na rocha junto ao templo. No Passal 1, actualmente, apenas existem três túmulos não antropomórficos; no entanto, sabemos que, na primeira metade da década de 40, ainda eram visíveis seis sepulturas⁵¹ (Júnior, 2003, p. 20), as quais fariam parte de uma necrópole mais vasta. Segundo este autor, a reconstrução no princípio do século XIX do edifício religioso, consagrado a Santo André, terá conduzido à destruição de outras sepulturas. Esta situação é observável na sepultura 2, cujo contorno direito do leito se encontra sob a fachada norte da Igreja Matriz. Constatam-se assim, que o edifício hoje existente é posterior à necrópole que aqui existiu e que terá substituído um outro mais antigo. Aliás, como o indicam, por exemplo, os blocos de granito aparelhado e as três estelas funerárias que se encontram reaproveitados nos muros do adro. As sepulturas encontram-se orientadas a nordeste, o que poderá, talvez, significar que, aquando da sua abertura, ainda não existia um espaço religioso que condicionasse a sua implantação canónica.

Na Igreja de S. Pedro de Lourosa, a qual segundo a inscrição aí existente terá sido sagrada em 912, temos a maior necrópole de sepulturas escavadas na rocha de toda a área por nós estudada. Presentemente, no exterior contabilizamos 13 e no interior 9 túmulos, canonicamente orientados. No entanto, esta necrópole seria mais vasta, aliás o afloramento xistoso onde se implantam as sepulturas exteriores, encontra-se cortado a norte e a oeste. A própria construção românica tardia da torre-campanário adossada à fachada principal da igreja terá provocado a destruição de parte das sepulturas. Segundo as informações de Virgílio Correia a necrópole prolongar-se-ia para o lado sul do templo, onde este investigador contabilizou mais 5 sepulturas, não sendo porém, referida qual a sua tipologia geral. “*Para o lado direito da igreja prolongava-se o cemitério e, embora muito deteriorados, reconhecem-se claramente cinco leitos sepulcraes. Como todos parecem sahir de sob as paredes da igreja é natural a pré-existência do cemitério, sendo o templo edificado sobre ele muito posteriormente.*” (Correia, 1912, p. 7). Igualmente Pessanha faz referência à extensão que terá tido a necrópole, “*Além das sepulturas rupestres ... que ainda hoje se observam junto da igreja, e que são apenas aquelas que ficaram debaixo da primitiva escada do campanário, muitas outras ali existiam. Fê-las desaparecer, há pouco, a regularização do terreno em frente das fachadas do poente e do sul.*” (Pessanha, 1927, p. 69).

Para além da necrópole de sepulturas escavadas na rocha, é ainda de referir que no interior da Igreja existe um pio de planta circular aberto no afloramento xistoso, interpretado como baptistério dada a sua morfologia e implantação no interior do templo (Barroca, 1987, p. 126). Estamos perante um espaço sagrado que terá acolhido uma comunidade paroquial cristã em vida e em morte, desde o século X. Infelizmente, das publicações existentes as referências à necrópole são muito genéricas. Nem mesmo a acção de restauro da DGEMN, efectuada na década de 30 do século XX, nos transmitiu dados arqueológicos que nos permitam tecer considerações sobre a relação da igreja e da necrópole, nomeadamente se estas são contemporâneas, ou se uma antecede a outra. Sobre este aspecto cronológico, Virgílio Correia, conforme acima mencionámos, refere que algumas estariam sob a parede da igreja, porém, mesmo na sua afirmação parecem prevalecer dúvidas.

Seria importante conhecermos desde quando, e durante quanto tempo⁵², é que o espaço funerário foi utilizado. Ainda que a construção da torre-campanário tenha implicado a destruição de algumas sepulturas rupestres, o espaço de necrópole terá continuado a ser utilizado, pelo menos assim o parecem demonstrar as tumulações no interior da igreja.⁵³ É um facto que, pela análise do levantamento topográfico da igreja e da necrópole (DGEMN, 1949), as sepulturas rupestres visíveis no interior e no exterior são tipologicamente semelhantes⁵⁴. Todavia, para além de algumas estarem parcialmente destruídas, sabemos que outras terão já desaparecido, pelo que os dados actuais são parcelares de uma realidade arqueológica que há-de ter sido mais vasta e onde existe a possibilidade da coexistência de várias tipologias, tal como já observámos em outras estações. A reforma românica de que a igreja foi alvo⁵⁵, a qual terá sido dirigida para os aspectos litúrgicos⁵⁶, denuncia-nos ainda que, no século XII, este espaço religioso continuaria em funcionamento e ligado a uma comunidade paroquial cristã.

Relativamente à sepultura antropomórfica da Igreja Matriz de Covas (n.º 098), orientada a este, observa-se que o afloramento granítico em que está escavada encontra-se sob a fachada sul da Igreja Matriz da N.ª Senhora da Conceição. Esta última possui orientação canónica e terá sido remodelada no século XVII (Saraiva, 1986, p. 91), porém, ainda hoje apresenta uma estrutura simples de planta sub-rectangular. Na fachada sul deste templo observa-se parte de uma inscrição⁵⁷, constatando-se que o granito que serve de suporte à epígrafe é, contrariamente ao restante que compõe o exterior da Igreja, de grão fino, apresenta um tom amarelado e um talhe regular. Aliás, à medida que vamos observando as quatro fachadas descobrimos

mais alguns blocos de granito com estas características, os quais indiciam a reutilização de materiais de construção de uma estrutura mais antiga na remodelação do século XVII. Devemos ainda dar relevância ao facto de encontrarmos estelas funerárias reutilizadas na fachada principal desta Igreja e nos muros do adro, as quais, segundo informações recolhidas, são provenientes de antigas obras realizadas neste local. Assim, estes indícios patentes nos elementos construtivos da remodelação do século XVII, tal como no caso da Igreja Matriz do Ervedal da Beira, ou seja, no Passal 1, fazem-nos supor a existência de um templo mais antigo, o qual provavelmente remontará ao período medieval. Deste modo, e apesar de estarmos actualmente perante uma sepultura rupestre isolada, colocamos a hipótese de aqui terem existido mais sepulturas que comporiam uma necrópole, verificando-se a associação de um espaço tumular a um edifício religioso.

Em S. Bartolomeu (n.º 069), está implantada uma pequena capela dedicada ao santo que deu nome à estação arqueológica, e cuja construção contemporânea remonta a 1900, conforme se constata na fachada principal. No entanto, segundo a informação de alguns populares, existiria neste local uma ermida mais antiga, sendo aliás visível o delineamento de um alicerce mais antigo sob a actual estrutura, cuja cronologia é, contudo, indeterminada. Do ponto de vista tipológico já referimos no subcapítulo anterior que nesta estação coexistem a tipologia não antropomórfica e antropomórfica, sendo que actualmente a primeira é a maioritária, e que segundo os moradores de Meruge a maioria das sepulturas que foram destruídas pela construção do balneário também o seriam. No ponto anterior, colocámos a hipótese das sepulturas não antropomórficas de planta ovalada representarem uma primeira fase de inumações, cronologicamente mais antiga à das sepulturas 7 e 8, a primeira antropomórfica e a segunda indeterminada devido à sua reutilização como lagareta, ambas detentoras de uma moldura interna ao nível do leito. Devemos ainda referir que numa plataforma granítica elevada e central da necrópole, é visível o afeiçoamento de 4 degraus que dão acesso ao topo do penedo, os quais são ladeados a Este por um sulco com cerca de 450 cm de comprimento e acentuada inclinação que funcionaria como um canal de escorrência. Aos 160 cm do início deste sulco, observa-se um entalhe rectangular que poderá ter servido de encaixe a uma estrutura. É provável que existam outros entalhes no afloramento granítico descrito, todavia, o coberto vegetal é denso e apenas a limpeza de toda a área nos poderá dar mais informações. No entanto, parece-nos que perante a dimensão desta necrópole, a segunda maior identificada entre os rios Alva e Mondego, e o facto de ainda hoje aqui se encontrar uma pequena capela dedicada a um santo de culto antigo, a estrutura rupestre descrita poderá ter feito parte de um templo religioso alto medieval. Aliás, pela análise da dispersão dos materiais arqueológicos verifica-se que esta construção não se sobrepõe à área onde se localizam os vestígios de habitat, e que do ponto de vista da sua implantação, na estação arqueológica, domina não só o espaço de necrópole, como o de habitat.

Apesar de não termos identificado sepulturas rupestres associadas às Igrejas Matrizes de Bobadela (n.º 077) e Midões (n.º 091), parece-nos que é possível que esta tipologia tumular, dada a sua longa diacronia de utilização, possa ter integrado as necrópoles destes espaços religiosos, porém, somente trabalhos de escavação arqueológica nos poderiam confirmar, ou infirmar, esta hipótese. No caso da Igreja Matriz da Bobadela, Pinho Leal refere a existência de uma extensa necrópole “A Igreja de três naves é muito antiga [...] o adro é extenso, e está cheio de sepulturas muito antigas, com grande quantidade de pedras à maneira de marcos lavrados. Aos lados de todas ellas se vêem lavradas umas cruces” (Leal, 1873-1890, 1, p. 405). Ainda que o autor não refira a existência de sepulturas abertas na rocha como, por exemplo, o efectuou para o caso da Igreja Matriz do Vimieiro (n.º 049), pensamos que a existência de sepulturas rupestres na Igreja da Bobadela é uma possibilidade, pois não nos parece que esta cidade romana

após a queda do império tenha ficado despovoada. Aliás, um indício de que Bobadela terá continuado a ser habitada, é o achado do jarro litúrgico visigótico, na década de 60 do século XX, durante a abertura de fundações para uma casa na povoação (Gomes e Dias, 1995, p. 91-99). Já em 1145 temos a primeira referência documental a Bobadela⁵⁸ e no Quadro 10, relativo ao catálogo das igrejas de 1320 e 1321, *infra* apresentada, verificamos que consta a igreja de Santa Maria da *Boubadela*.

Relativamente à Igreja Matriz de Midões (n.º 091), cujo orago medieval foi S. Pelágio, sabemos que a construção da casa mortuária terá contribuído para a destruição de parte da necrópole medieval, tendo-se apenas recolhido três estelas de sepultura. No entanto, não temos informações quanto ao tipo de túmulos, mas é possível que na necrópole também existissem sepulturas rupestres. Actualmente, reaproveitados no muro que delimita o adro, observamos a presença de alguns blocos de granito aparelhado com marcas de canteiro, indicando-nos que o actual edifício religioso terá vindo substituir um mais antigo.⁵⁹ Nas imediações da Igreja Matriz de Midões, aliás como aconteceu nas proximidades do Passal 1 (n.º 065) e da Igreja Matriz de Covas (n.ºs 098, 100), recolhemos alguns materiais cerâmicos cuja cronologia remontará a finais da Alta Idade Média e Baixa Idade Média, os quais nos atestam a presença de lugares de povoamento, conforme analisaremos no capítulo seguinte. Aliás, também no sítio do Passal (n.º 062), nas imediações da Igreja Matriz do Seixo da Beira, detectámos vestígios de uma possível ocupação medieval. Muito provavelmente esta igreja de planta rectangular, com dois contrafortes na fachada principal e marcas de canteiro nas fachadas norte, sul e oeste remontará à Idade Média, encontrando-se referenciada no catálogo das igrejas de 1320 e 1321, conforme se pode constatar no Quadro 10 *infra*. É pois provável que aqui tenha funcionado um cemitério paroquial, no entanto, não dispomos de dados arqueológicos que nos permitam atestar esta hipótese.

QUADRO 9

Referências documentais a Igrejas (séculos X e XII)

Documento	Ano	Igrejas e Mosteiros	Lugar/Freguesia	Observações
PMH, DC., n.º 100	969	<i>“mea villa que uocitant midones integra cum suis monastios ... et alia mā villa teodorize ... ipsas villas cum suas ecclias”</i>	Midões Touriz	Doação de Munia ao Mosteiro de Lorvão das suas propriedades em Midões e Touriz.
DMP, DR., n.º 51*	1119	<i>“villam que uocatur Laurosa in finibus Colimbrie et Sene castelli ... cum sua ecclesia quadris lapidibus antiquitus edificata”</i>	Lourosa	Doação de D. Teresa à Sé de Coimbra de Lourosa.
DMP, DP., IV, n.º 161	1121	<i>“in territorio Cogiensi in villa que uocatur Teladelia cum sua ecclesia”</i>	Coja	Doação de Soeiro e sua mulher Eiu ao Mosteiro de Lorvão.

* Este documento foi considerado uma falsificação por parte de Rui de Azevedo (1962, p. 63).

Conforme podemos constatar no Quadro 9, tal como verificámos entre os rios Dão e Mondego, a referência a espaços religiosos é escassa. Apenas temos um documento do final do século X que se refere a Midões e Touriz e dois documentos de princípios do século XII, um sobre Lourosa e outro sobre Telhadela.

Relativamente a Midões o único local onde temos atestada a associação entre o espaço sepulcral e religioso é, conforme já referimos, na própria igreja matriz. As outras quatro estações arqueológicas com sepulturas rupestres, Gamelão dos Mouros (n.º 086), Pinheiras (n.º 087), Quinta das Moitas (n.º 088) e Quinta das Hortas (n.º 090), localizam-se nas imediações da vila de Midões e representam um momento que será anterior à inumação *apud*

ecclesiam. Nos materiais arqueológicos recolhidos nas imediações da Igreja Matriz de Midões (n.º 091), apenas detectámos fragmentos cerâmicos que remontarão ao final da Alta Idade Média e Baixa Idade Média, pelo que actualmente não dispomos de dados que nos permitam fazer recuar este espaço religioso ao século X.

Quanto a Touriz⁶⁰, os vestígios arqueológicos identificados localizam-se a aproximadamente 500 m para nordeste desta localidade, no pequeno lugar do Esporão. Na Quinta do Esporão 1 (n.º 092) temos um conjunto de duas sepulturas antropomórficas as quais, pelo menos actualmente, não se encontram associadas a nenhum espaço religioso, mas a um sítio de habitat. No lugar do Esporão, por nós designado como Quinta do Esporão 2 (n.º 093), regista-se a presença de uma antiga capela dedicada a Santa Luzia⁶¹, bem como o reaproveitamento em algumas casas de fustes de coluna e de silhares de granito idênticos aos da capela, alguns dos quais com encaixes para portas e janelas. Estes elementos fazem-nos supor que aqui se localizaria o espaço religioso referido no documento de 969, agora ocupado por este pequeno casario, ainda que não tenhamos detectado material cerâmico que nos ateste esta cronologia. Estes dois espaços religiosos, certamente que terão sido frequentados por aqueles que nesta zona habitariam em pequenos casais.

Em relação a Telhadela e apesar de termos identificado esta *villa*, actualmente designada como Quinta da Telhadela (n.º 115), durante os trabalhos de prospecção arqueológica, não detectámos, nem temos qualquer referência oral ou bibliográfica à existência de um espaço sepulcral. Esta igreja particular seria provavelmente utilizada por aqueles que trabalhariam e habitariam na *villa*, podendo assim cumprir as suas obrigações cristãs.

QUADRO 10

Catálogo das Igrejas de 1320 e 1321 (Almeida, 1971, p. 120)

Bispado	Igreja	Lugar-Freguesia	Vestígios
Coimbra – I.A.C.	S. Pedro de Coja*	Coja	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Avô*	Avô	Necrópole – Cabeceiras de sepulturas
Coimbra – I.A.C.	S. Mamede de Ázere	Ázere	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Sinde	Sinde	
Coimbra – I.A.C.	Igreja de Tábua	Tábua	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Covas	Covas	Necrópole – Sepulturas rupestres
Coimbra – I.A.C.	S. Miguel de Oliveirinha	V. N. de Oliveirinha	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Boubadela	Bobadela	Necrópole
Coimbra – I.A.C.	S. Pedro de Lourosa	Lourosa	Necrópole – Sepulturas rupestres/sarcófago
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Nogueira	Nogueira do Cravo	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Oliveira	Oliveira do Hospital	Capela dos Ferreiros
Coimbra – I.A.C.	S. Paio de Condesso	S. Paio de Gramaços	
Coimbra – I.A.C.	S. João de Lagos	Travanca de Lagos	
Coimbra – I.A.C.	S. Miguel de Meruge	Meruge	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Lagares	Lagares da Beira	
Coimbra – I.A.C.	Santa Maria de Midões	Midões	Necrópole – Cabeceiras de sepulturas
Coimbra – I.A.C.	Santo André do Ervedal	Ervedal da Beira	Necrópole – Sepulturas rupestres
Coimbra — I.A.C.	S. Pedro do Seixo	Seixo da Beira	Marcas de canteiro

I.A.C. — Igrejas do Arcediago de Seia

* - Apesar de já não se integrarem na área em análise, encontram-se na margem esquerda do rio Alva.

Relativamente ao Quadro 10 observamos que estão referenciadas como igrejas paroquiais aquelas onde verificámos a associação entre o espaço funerário e religioso como é o caso do Passal 1 (n.º 065), de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), de Travanca de Lagos (n.º 073), de Covas (n.º 098) e de Midões (n.º 091). A única excepção a este conjunto de estações é a de S. Bartolomeu (n.º 069), verificando-se que, no século XIV, a igreja paroquial é a de S. Miguel, em Meruge, pelo que deduzimos que a necrópole terá sido transferida para este espaço religioso na Baixa Idade Média. Podemos ainda constatar que, tal como entre os rios Dão e Mondego, o número de referência a templos aumentou consideravelmente, o que estará relacionado com o facto da rede paroquial se encontrar já estabelecida.

Das estações inventariadas apenas em duas se detecta a associação entre sepulturas rupestres e toponímia religiosa, designadamente em S. Bartolomeu (n.º 069), sobre o qual já nos debruçámos, e em S. Cristóvão (n.º 101). Nesta última, identificámos um conjunto de duas sepulturas antropomórficas, uma das quais canonicamente orientada, que se localizam nas imediações de uma capela completamente em ruína e dedicada a este santo. No entanto, para esta capela não dispomos de evidências arqueológicas ou documentais que nos permitam tecer considerações quanto à sua cronologia e nas imediações dos túmulos também não recolhemos materiais arqueológicos.

Ainda na área em análise, encontrámos dois núcleos com sepulturas rupestres nas imediações de duas capelas, designadamente a Quinta das Hortas (n.º 090) e Oliveira de Fazemão (n.º 106). Contudo, julgamos que nestes dois casos não existe uma relação directa entre os sepulcros e as ermidas, pois os primeiros localizam-se muito distantes dos segundos. Na Quinta das Hortas a capela de St.º António, a qual terá sido construída no século XVIII (Saraiva, 1986, p. 38), está implantada a cerca de 100 m do conjunto das quatro sepulturas antropomórficas. Ainda que na fachada este sejam visíveis vestígios de uma fundação mais antiga e de ter sido reaproveitado na construção um fuste de coluna, parece-nos que se existisse uma ligação entre estes dois espaços seria mais lógico que as sepulturas se encontrassem mais próximo da estrutura religiosa. Esta consideração é aliás extensível ao conjunto de três sepulturas de Oliveira de Fazemão, duas antropomórficas e uma indeterminada, que se localizam a mais de 150 m de uma pequena capela edificada em honra de S. Sebastião, num pequeno vale, sobre a qual não dispomos de elementos relativamente à sua cronologia.

4.2.2. Os sítios de habitat

4.2.2.1. A relação das sepulturas e dos sítios de habitat

A estratégia de detecção dos sítios de habitat entre os rios Alva e Mondego foi a mesma que explicitámos no ponto 4.1.2.1 deste trabalho. Também aqui a proliferação de matos pelos terrenos condicionou a detecção de material arqueológico. Apesar desta adversidade, é um facto que, das 39 estações arqueológicas com sepulturas rupestres, em 23 se detectaram vestígios de povoamento. Assim, devemos ressaltar que se nos restantes 16 sítios arqueológicos, não identificámos materiais arqueológicos que nos indiquem a presença de locais de habitat, tal não significa que estes não tenham existido. Estes, podem estar ocultos pela vegetação, a qual nalguns sítios era impenetrável, como são os casos da Tapada 1 (n.º 060), Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), Penedo do Gorgulão (n.º 076), Quinta dos Casais (n.º 078), Mata das Forcas (n.º 079), Salgueiral (n.º 080), Quinta de Salgodins (n.º 081), Pinheiras (n.º 087), Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096), S. Cristóvão (n.º 101), Quinta do Olival (n.º 103), Conchadas (n.º 107), Matosa (n.º 108) e Tapadinho (n.º 112). Quanto a Travanca de Lagos (n.º 073), onde segundo a consulta bibliográfica foram encontradas várias sepulturas escavadas na

rocha sob o largo da Fonte da Igreja, é muito provável que o lugar de povoamento se encontre actualmente dentro do perímetro urbano desta pequena vila.

Relativamente a S. Pedro de Lourosa (n.º 085), cuja Igreja provavelmente serviria “... uma povoação com certo relevo na ligação de Coimbra com Seia, ou seja, numa via medieval de grande importância, pois assegurava as comunicações com Salamanca.” (Mattoso, 1993, p. 526), infelizmente, não conseguimos recolher em prospecção materiais que nos confirmem qual o sítio da sua implantação. No entanto, de acordo com a bibliografia consultada e com a recolha de informação oral efectuada, é provável que o espaço habitacional se localizasse a cerca de 250 m para sudoeste do espaço religioso, onde se localiza o sítio do Carvalhal. Neste local, onde a cota do terreno sobe ligeiramente, formando um pequeno cabeço aplanado sobranceiro a um vale irrigado por várias linhas de águas e como tal fértil para a prática agrícola, foram recolhidos dois fustes de coluna e supostamente material cerâmico de cronologia romana. O Carvalhal reúne excelentes características de implantação para ter sido um local habitacional e domina todo o terreno a Sul até ao vale do rio Alva.

De seguida apresentamos no Quadro II um inventário dos sítios arqueológicos com sepulturas escavadas na rocha em cuja envolvência identificámos materiais que atestam a presença de locais de habitat.

QUADRO II

<i>Sítio Arqueológico</i>	<i>Área dispersão dos vestígios (m²)</i>	<i>Implantação</i>	<i>Tipo de Sítio</i>	<i>Cronologia</i>
Tapada (n.º 059 - 1)*	1800	Planalto	Habitat	Romano / Alta Idade Média
Pinhal da Fonte do Rei (n.º 061 - 1)	300	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Quinta da Cortinha (n.º 063 - 1)	400	Planalto	Habitat	Romano / Alta Idade Média
Olival dos Pobres (n.º 064 - 1)	3000	Planalto	Lugar	Romano / Alta Idade Média
Passal I (n.º 065 - 6)	6000	Planalto	Lugar	Romano/Alta Idade Média
Raposeira (n.º 066 - 2)	100	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067 - 5)	1000	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Espinhhal (n.º 068 - 1)	50	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
S. Bartolomeu (n.º 069 - 18)	7000	Encosta	Lugar	Romano / Alta Idade Média
Ameal (n.º 070 - 12)	4000	Planalto	Lugar	Alta Idade Média
Areias (n.º 071 - 1)	100	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Alto Zambujeiro (n.º 074 - 3)	100	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Gorgulhão (n.º 075 - 8)	5000	Planalto	Lugar	Alta Idade Média
S. João (n.º 082 - 4)	100	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Gamelão dos Mouros (n.º 086 - 1)	50	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Quinta das Moitas (n.º 088 - 2)	350	Encosta	Habitat	Romano / Alta Idade Média
Quinta das Hortas (n.º 090 - 4)	300	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Quinta do Esporão I (n.º 092 - 2)	150	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Devesas (n.º 095 - 3)	250	Planalto	Habitat	Alta Idade Média
Ervedais (n.º 100 - 4)	14000	Encosta	Lugar	Romano/Alta Idade Média
Quinta do Olival de Valacolos (n.º 104 - 2)	300	Encosta	Habitat	Alta Idade Média
Quinta do Prado (n.º 105 - 4)	250	Cabeço	Habitat	Alta Idade Média
Oliveira de Fazemão (n.º 106 - 3)	300	Encosta	Habitat	Alta Idade Média

* Número de inventário seguido da indicação do número de sepulturas por estação arqueológica.

A maioria dos vestígios consiste sobretudo em fragmentos de materiais de construção, como os *imbrices* e/ou as tégulas, e bojos de cerâmica comum. A sua área de dispersão é reduzida, maioritariamente inferior a 500 m², com excepção da Tapada (n.º 059), com 1800 m², e da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067), com 1000 m², pelo que foram por nós classificados como sítios de habitat. Estes corresponderão a pequenos casais rurais, ou seja, onde habitaria um núcleo familiar, cuja subsistência diária estaria relacionada com a agricultura e a criação de gado, com escassos recursos materiais que deste modo também se reflectem na escassez de vestígios detectados na prospecção. Aliás, os núcleos rupestres que se localizam a algumas dezenas de metros destes sítios de habitat são compostos por pequenos conjuntos de sepulturas, reflectindo essa mesma realidade.

Mesmo em locais com apenas uma sepultura, identificámos nas suas imediações alguns materiais cerâmicos, como é o caso do Pinhal da Fonte do Rei (n.º 061), do Espinhal (n.º 068), das Areias (n.º 071) e do Gamelão dos Mouros (n.º 086). Ainda que, nestes casos, o material identificado se resume maioritariamente a *imbrices* e que a sua área de dispersão seja extremamente reduzida, o facto de este elemento existir indicia que terá existido uma pequena estrutura, provavelmente habitacional. Aliás, saliente-se que, no Pinhal da Fonte do Rei, recolhemos um fragmento de dormente, elemento também detectado no sítio de habitat da Quinta do Esporão 1 (n.º 092), e que estará possivelmente associado ao consumo de cereais, provavelmente do centeio e/ou do trigo, culturas que ainda hoje proliferam nesta área.

Para além destes sítios que corresponderão a pequenos núcleos familiares, detectámos outros, onde a densidade de materiais arqueológicos é mais elevada e a área de dispersão dos vestígios maior. Estes corresponderão a locais de povoamento mais consistente os quais denominámos de lugares⁶², possivelmente, equivalentes a mais do que um núcleo familiar, alguns destes talvez com laços de parentesco entre si. Os lugares estão associados as necrópoles que reúnem um n.º elevado de sepulturas, como são os casos do S. Bartolomeu (n.º 069), do Ameal (n.º 070) e do Gorgulão (n.º 075), sendo de salientar que é provável que, nestas estações, o número de túmulos tenha sido ainda superior. Aliás, quer em S. Bartolomeu, quer no Gorgulão observam-se dispersos pelo terreno pequenos aglomerados de pedra miúda granítica, que poderão equivaler a possíveis derrubes de estruturas de habitação. Refira-se ainda que, na segunda estação, existe também, escavada no afloramento granítico, uma estrutura que interpretámos como uma lagareta, a qual se localiza a cerca 100 m dos vestígios habitacionais, e que integraria a actividade produtiva dessa comunidade.

Em termos de implantação podemos verificar que a maioria dos locais de povoamento, sejam habitats ou lugares, se localizam maioritariamente em planaltos e em encostas suaves, sem preocupações defensivas, mas sempre nas proximidades de linhas de água ou ribeiros onde os terrenos mais férteis permitiriam a prática agrícola. Os núcleos de povoamento encontram-se, como já referimos, próximo dos sítios tumulares, distando destes em média 100 m.

No Quadro supra-apresentado verificamos ainda que, em alguns dos sítios arqueológicos, se detectou a presença de material arqueológico romano, como tégulas e cerâmica comum, designadamente na Tapada (n.º 059), na Quinta da Cortinha (n.º 063), no Olival dos Pobres (n.º 064), no Passal 1 (n.º 065), em S. Bartolomeu (n.º 069), na Quinta das Moitas (n.º 088) e nos Ervedais (n.º 100). Para estas estações coloca-se pois a questão: existiu uma ocupação contínua, ou uma reocupação ao longo dos séculos, reaproveitando-se, por exemplo, estruturas ou materiais já existentes? Infelizmente, os dados recolhidos em prospecção não nos permitem responder a esta questão, apenas poderemos referir que um mesmo espaço geográfico teve uma ocupação romana, e pelo menos, uma outra, alto medieval. Esta última cronologia não advém apenas do facto de detectarmos a presença das sepulturas rupestres, mas também de termos conseguido isolar alguns fragmentos de cerâmica comum que não se integram no mundo romano, conforme vere-

mos no subcapítulo seguinte. Pela área de dispersão dos materiais arqueológicos da Tapada e da Quinta da Cortinha, julgamos que em período romano equivaleriam a pequenos casais agrícolas. No entanto, as outras estações referidas, ou seja, o Olival dos Pobres, o Passal 1, o S. Bartolomeu, a Quinta das Moitas e os Ervedais poderão ter correspondido a *villae*, ou, pelo menos integrado este tipo de exploração, como parece ser o caso da Quinta das Moitas. Este sítio localiza-se a cerca de 500 m da *villa* da Cumieira, pela sua proximidade julgamos estar perante uma construção pertencente à área de exploração agrícola da *villa* da Cumieira. Situação idêntica também foi detectada junto à Capela de S. Pedro, em Arganil (Alarcão et al., 1985, p. 189), propondo ainda este autor que “As estações de 100 e 1000 m² que se situem, no Sul, numa área de 200 hectares em torno de uma *villa* (ou, no Centro e no Norte, numa área de 75 a 100 hectares) devem ser classificadas como prováveis anexos de *villae* mais do que casais...” (Alarcão, 1998, p. 96).

Do ponto de vista da organização espacial dos habitats e lugares, verificámos que os sítios por nós identificados correspondem a um povoamento rural disperso. No entanto, existem duas estações arqueológicas com sepulturas rupestres e vestígios de ocupação muito próximas, respectivamente os sítios de S. Bartolomeu (n.º 069) e do Ameal (n.º 070), os quais distam aproximadamente 600 m. No primeiro sítio, detectámos vestígios de povoamento romano e alto medieval associados à segunda maior necrópole⁶³ identificada entre os rios Alva e Mondego, a qual é essencialmente composta por sepulturas não antropomórficas de planta ovalada, e onde ainda actualmente existe uma pequena capela dedicada a S. Bartolomeu. Na segunda estação, sabemos que a necrópole era composta por um número de sepulturas também considerável⁶⁴, estas são de tipologia já antropomórfica e encontram-se associadas a um sítio de povoamento no qual já não identificamos materiais de cronologia romana. Infelizmente, como já referimos aquando da análise das sepulturas, o Ameal foi destruído pela surribo do terreno, a qual revolveu completamente a estratigrafia, pelo que a cerâmica recolhida se encontra muito fragmentada. Do ponto de vista da tipologia das sepulturas, poderemos dizer que as de S. Bartolomeu se enquadram num momento cronológico mais antigo de inumação neste tipo de estrutura tumular, talvez do século VII/VIII, e que poderão ter sido efectuadas em torno de um espaço religioso, facto que como já referimos não é comum na área em estudo e que mesmo no Noroeste peninsular apenas se generaliza por volta do século XI (Barroca, 1987, p. 129). Estes dois sítios transparecem pois uma mudança de localização do espaço sepulcral e habitacional, cuja razão, contudo, desconhecemos. Terá S. Bartolomeu caído em ruína e no esquecimento das populações locais, tendo-se no século IX ou X criado um novo sítio de tumulação e de habitação? Saliente-se que em S. Bartolomeu, ainda actualmente se observam afloramentos disponíveis nos quais se poderia ter prosseguido com o ritual funerário que se observa no Ameal, e que relativamente ao tipo de implantação geográfica não se denotam acentuadas diferenças, um encontra-se numa encosta e o outro num planalto, ambos próximos de linhas de água e em locais não defensivos. Parece não ter existido no Ameal uma preocupação em seguir a tradição tumular, como por exemplo, se verificou no sítio de Vale de Pios e na Cevadeira (Lopes, 2002, p. 215-216), locais onde os enterramentos podem recuar ao período romano⁶⁵.

Verifica-se pois uma deslocação do espaço sepulcral e habitacional de S. Bartolomeu para o Ameal. No entanto, ainda que se constate este facto, também observamos que na primeira estação encontramos lado a lado duas sepulturas com moldura interna, uma antropomórfica e outra parcialmente destruída pela adaptação a lagareta, uma característica tipológica considerada tardia. Este facto, sugere-nos que, alguns séculos após as primeiras inumações de S. Bartolomeu, se retomou o espaço sepulcral e, talvez, o habitacional, por um pequeno núcleo familiar.

No trabalho de campo detectámos ainda alguns sítios arqueológicos em que encontramos associado o espaço habitacional, tumular e religioso, e sobre os quais nos debruçaremos de seguida.

Aproximadamente a 100 m da sepultura antropomórfica inacabada do Olival dos Pobres (n.º 064) identificámos materiais arqueológicos romanos que se prolongam até ao Passal 1 (n.º 065), onde se localiza uma necrópole rupestre associada a uma igreja. Se do ponto de vista sepulcral estes dois sítios não estarão relacionados, dada a considerável distância entre eles, da perspectiva do povoamento parece-nos que, nos terrenos designados por Olival dos Pobres e Passal 1, terá existido uma unidade de exploração agrícola romana, uma *villa*, parte da qual terá sido reocupada no final da Alta Idade Média, com continuação na Baixa Idade Média. Note-se aliás que o núcleo urbano mais antigo da actual vila se localiza nesta zona, exactamente nas proximidades da necrópole e do espaço religioso. Um estudioso da história local refere que “A antiga povoação de Ervedal erguia-se no sítio denominado de Olival dos Pobres, junto ao Passal, onde se encontra a Igreja Matriz. A esta parte Sul de Ervedal é dado o nome de Alto ou Cimo da vila”, referindo-se ainda à “povoação romana” que existiu no Olival dos Pobres, onde costumavam aparecer com as lavras “imbrices”, *tégulae*, “lateres”, “potes de barro”, mós de uso manual” e “pedra toscamente trabalhada” (Júnior, 2003, p. 23).

Uma outra estação onde se detecta vestígios de uma *villa* romana e de uma ocupação alto-medieval, com continuação na Baixa Idade Média, é nos Ervedais (n.º 100). À superfície encontram-se fragmentos de material cerâmico, cuja área de dispersão se prolonga até aos terrenos envolventes da igreja matriz de Covas, onde conforme referimos terá existido uma necrópole medieval, da qual actualmente apenas subsiste uma sepultura rupestre antropomórfica. No entanto, saliente-se que apesar da dispersão dos vestígios cerâmicos, sobretudo romanos, atingirem a envoltória do espaço religioso, foi possível detectar numa área específica da estação arqueológica, a qual forma um pequeno cabecinho, a presença de uma aglomeração de blocos graníticos de grande e pequena dimensão, junto de um afloramento que se destaca no terreno, os quais poderão corresponder ao derrube de estruturas. Na periferia destes últimos, verificou-se uma maior concentração de *imbrices* grosseiros e de cerâmica comum produzida manualmente, com pastas de cor castanhas com abundantes elementos não plásticos que indiciam uma ocupação do período alto-medieval. Infelizmente, o silvado que cobre a quase totalidade do afloramento impossibilitou-nos de observar se o mesmo apresenta entalhes que pudessem suportar estruturas e de analisar qual a sua relação com os blocos pétreos. Pelo tipo de implantação, próximo de um vale com boas condições para a prática agrícola e provavelmente nas imediações da estrada romana que saíria da Bobadela⁶⁶, terá sido recorrente a ocupação da estação arqueológica. Assim, após a presença romana, é provável que a alto medieval se tenha circunscrito num primeiro momento à área do cabecinho acima referido, defronte do qual detectámos o Pombal⁶⁷ e que já no final da Alta Idade Média tenha havido um deslocamento ou um alargamento do espaço habitacional para os terrenos mais próximos do espaço religioso. Podemos assim supor que os Ervedais correspondam ao primeiro local de implantação da actual povoação de Covas, a qual posteriormente, provavelmente em época moderna, terá sofrido um novo deslocamento espacial. Saliente-se, pois, que a Igreja Matriz encontra-se afastada da actual povoação, mas próxima deste sítio arqueológico. Este último, um espaço que, curiosamente, segundo a tradição popular, foi atacado por uma praga de formigas.

A partir dos sítios acima inventariados verificamos que, se numa primeira fase, o povoamento terá sobretudo correspondido a pequenos casais agrícolas, com excepção de alguns sítios como o S. Bartolomeu (n.º 069), o Ameal (n.º 070), o Gorgulão (n.º 075) e muito provavelmente a Quinta dos Casais (n.º 078) e a Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072)⁶⁸, no final da alta idade média, com a conquista definitiva do território até Coimbra, começam a emergir médios aglomerados populacionais associados a espaços de necrópole e a templos. Tais parecem ser os exemplos dos Ervedais (n.º 100), em Covas; do Passal 1 (n.º 065), no Ervedal da Beira; do planalto onde se encontra implantada a necrópole e a igreja matriz de

Midões (n.º 091); e provavelmente de Travanca de Lagos (n.º 073). Estes lugares terão sido edificados num momento em que a comunidade local era já mais alargada do que aquela que formaria os pequenos casais agrícolas, passando a igreja a ser um elemento polarizador não só dos moradores locais, como daqueles que viveriam em seu redor em casais agrícolas, os quais certamente terão continuado a existir.

Jorge de Alarcão refere num estudo que “A emergência das aldeias no território viseense é um fenómeno que não podemos datar com precisão: tudo quanto podemos dizer é que eram numerosas no primeiro quartel do século XII. O seu aparecimento obriga-nos a pôr o problema da sua origem.” (Alarcão, 1996, p. 20). A primeira hipótese por si colocada é de que a aldeia teria nascido de um *villa* romana. No entanto, pelas sobreposições que faz verifica que das aldeias em redor de Viseu mencionadas no século XII apenas duas parecem ter surgido de *villae*. De seguida constitui outro processo de formação das aldeias, o destas terem surgido de casais romanos pelo progressivo crescimento do núcleo familiar original, assim, “Um casal fundado no séc. I d.C. poderia, no século V, ser já um lugarejo; com o correr dos tempos, eventualmente pela imigração de alguns, teria dado lugar, no século XII, a uma aldeia.” (Alarcão, 1996, p. 21). Contudo, verifica que igualmente não encontra vestígios romanos nessas aldeias, acrescentando que este mecanismo poderá explicar alguns dos povoados actuais, mas não todos, “...e sobretudo não explica as aldeias citadas na documentação do século XII.” (Alarcão, 1996, p. 21). Várias são as questões por si colocadas: “Terá vindo de fora a população que fundou as aldeias? Terão estas resultado de um êxodo urbano que instalou nos campos uma população previamente moradora na cidade?” (Alarcão, 1996, p. 22).

Sabemos que Covas, Ervedal da Beira, Midões e Travanca de Lagos pertenciam ao território de *Sena*, “No século XI, os documentos falam do território de Seia ou Sena, que, na primeira metade do século XII, ia, a norte, pelo menos até Paços da Serra e vinha, a Oeste, até Midões (concelho de Tábuia), conforme se deduz da documentação reunida no LIVRO DE SANTA CRUZ...” (Alarcão, 1996, p. 30). Podemos observar no Quadro 12, que com excepção do documento do século X que refere *midones* e *teodorize*, é a partir do século XII que aumentam as referências a *villas*, ainda que tal, como verificámos na margem direita do rio Mondego, se repitam, *Midones*, *Lourosa*, *Travanca*, *Teorize*, *Vulvaria*, *Teladelia*, *Auolo* e *Azar*. Constatamos igualmente que Midões e Touriz continuam a ser referidas na documentação do século XII. No entanto, apenas na primeira os dados de prospecção recolhidos no planalto da igreja matriz nos indiciam a presença de uma *villa*-aldeia⁶⁹. Tal como anteriormente referimos, é provável que também *Travanca*⁷⁰ tenha sido uma *villa*-aldeia.

Em Telhadela (n.º 115), onde terá existido uma *ecclesia*, uma vinha, um pomar e um lagar, também detectámos vestígios de ocupação. Julgamos que neste local poderiam habitar aqueles que cultivariam os terrenos de uma *villa*-herdade, os quais poderiam ainda cumprir os seus rituais cristãos no espaço religioso do proprietário.

Quanto a Lourosa, para além da sua referência em 1119, o documento de 1121 revela-nos que a população seria então escassa, pelo que o bispo de Coimbra concede Lourosa ao presbítero Osório para este a plantar e povoar. No entanto, não continuaria associada a igreja de S. Pedro de Lourosa, a qual no século X serviu uma comunidade cristã, a um local de povoamento? A sua longevidade e o facto de ter continuado a ser frequentada por uma comunidade paroquial conduziu a que sua estrutura fosse alvo de várias intervenções ao longo dos séculos, tendo a primeira decorrido logo em 1189 (Barroca, 2000a, p. 33). Deste modo, ainda que não tenhamos dados concretos que nos permitam datar com precisão a utilização da necrópole interior e exterior deste templo, parece-nos que se é efectuada uma reforma românica, a mesma apenas faria sentido se servisse uma comunidade, que neste espaço cumprisse as suas obrigações religiosas.

QUADRO 12

Documento	Ano	Referência a villa	Outras Referências*	Observações
PMH, DC., n.º 100	969	<i>“mea villa que uocitant midones integra cum suos monastios ... et alia mā villa teodorize ... ipsas villas cum suas ecclias”</i>	“trauanca”	Doação de Muna ao Mosteiro de Lorvão das suas propriedades em Midões e Touriz.
DMP, DP., III, n.º 264	1108	<i>“in villa que uocitant Midones territorio de Sene discurrente riuulo Mondeco et Cauillos”</i>		Paio Eriz doa a Paio Mendes certos bens em Midões.
DMP, DR., n.º 51*	1119	<i>“villam que uocatur Laurosa in finibus Colimbrie et Sene castelli ... cum sua ecclesia quadris lapidibus antiquitus edificata”</i>		Doação de D. Teresa à Sé de Coimbra de Lourosa.
DMP, DP., IV, n.º 110	1119	<i>“villa prenominata Midones et in villa Teorize ... villa de Trauanca”</i>		Gonçalo Guilhulfez e sua mulher, Patrebono e sua mulher doam ao mosteiro de Lorvão as terras que adquiriram por presúria em Midões e Touriz.
DMP, DR., n.º 56	1121	<i>“villa quam uocitant Vuluaría”</i>	“Laurario” “Villa Plana”	Carta de “venda e doação”, pela qual D. Teresa cede ao prior da sé de Viseu, e a Paio Ataulfes a villa de Vuluaría.
DMP, DP., IV, n.º 158	1121		“illa hereditate nostra Laurosa” “Galizis”	O bispo de Coimbra concede Laurosa ao presbítero Osório para este a plantar e povoar.
DMP, DP., IV, n.º 161	1121	<i>“in territorio Cogiensi in villa que uocatur Têladelia cum sua ecclesia que iacet in medio de illa uinea et cum suo pumare e cum suo proprio lagar”</i>		Doação de Soeiro e sua mulher Eiu ao Mosteiro de Lorvão.
DMP, DR., n.º 64	1122	<i>“villa Auolo”</i>	“Azar et Tabula”	Doação do castelo de Coja à Sé de Coimbra.
DMP, DP., IV, n.º 313	1123	<i>“villam que uocatur Azar”</i>		O conde Fernando Peres, dá à Sé de Coimbra a villa de Ázere.
DMP, DR., n.º 129	1132	<i>“illa villa Laurosa”</i>	“Auolo” “Galizes” “Cogia”	Carta do couto de Lourosa a favor da Sé de Coimbra e de Pedro Osoredes.
DMP, DR., n.º 132	1133	<i>“Et in terra Sene villa Midoes”</i>	“Teorize” “Trauanca”	Carta a favor do mosteiro de Lorvão, na qual é coutada, entre outras, a villa de Midões.
DMP, DR., n.º 208	1145	<i>“villa Vluaire territorio Sene loco predicto inter Covas et Bouadela”</i>	“Covas” “Bouadela” “Trauanca” “Toeriz”	D. Afonso Henriques dá a Paio Carvalho, Mendo Gonçalves e suas mulheres metade da villa de Oliveira em troca de metade de Bobadela.
L.P., n.º 298	1150		“illarum hereditatum quas habeo in Laurosa”	Pedro Cortido doa à Sé de Coimbra metade das herdades que possui em Lourosa.
L.P., n.º 296	1165	<i>“hereditatis quam habuit pater meus in villa Laurosa”</i>		Gonçalo Oseredes vende à Sé de Coimbra a quarta herdade que seu pai tinha em Lourosa.
DMP, DR., n.º 300	1169	<i>“cautum de medietate uille Midonis”</i>	“Vluaire de Conde” “Tuiriz” “Villa Plana” “Covas” “Candanosa”	Carta de couto, dada à Sé de Coimbra, de metade da villa de Midões, tendo a outra metade sido anteriormente coutada ao mosteiro de Lorvão.

* Este documento foi considerado uma falsificação por parte de Rui de Azevedo (1962, p. 63).

Não poderão pelo menos algumas destas *villas* já referidas na documentação do século XII terem tido origem, pelo menos em parte, nas populações que se fizeram inumar nas sepulturas escavadas na rocha? Vejamos pois alguns exemplos: na área envolvente a Midões detetámos núcleos de sepulturas, alguns dos quais associados a vestígios de habitat, no Gamelão dos Mouros (n.º 086), nas Pinheiras (n.º 087), na Quinta das Moitas (n.º 088) e na Quinta das Hortas (n.º 090); em Travanca de Lagos (n.º 073), na Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), nas Areias (n.º 071), no Alto Zambujeiro (n.º 074) e no Gorgulão (n.º 075). A estas estações devemos ainda acrescentar o exemplo de Covas, onde para além dos Ervedais (n.º 110) identificámos as sepulturas da Quinta da Pedra da Abelhas (n.º 096), das Devesas (n.º 095) e de S. Cristóvão (n.º 101).

Primeiro teríamos maioritariamente uma população dispersa por pequenos casais agrícolas, recordemo-nos dos inúmeros conjuntos de túmulos que curiosamente se localizam na área envolvente de povoações actuais já referidas na documentação do século XII, e depois uma reunião de pelo menos alguns dos seus descendentes numa aldeia, que teria uma necrópole e, contemporânea desta ou posterior, uma igreja paroquial. Já Adolfo Marques escreveu, aquando do estudo das sepulturas rupestres do distrito de Viseu, que “Muitos destes lugares terão funcionado como embrião de aldeias...” (Marques, 1995, p. 228).

4.2.2.2. Os materiais arqueológicos

Tal como anteriormente referimos, a prospecção arqueológica foi extremamente condicionada pelo coberto vegetal do terreno, pelo que, a maioria dos vestígios arqueológicos iden-

do Gorgulão e dos Ervedais, os quais reúnem mais alguns fragmentos. Deste modo, optámos por efectuar uma análise geral do conjunto, não descurando, porém, a referência a alguma característica particular de uma peça ou de um sítio.

As cerâmicas apresentam maioritariamente pastas compactas e são compostas na generalidade por escassos elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, de média e pequena dimensão. Nas pastas predominam a cor castanha clara, castanha rosada, ocre, rosa e bege, sendo minoritária a cinzenta (11 fragmentos) e a castanha acinzentada (5 fragmentos). Devido a alterações químicas no processo de cozedura de algumas peças observa-se ainda a presença de pastas com o cerne cinzento e a superfície bege, laranja e ocre (n.º 2 do Passal 1 e de S. Bartolomeu, n.ºs 1 e 10 do Ameal).

Em relação ao tratamento das superfícies, tanto na interna como na externa, prevalece o alisamento. O polimento apenas se observa na superfície interna do fragmento de bojo decorado das Areias e nas superfícies externas da base 1 e 16, das Devesas e dos Ervedais, respectivamente. Devemos ainda destacar a presença de vestígios de engobe cinzento na superfície interna do bordo de taça 9 dos Ervedais, bem como de aguada de cor bege no fragmento de bordo de alguidar 5 da Quinta da Cortinha. Tanto o polimento, como o engobe e a aguada encontram-se, nestas peças, associadas à produção a torno.

Quanto à técnica de fabrico, verificamos que a maioria das peças, 53 (66%), foi produzida manualmente, enquanto a torno apenas 27 (33%). Mesmo nas estações que reúnem um maior número de peças, designadamente no Ameal, no Gorgulão e nos Ervedais, predomina a produção manual, enquanto em S. Bartolomeu as duas técnicas estão equilibradas.

No que concerne à cozedura constatamos que a oxidante é preponderante, esta observa-se em 58 (72%) fragmentos, enquanto a redutora em apenas 16 (20%) e a redutora-oxidante em 6 (7%). Igualmente nos sítios arqueológicos de S. Bartolomeu, do Ameal, do Gorgulão e dos Ervedais a cozedura oxidante e as pastas de cor clara são predominantes.

Relativamente à decoração, verifica-se que do total das peças inventariadas apenas 17 fragmentos (21%) se encontram decorados na superfície externa e que a técnica decorativa mais comum é a incisão. Refira-se a presença no bojo das caneluras no Pinhal da Fonte do Rei (2 da Estampa V) e na Quinta da Cortinha (2 da Estampa V); das linhas incisas em S. Bartolomeu (4 e 10 da Estampa VI), no Ameal (8 e 12 da Estampa IX) e em Oliveira de Fazemão (2 da Estampa XIII); da linha incisa abaixo do bordo em S. Bartolomeu (1 da Estampa VII) e nos Ervedais (9 da Estampa XII); das linhas onduladas no Gorgulão (1 e 9 da Estampa IX); das linhas incisas paralelas e perpendiculares desenhadas no *imbrex* do Ameal (14 da Estampa VIII); das cruzes incisas na superfície externa da tampa com botão de prensão central da Quinta do Olival de Valacolos (2 da Estampa XII); das digitações num fragmento de *imbrex* do Ameal (13 da Estampa VIII); da impressão com motivos geométricos no fragmento de bojo das Areias (1 da Estampa IX) e da estampilha circular dos Ervedais (20 da Estampa XI).

Das técnicas decorativas e motivos descritos, deve salientar-se a decoração impressa com motivos geométricos do fragmento de bojo de Areias, de pasta cinzenta, muito depurada, composta por escassos elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, de pequena dimensão, polida na superfície interna, cujas características técnicas nos fazem supor que se tratará de uma imitação paleocristã⁷³. Neste pequeno conjunto de fragmentos decorados verifica-se ainda que, as caneluras estão associadas ao torno, enquanto nas incisões predomina a produção manual.

Relativamente à tipologia das peças constatamos que predominam as formas fechadas, designadamente as painéis, na Tapada (1 da Estampa V), na Quinta da Cortinha (3 da Estampa V), no Passal 1 (4 da Estampa XIII) e no Gorgulão (6 e 7 da Estampa X), bem como os potinhos no Ameal (1 e 5 da Estampa VII) e nos Ervedais (6, 14 e 15 da Estampa XI)⁷⁴. Devemos

ainda salientar, que as panelas n.º 1 da Tapada, n.º 3 da Quinta da Cortinha, n.ºs 5, 6 e 7 do Gorgulão, bem como os potinhos 14 e 15 dos Ervedais, têm em comum o facto de apresentarem abundantes desengordurantes nas superfícies, nomeadamente grãos de quartzo, o que nos poderá indiciar um mesmo local de produção. No que concerne à morfologia dos bordos das panelas verificamos que o da Tapada apresenta um espessamento externo e o lábio arredondado; os da Quinta da Cortinha e do Gorgulão encontram-se ligeiramente voltados para o exterior, o primeiro tem lábio aplanado, enquanto nos do Gorgulão, um apresenta o lábio ligeiramente biselado e os outros arredondados. Destes últimos, distingue-se o bordo do Passal 1, por apresentar uma secção triangular. Já os potinhos caracterizam-se por apresentar os bordos levemente voltados para o exterior, havendo alguma variação nos lábios, uns são aplanados, outros arredondados e um é biselado.

Os potes surgem no Passal 1 (2 da Estampa VI), em S. Bartolomeu, o qual se caracteriza por apresentar o bordo espessado externamente e uma reentrância no lábio para colocação da tampa (6 da Estampa VII) e na Quinta do Olival de Valacolos, também com o bordo espessado externamente, de secção ovalada e com o lábio arredondado (3 do Quadro 3). Refira-se ainda a presença das bilhas em S. Bartolomeu, com bordo levemente oblíquo, uma de lábio convexo e outra de lábio plano (3 e 8 da Estampa VII), bem como, na mesma estação, do copo, de lábio suavemente biselado (7 da Estampa VII), da jarra, em S. Bartolomeu, com bordo ligeiramente oblíquo e lábio convexo (1 da Estampa VII), no Gorgulão, com bordo com evasado e lábio arredondado (8 da Estampa X), estação onde foi ainda recolhido um jarrinho com bocal trilobado (3 da Estampa X) e na Quinta do Olival de Valacolos, com bordo espessado externamente e com lábio plano (4 da Estampa XIII).

Encontram-se ainda representadas as formas abertas, designadamente na Quinta da Cortinha uma taça e um alguidar, com bordo espessado externamente e vestígios de aguada de tonalidade bege (4 e 5 da Estampa V), bem como, nos Ervedais, uma tigela, com bordo espessado internamente, e um alguidar, com o bordo espessado externamente (9 e 21 da Estampa XII).

De um modo geral, constatamos que, apesar de um maior número de panelas e potinhos, existe uma variedade tipológica e funcional, observando-se a presença de peças para a confecção e consumo alimentar, bem como de armazenagem. Apesar do reduzido número de espólio analisado, devemos referir que esta variedade verifica-se sobretudo nas estações onde detectámos material de cronologia romana, nomeadamente na Quinta da Cortinha, em S. Bartolomeu e nos Ervedais⁷⁵. Nestas estações, apenas a taça da Quinta da Cortinha, de pasta laranja, bem como a jarra, as bilhas e o copo de S. Bartolomeu, todas de pastas beges, parecem integrar-se pela forma e pastas no mundo romano. Comparando agora o S. Bartolomeu e o Ameal, estações muito próximas e onde as pastas são maioritariamente claras, verifica-se que se na primeira temos material cerâmico romano, na segunda este está ausente e existe um predomínio de formas fechadas, podendo, talvez supor-se uma ocupação romana e da antiguidade tardia em S. Bartolomeu e uma ocupação já alto medieval no Ameal⁷⁶. Também nos Ervedais, onde se recolheu o fragmento de bojo de pasta castanha acinzentada com uma pequena estampilha circular poderemos presumir que esta estação terá tido uma ocupação da Antiguidade Tardia. No entanto, apenas com o recurso à escavação arqueológica destes sítios poderíamos tentar estabelecer cronologias e compreender a dinâmica ocupacional de cada um deles.

Dos materiais do Quadro 3, os que se destacam pela diferença são os do Passal 1, quer ao nível das pastas, predominantemente cinzentas, quer ao nível das formas, onde para além do bordo de secção triangular de uma panela, destacamos o botão de prensão total de uma tampa, os quais parecem confirmar a presença de um lugar de povoamento do final da Alta Idade Média/Baixa Idade Média, conforme referimos no anterior subcapítulo.

Passemos de seguida à análise dos materiais inventariados no Quadro 4 do Anexo III, onde se contabilizam um total de 34 fragmentos, sendo de referir que se na Casa do Penedo e na Igreja Matriz de Midões conseguimos reunir um pequeno conjunto de fragmentos cerâmicos, o mesmo não se verificou no Passal.

No sítio do Passal (n.º 062), os materiais que se dispersam no planalto a sul da Igreja Matriz do Seixo da Beira, a qual conforme anteriormente referimos remontará ao período medieval, resumem-se maioritariamente a fragmentos de *imbrices* grosseiros e de cerâmica comum muito rodada, com abundantes elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, de pequena e média dimensão, e cozedura redutora. Durante o trabalho de prospecção observou-se ainda a presença de alguns fragmentos de escória. Desta estação recolhemos um fragmento de bordo espessado externamente de secção triangular, produzido manualmente e com cozedura oxidante; uma base plana que corresponderá a um grande contentor fabricado manualmente e com cozedura redutora; duas asas de fabrico manual, uma de fita, redutora, e outra de rolo, oxidante-redutora (1, 2, 3 e 4 da Estampa VI). Os quatro fragmentos apresentam as superfícies alisadas, com excepção da superfície externa, rugosa, do grande contentor.

Relativamente à Casa do Penedo (n.º 083), fortificação senhorial que analisaremos no capítulo seguinte, em prospecção detectámos a presença de escória, fragmentos de telha de meia cana e cerâmica comum. Do material recolhido apresentamos um conjunto de 11 fragmentos cerâmicos, os quais possuem pasta compacta, composta por escassos elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, de pequena dimensão. Neste conjunto 6 fragmentos têm pasta de cor cinzenta e 5 de cor castanha acinzentada, todos de cozedura redutora. Relativamente ao tratamento das superfícies, estas são alisadas, com excepção do bordo 7 polido interna e externamente, e dos bordos 10 e 11 com vestígios de engobe negro no seu interior. No que diz respeito à técnica de fabrico verifica-se que há um predomínio do torno, sendo que somente três são produzidos manualmente. O único fragmento que se encontra decorado é o bordo biselado com linhas incisivas paralelas (6 da Estampa XIV). Em relação à análise formal das cerâmicas, julgamos que as bases planas 2, 3 e 4, bem como o bordo 9 (Estampa XIV), todos queimados na superfície externa, poderão corresponder as peças de confecção de alimentos, designadamente a painéis. Regista-se ainda uma peça que se destinaria a armazenagem, um pote, o qual apresenta um engobe negro na superfície interna (10 do Quadro 4). Relativamente à cerâmica de mesa e de consumo alimentar temos a presença de uma jarra com bordo ligeiramente exvasado e espessado externamente (7 da Estampa XIV); de uma possível tigela, com bordo espessado externamente e lábio plano (8 da Estampa XIV); bem como de uma taça, com engobe negro na superfície interna (11 da Estampa XIV). Constata-se pois uma certa variedade formal, sendo de destacar que a cozedura redutora, bem como as pastas cinzentas bem depuradas nos parecem remeter para momentos já da Baixa Idade Média.

Quanto à Igreja Matriz de Midões (n.º 083), cuja estrutura primitiva remontará à época medieval, detectámos abundantes *imbrices* e bojos de cerâmica comum no planalto que se lhe localiza a sul. Nos 19 fragmentos observa-se que as pastas são maioritariamente compactas, com predomínio de cores claras, designadamente castanho claro, vermelho, laranja, sendo que apenas sete fragmentos apresentam cor cinzenta. Os elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, são sobretudo escassos e de pequena dimensão. As superfícies são maioritariamente alisadas, sendo de destacar o polimento no interior do fragmento de base plana 8. Quanto à técnica de fabrico, observa-se que existe um predomínio da produção a torno, pelo que apenas 5 são fabricados manualmente. A cozedura é maioritariamente oxidante, observando-se ainda 6 fragmentos com pastas redutoras e 1 com cozedura redutora-oxidante.

Acrescente-se que seis fragmentos encontram-se decorados na superfície externa, sendo a técnica mais comum a incisão. Assim, temos o lábio, possivelmente de um prato, decorado com um reticulado inciso (10 da Estampa XVI) produzido a torno e de cozedura oxidante; três fragmentos decorados na superfície externa com linhas incisadas paralelas ao bojo, os quais têm em comum o facto de apresentarem as superfícies externas queimadas, podendo eventualmente ter pertencido a panelas, produzidos a torno e redutores (14, 15 e 16 da Estampa XVI); um fragmento de bojo decorado na superfície externa com um cordão plástico digitado (11 da Estampa XVI), fabricado a torno e com cozedura redutora-oxidante, e um fragmento decorado com uma estampilha circular, sem que seja possível observar qual o motivo impresso, manual e oxidante (13 da Estampa XVI). No que diz respeito às formas, estão presentes as panelas, todas queimadas na superfície externa (3, 5, 7 e 8 da Estampa XV); uma bilha (9 da Estampa XV); dois cântaros (17 e 19 da Estampa XV), e eventualmente as jarras, as quais poderão estar representadas nas bases planas com diâmetros reduzidos (1, 2 e 4 da Estampa XV). Do espólio arqueológico destacam-se duas peças decoradas, designadamente uma com um reticulado inciso (10) e outra com uma estampilha circular (13). Estas poderão remontar aos finais do século XII e o século XIII, conforme é proposto para o povoado medieval de Fuenteungrillo, em Valladolid, sendo de referir que nesta estação a incisão é complementada com cordões plásticos. Ainda relativamente ao reticulado inciso os estudos realizados no norte e noroeste, têm demonstrado que esta decoração atinge o seu apogeu no século XII, surgindo sobretudo associadas a cozeduras oxidantes (Gutiérrez González et al., p. 308). Este material arqueológico testemunha-nos uma ocupação que, grosso modo, ter-se-á iniciado no final da Alta Idade Média e que terá tido continuidade ao longo da Baixa Idade Média.

Numa tentativa de síntese do exposto anteriormente, parece-nos pois existir uma notória diferença técnica e formal entre os materiais cerâmicos analisados do Quadro 3 e do Quadro 4 apresentados no Anexo III. Assim, no primeiro grupo verificamos que, com excepção do Passal 177, os fragmentos apresentam predominantemente pastas de cores claras, destacando-se a cor castanha clara, castanha rosada e ocre. Os materiais estão associados a cozeduras oxidantes, enquanto em termos de produção prevalece o fabrico manual. Do ponto de vista formal, constata-se a prevalência de formas fechadas, com especial destaque para as panelas de tamanho médio, na sua maioria com diâmetros entre os 100 e 150 mm de diâmetro, e os potinhos com diâmetros inferiores a 100 mm, os quais se caracterizam por apresentar os bordos ligeiramente evasados e os colos estrangulados. Para além destas peças observamos ainda a existência de jarras, nomeadamente da jarrinha trilobada do Gorgulão. Do ponto de vista decorativo, há uma prevalência das linhas incisadas, sobretudo horizontais, registando-se também as onduladas no Gorgulão. As caneluras são escassas, destacando-se ainda a impressão geométrica do fragmento de bojo das Areias e a estampilha circular dos Ervedais.

No segundo grupo, e ainda que no lugar de povoamento nas imediações da Igreja Matriz de Midões prevaleçam as pastas de cozedura oxidante, na outras duas estações arqueológicas os fragmentos apresentam predominantemente pastas de cores escuras, destacando-se o cinzento e o castanho acinzentado, encontrando-se os materiais sobretudo associados a cozeduras redutoras e à produção a torno. Na composição das pastas, constata-se que os elementos não plásticos, quartzo, feldspato e mica, são maioritariamente de pequena dimensão, verificando-se um maior depuramento das mesmas, ao contrário do que acontece no grupo 1, onde estas são mais grosseiras. Do ponto de vista formal, e ainda que sejam escassos os fragmentos recolhidos, as panelas parecem ser de maior dimensão do que as dos grupo anterior, observando-se ainda a presença dos cântaros. Do ponto de vista decorativo, parece continuar a existir uma prevalência das linhas incisadas, destacando-se o reticulado inciso acima mencionado.

Assim, se os materiais do grupo 1 parecem genericamente inserir-se na Alta Idade Média, com excepção do fragmento de bojo de Areias, e conforme acima referimos das estações de S. Bartolomeu e dos Ervedais, as quais poderão também ter tido uma ocupação da Antiguidade Tardia, os do grupo 2 testemunham uma ocupação pleno-medieval e da Baixa Idade Média.

4.2.3. Fortificações

Neste ponto efectuaremos a análise de três sítios arqueológicos, o Pombal (n.º 099), o Castelo (n.º 084) e a Casa do Penedo (n.º 083). Se os dois primeiros poderão corresponder a locais de fortificação alto medievais, o último sítio enquadrar-se-á nas residências senhoriais da baixa idade média.

A estação arqueológica do Pombal⁷⁸, está implantada a meia encosta, sob dois grandes afloramentos graníticos, um destes, na parte inferior do seu lado noroeste é circundado por uma espécie de corredor escavado na rocha, o qual atinge cerca de 1 m de largura e 6 m de comprimento. O mesmo possui um entalhe vertical no afloramento permitindo o escoamento das águas que facilmente aí se acumulam e dois degraus no lado norte, os quais dão acesso a um pequeno recinto de forma circular que era fechado por uma estrutura pétreo. O outro afloramento apresenta também um rebaixamento do lado oposto aos dois degraus talhados. Estes grandes afloramentos graníticos integram-se no meio de outros, igualmente de grande porte, tendo sido detectados entre eles dois abrigos, aparentemente, sem vestígios de ocupação humana. Do local onde o mesmo está implantado tem-se um bom domínio visual no sentido norte-noroeste, controlando-se o vale do ribeiro da Lameira que lhe está no sopé da encosta, bem como um amplo espaço do planalto beirão até à Serra do Caramulo. Refira-se que os trabalhos de limpeza permitiram observar que a estrutura pétreo fechava, a nordeste e sudoeste, nos dois afloramentos graníticos, sendo composta por dois tipos de aparelho, um de forma irregular de grande dimensão e outro mais regular de pequena dimensão, o qual constitui a maioria da estrutura. O espaço entre as pedras encontrava-se colmatado por uma terra castanha escura, ligeiramente compacta. É de salientar que apesar das intensas prospecções feitas nesta actual área de pinhal, não foram detectados quaisquer materiais arqueológicos. No recinto fechado pela estrutura pétreo junto aos dois grandes afloramentos foram realizadas duas sondagens de diagnóstico de 1 x 1 m², onde detectámos a cerca de 20 cm de profundidade um derrube de pedras graníticas de pequena e média dimensão igual à da estrutura que delimita o recinto, não se tendo conseguido recolher vestígios que nos permitissem um indicador cronológico deste sítio⁷⁹. No entanto, esta pequena intervenção arqueológica veio revelar-nos uma informação extremamente importante, a de que terá existido uma estrutura, que certamente aproveitaria os dois afloramentos graníticos e que por acção natural ou humana, ruiu. Ainda nos trabalhos de prospecção, encontrámos para oeste, a cerca de 150 m deste sítio, cinco degraus talhados num afloramento granítico, ao qual se tem acesso por entre os afloramentos do Pombal, e de onde se detém um amplo domínio visual para este, área que não é tão visível no primeiro espaço descrito.

Constatamos, pois, que esta estação arqueológica foi implantada num local cujas características naturais facilitarão a edificação de uma estrutura simples, a qual aproveitaria os afloramentos graníticos, e possibilitaria o controlo de um amplo território, sobretudo para norte e noroeste. O Pombal encontra-se integrado numa extensa encosta, não se destacando na paisagem e sendo somente defensável a norte. Deste modo, a característica que mais se lhe salienta é o amplo campo de visão a que fizemos referência e o facto de permitir o refúgio

de populações. Ainda que não tenhamos materiais arqueológicos que nos permitam datar esta estação, devemos fazer referência ao sítio arqueológico dos Ervedais (n.º 100), o qual se localiza do outro lado do ribeiro da Lameira, e onde identificámos materiais de cronologia alto medieval, bem como aos núcleos de sepulturas rupestres que se lhe localizam nas imediações, designadamente as Devesas (n.º 095), a Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) e o S. Cristovão (n.º 101).

Perante o exposto, verificamos que o sítio do Pombal se encontra rodeado de estações arqueológicas alto medievais, pelo que colocamos a hipótese do mesmo ter sido edificado pelas populações que aqui habitariam no período da reconquista, podendo ter funcionado simultaneamente como local de refúgio de pessoas⁸⁰ e posto de vigia, podendo, eventualmente, equivaler às *penellas* mencionadas no documento de doação de D. Flâmula Rodrigues em 960.

Um outro sítio arqueológico por nós identificado foi o Castelo (n.º 084), implantado num cabeço destacado na paisagem, com elevada defensibilidade e sobranceiro à margem direita do rio Alva, o qual o serpenteia a este, sul e oeste. Apesar das vertentes escarpadas o tornarem defensável, o campo de visão é reduzido, encontrando-se encaixado entre duas encostas com cotas elevadas. O sítio encontra-se coberto com densa vegetação rasteira que impossibilita a visibilidade do terreno, apenas em dois buracos de raízes de árvores de grande porte que caíram, se detectou a presença de *imbrex* e tégula. Segundo informação oral, na encosta norte do sítio arqueológico, apareceram muitas pedras e fragmentos de telhas grosseiras, infelizmente o silvado actualmente existente impossibilitou-nos a confirmação destes achados. A implantação deste sítio arqueológico tem semelhanças com o acampamento militar da Lomba do Canho em Arganil, o qual tem sido interpretado como um centro coordenador da actividade mineira do Alva (Nunes et al., 1998, p. 26). Apesar de não termos dados que nos permitam atestar a cronologia e a funcionalidade deste sítio, é um facto que a memória popular continua a identificá-lo como um castelo, e ainda que possa ter tido uma ocupação romana, não poderemos afastar a hipótese de uma reocupação em época alto medieval, nomeadamente como atalaia de controlo de uma via de comunicação. Saliente-se, a este propósito, que Jorge de Alarcão coloca a hipótese de, em época romana, a via proveniente de *Aeminium* seguir junto à margem esquerda do rio Alva, e em Avô atravessar este curso de água passando por S. Sebastião da Feira, onde se localiza o Castelo, e prosseguindo para Bobadela (Alarcão, 1985, p. 190)⁸¹.

Ainda que não se localizem na área por nós estudada, não podemos deixar de fazer referência aos castelos de Coja e de Avô, ambos sobranceiros à margem esquerda do rio Alva.⁸² Estas estações nunca foram alvo de estudos arqueológicos, pelo que não existem dados que nos permitam datar a época de fundação destas duas fortificações, saber se as funções militares desempenhadas foram contemporâneas e durante quanto tempo estiveram activas⁸³. Eventualmente, poderão ter integrado a rede de fortificações da *civitas* de Seia, durante o modelo condal de organização do território, e controlado a calçada *colimbriana*; no entanto, esta função poderá ter sido igualmente desempenhada aquando da nova organização territorial encetada por D. Fernando.

Segundo José Mattoso, sensivelmente a partir do século XII, a zona ocidental da Serra da Estrela começa a ficar “... semeada de senhorios eclesiásticos, que juntamente com os dos leigos vêm a formar um conjunto onde predomina o poder senhorial...” (Mattoso, 1978, p. 147)⁸⁴, descrevendo-a ainda como uma região, onde na Baixa Idade Média, se estabeleceu uma “... forte hierarquização social, uma terra de casas solarengas e de torres senhoriais...” (Mattoso, 1978, p. 157).

Julgamos, pois, que é neste cenário descrito pelo historiador supracitado que se integrará a última estação arqueológica a abordar neste capítulo, ou seja, a Casa do Penedo (n.º

083)⁸⁵. Trata-se de uma torre, de planta rectangular, actualmente composta por rés-do-chão e 1.º andar, implantada num planalto sobranceiro a duas linhas de águas e a vales agricultáveis, sem condições naturais de defesa. Encontra-se assente a oeste e a sul num penedo granítico de consideráveis dimensões, o qual foi, assim, reaproveitado na construção. A estrutura é composta maioritariamente por pedras graníticas aparelhadas de grande e média dimensão, algumas das quais almofadadas⁸⁶, assentando directamente umas nas outras, não se vislumbrando qualquer tipo de argamassa. Na fachada norte, ao nível do rés-do-chão, encontra-se a única porta de acesso ao seu interior, estreita e em arco ogival. A esta fachada foi adossada uma casa que terá sido edificada nos séculos XVII/XVIII (DGEMN, 2004)⁸⁷, e a qual poderá corresponder a um anexo residencial à primitiva construção. Tanto a última edificação, como a torre, serviram de habitação a algumas famílias da aldeia até à última década do século XX. No âmbito desta última ocupação, foram abertas duas janelas na torre, uma na fachada oeste e outra na fachada este, enquanto na década de 90 do século passado foi mudado o telhado, acções que provocaram a adulteração do aparelho construtivo original. A fachada este e oeste da torre atingem cerca de 9 m de comprimento, enquanto a fachada norte e sul cerca de 6 m. Ainda que esta construção não tenha chegado aos nossos dias na sua integridade original, tendo sofrido remodelações a nível estrutural, nomeadamente nas fachadas onde foram incluídas as duas janelas, e não apresente algumas das características arquitectónicas dos modelos conhecidos⁸⁸, nomeadamente a planta quadrangular, poderemos estar perante uma residência senhorial fortificada da Baixa Idade Média, cronologia consentânea com os materiais cerâmicos recolhidos, implantada num planalto, junto a cursos de água que irrigam os vales e os tornam férteis para a prática agrícola. Saliente-se ainda, que aproximadamente a 10 m da fachada norte da torre encontra-se escavada no afloramento granítico uma pia de forma rectangular, com 66 cm de comprimento, 77 cm de largura e uma profundidade que oscila entre os 28 e 9 cm diâmetro. O penedo granítico onde foi escavada esta pia prolonga-se para o interior de um pequeno casebre onde se encontra um lagar de vinho escavado na rocha, com o seu tanque central de planta rectangular, o qual segundo uma moradora foi utilizado até há poucos anos. Poderá, pois, este lagar ter sido uma dependência agrícola da residência senhorial, sendo simultaneamente representativo da actividade produtiva agrícola que a família da pequena/baixa nobreza administrava.

